

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO – *CAMPUS* UBERABA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**

MEIRE GISELE ROCHA

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E OS RECURSOS DO PNAES - UFV
Campus Rio Paranaíba: um Estudo de Caso.

UBERABA, MG.

2021

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO – *CAMPUS* UBERABA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**

MEIRE GISELE ROCHA

**POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E OS RECURSOS DO PNAES - UFV
Campus Rio Paranaíba: um Estudo de Caso.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, como requisito para conclusão e obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Área de concentração: Educação Tecnológica, Inovação e Trabalho.

Orientadora: Prof.^a Dra. Elisa Antônia Ribeiro

UBERABA, MG.

2021

Ficha Catalográfica elaborada pelo Setor de Referência do IFTM – *Campus* Uberaba/MG

MEIRE GISELE ROCHA

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E OS RECURSOS DO PNAES: UFV
Campus Rio Paranaíba, um Estudo de Caso.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, como requisito para conclusão e obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Área de concentração: Educação Tecnológica, Inovação e Trabalho.

Orientadora: Prof.^a Dra. Elisa Antônia Ribeiro

Aprovada em: 11 de março 2021.

Banca Examinadora

Prof.a. Dra. Elisa Antônia Ribeiro (Orientadora) – IFTM, *Campus* Uberlândia Centro

Prof. Dr. Geraldo Gonçalves de Lima – IFTM, *Campus* Uberaba

Prof.^a Dra. Sandra Eleutério Campos Martins – UFTM, *Campus* Uberaba

UBERABA, MG.

2021

A minha família, em especial aos meus pais,
pelo estímulo e apoio, ao meu esposo e a minha
filha pelo carinho, amor e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir chegar ao final dessa trajetória. Sem Ele nenhum obstáculo seria vencido nenhuma vitória seria alcançada. Foram semestres de muita aprendizagem, também de longas viagens, muitas discussões proveitosas, participação em eventos, apresentações de seminários, escrita de resenhas de artigos, enfim de leituras e releituras... Também de algumas adversidades e perdas. No entanto, ao findar essa jornada uma palavra resume tudo: Gratidão!

A minha orientadora, Professora Dra. Elisa Antônia Ribeiro, pelos apontamentos essenciais, pela paciência e sabedoria em todos os momentos.

Ao meu esposo: Messias Antônio, muito obrigada pelo incentivo e parceria para a realização desse sonho. À minha filha, Ana Cecília, meu grande presente durante o mestrado, minha companheira de madrugadas de estudos, todo meu amor!

Aos meus pais que, antes do primeiro dia da minha vida escolar, me ensinavam o valor do saber, que sempre me deram todo o apoio, amor e, acima de tudo, acreditaram nas minhas vitórias! Agradeço-lhes e ofereço mais essa conquista.

Aos professores, Dr. Geraldo Gonçalves de Lima, Dr. Luciano Marcos Curi, pelas valiosas contribuições e apontamentos no decorrer da qualificação, que fizeram toda a diferença! Suas reflexões foram essenciais para a construção desse trabalho. Na oportunidade agradeço-lhes pelo aceite.

À professora Dra. Sandra Eleutério Campos Martins, meu muito obrigado pelos riquíssimos apontamentos, por compartilhar sua vasta experiência e conhecimento no âmbito dos Assuntos Comunitários e Estudantis durante a Banca de Qualificação da Dissertação. Agradeço-lhe por carinhosamente ter aceitado compor as bancas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, os quais muito contribuíram para minha formação enquanto pessoa, profissional e pesquisadora.

Aos colegas da 5ª Turma do Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do IFTM Campus Uberaba, agradeço pelos momentos de partilha de saberes diversos, pelo acolhimento nas adversidades, pela amizade e companheirismo nos trabalhos e nas viagens: César, Cristina, Daniel, Selma, Ana Paula... ficarão guardadas as memórias e uma enorme saudade.

Agradeço aos funcionários do PPGET e da Secretaria de Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Uberaba.

À UFV por me conceder a oportunidade de capacitação e desenvolvimento, com a licença para treinamento. Agradeço, em especial, à UFV *Campus* Rio Paranaíba, que permitiu a realização dessa pesquisa e a todos que contribuíram (in)diretamente para a realização deste trabalho.

Aos meus irmãos, cunhadas, familiares e amigos, os quais sempre estiveram ao meu lado oferecendo o apoio, o abraço e o incentivo, deixo aqui o meu sincero agradecimento.

Os direitos sociais humanos são, por natureza, direitos ligados à vida em sociedade sob a chancela da dignidade humana. Neles, o social precede o econômico.

(ALDAÍZA SPOSATI, 2007, p. 443).

RESUMO

A presente pesquisa insere-se na Linha de Pesquisa: Gestão das Organizações e Políticas para a Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica. As políticas de democratização do Ensino Superior implantadas nos últimos vinte anos proporcionaram a criação de novas Instituições Federais de Ensino Superior, Campi, cursos e vagas. Nesse sentido, observou-se que, para além de oportunidades de acesso à Educação Superior, era preciso assegurar condições mínimas de permanência aos discentes em situações menos favoráveis social e economicamente. Nesse sentido, foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil, cujos objetivos apontam para a garantia de permanência e igualdade de oportunidades. Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo principal analisar as Políticas de Assistência Estudantil desenvolvidas na Universidade Federal de Viçosa *Campus* Rio Paranaíba. Para orientar o referido estudo, elaborou-se duas perguntas: As políticas de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Viçosa *Campus* Rio Paranaíba, na forma como são implementadas, têm apresentado reflexos positivos no desempenho acadêmico dos estudantes? As políticas de Assistência Estudantil na UVF CRP têm sido suficientes para suprir as demandas básicas (moradia, alimentação, transporte, saúde) dos discentes contemplados? Ao longo da pesquisa buscou-se compreender os seguintes objetivos: Descrever o processo de criação da Universidade Federal de Viçosa e do *Campus* UVF Rio Paranaíba; Examinar a organização da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e descrever seus programas e políticas de Assistência Estudantil, compreender como é feita a gestão dos recursos do PNAES; Conhecer o perfil dos discentes contemplados, o percentual de atendimento e a percepção dos alunos em relação aos auxílios Alimentação e Moradia; Verificar se há influência das políticas de assistência estudantil no desempenho, permanência dos estudantes; Possibilitar reflexões no sentido de aprimorar a gestão da política de assistência estudantil e dos recursos do PNAES. Trata-se de um estudo de caso, com pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionário, caráter descritivo, abordagem com métodos mistos (qualitativa e quantitativa) amparada pelas teorias metodológicas de: Bardin (1977), Gil (2002), Kirschbaum (2013), Paranhos (2016), Yin (2001) e Fonseca (2002), Elói (2018), Silva (2018), Araújo (2016), Sacramento (2015), Dias Sobrinho (2010), Imperatori (2017), Del Giúdice (2013), Ribeiro (2006) Bretas (2010), Vasconcelos (2010). O corpus dessa pesquisa é constituído pelos Programas de Assistência estudantil desenvolvidos pela UVF *Campus* Rio Paranaíba e pela amostra retirada do universo de pesquisa (todos os bolsistas dos programas de Auxílio Moradia e Serviço de Alimentação. A referida amostra foi constituída por 58 bolsistas que responderam ao questionário enviado por correio eletrônico. Observou-se que os discentes contemplados com auxílios são, em sua maioria jovens dos cursos integrais, que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica. O Auxílio Moradia e o Serviço de Alimentação foram considerados, pelos bolsistas, como instrumento de permanência nos cursos, embora o Auxílio Moradia não seja suficiente para cobrir todas as despesas decorrentes da locação residencial em Rio Paranaíba. Esta Pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP da Universidade Federal de Viçosa e autorizada em 25/08/2020, CAAE:34021320.0.0000.5153, Parecer Consubstanciado nº 4.235.616.

Palavras-chave: PNAES. Assistência Estudantil. Permanência. UVF *Campus* Rio Paranaíba.

ABSTRACT

This research is part of the Research Line: Management of Organizations and Policies for Professional and Technological Education of the Professional Master's Degree Program in Technological Education. The policies of democratization of Higher Education implemented in the last twenty years have provided the creation of new Federal Institutions of Higher Education, Campi, courses and vacancies. In this sense, it was observed that, besides the opportunities for access to Higher Education, it was necessary to ensure minimum conditions for the permanence of students in less socially and economically favorable situations. In this sense, the National Plan for Student Assistance was created, whose goals point to the guarantee of permanence and equality of opportunities. Thus, this research had as its main objective to analyze the Student Assistance Policies developed at the Universidade Federal de Viçosa Campus Rio Paranaíba. To guide this study, two questions were posed: Have the Student Assistance policies at the Universidade Federal de Viçosa Rio Paranaíba Campus, as implemented, had a positive impact on the students' academic performance? Have the Student Assistance policies at UVF CRP been sufficient to meet the basic needs (housing, food, transportation, health) of the students enrolled? Throughout the research, the following objectives were sought to be understood: Describe the creation process of the Federal University of Viçosa and the UFV Rio Paranaíba Campus; Examine the organization of the Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários and describe its Student Assistance programs and policies, understand how the management of PNAES resources is done; To get to know the profile of contemplated students, the percentage of attendance and the students' perception regarding the Food and Housing assistance; To verify if there is an influence of the student assistance policies on the students' performance and permanence; To enable reflections in order to improve the management of the student assistance policy and of the PNAES resources. This is a case study, with bibliographic and documental research and application of a questionnaire, descriptive character, mixed methods approach (qualitative and quantitative) supported by the methodological theories of: Bardin (1977), Gil (2002), Kirschbaum (2013), Paranhos (2016), Yin (2001) and Fonseca (2002), Elói (2018), Silva (2018), Araújo (2016), Sacramento (2015), Dias Sobrinho (2010), Imperatori (2017), Del Giúdice (2013), Ribeiro (2006) Bretas (2010), Vasconcelos (2010). The corpus of this research consists of the Student Assistance Programs developed by the UFV Campus Rio Paranaíba and the sample taken from the research universe (all the scholarship recipients of the Housing Aid and Food Service programs. This sample was made up of 58 students who answered the questionnaire sent by email. It was observed that the students who receive the aid are mostly young people from full-time courses, who are in a vulnerable socioeconomic condition. The students considered the housing allowance and the food service as a means to keep them in their courses, although the housing allowance is not enough to cover all the expenses resulting from the residential rental in Rio Paranaíba. This research was submitted to the Ethics Committee on Human Research of the Universidade Federal de Viçosa and authorized on 08/25/2020, CAAE:34021320.0.0000.5153, Consenting Opinion No. 4.235.616.

Keywords: PNAES. Student Assistance. Permanence. UFV Campus Rio Paranaíba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – UFV <i>Campus</i> Rio Paranaíba – CRP I	38
Figura 2 – Área de Expansão – CRP II	40
Figura 3 – Área do CRP II.....	40
Figura 4 – Mesa de Autoridades para a Aula Magna de abertura do ano letivo de 2010.....	43
Figura 5 – UFV <i>Campus</i> Rio Paranaíba – CRP II – vista aérea - 2020.....	45
Figura 6 – Prédio do Laboratório de Ensino	46
Figura 7 – Restaurante Universitário	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de alunos por ano de ingresso na UFV <i>Campus</i> Rio Paranaíba.....	68
Gráfico 2 – Composição da Amostra de acordo com sexo.....	68
Gráfico 3 – Composição da Amostra conforme Autodeclaração de Cor	69
Gráfico 4 – Localização dos domicílios de origem/grupo familiar	70
Gráfico 5 – Composição do Grupo Familiar	71
Gráfico 6 – Tipo de imóvel do grupo familiar.....	72
Gráfico 7 – Modalidades de auxílios recebidos pelos discentes abordados	74
Gráfico 8 – Tempo de recebimento dos auxílio Moradia e Alimentação.....	75
Gráfico 9 – Frequência de utilização do Restaurante Universitário	76
Gráfico 10 – Tipo de Moradia estabelecida em Rio Paranaíba	77
Gráfico 11 – Despesas custeadas pelo Auxílio Moradia	79
Gráfico 12 – Questão 11 - Assertiva I	80
Gráfico 13 – Questão 11 - Assertiva II.....	81
Gráfico 14 – Questão 11 - Assertiva III	82
Gráfico 15 – Questão 11 - Assertiva IV	83
Gráfico 16 – Questão 11 - Assertiva V.....	84
Gráfico 17 – Questão 11 - Assertiva VI	85
Gráfico 18 – Questão 11 - Assertiva VII.....	86
Gráfico 19 – Questão 11 - Assertiva VIII.....	87
Gráfico 20 – Questão 11 - Assertiva IX	88
Gráfico 21 – Auxílio Moradia x Residência Universitária.....	89
Gráfico 22 – Inexistência de auxílios x Comportamento do discente	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Análise temática -Questão 14	91
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Criação dos cursos e vagas ofertadas ao longo dos primeiros quatro anos	42
Tabela 2 – Serviços Assistenciais oferecidos no Campus UFV Rio Paranaíba (2011/2019) ..	59
Tabela 3 – Perfil Discente por curso de graduação	66
Tabela 4 – Distribuição de alunos amostrados conforme variáveis: Sexo e Idade.....	69

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BDTD	Banco Digital de Teses e Dissertações
CNSS	Conselho Nacional de Seguridade Social
CRP-I	Campus Rio Paranaíba – Área inicial
CRP-II	Campus Rio Paranaíba – Área de expansão
ESAV	Escola Superior de Agricultura e Veterinária
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PNE	Plano Nacional de Educação
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PROFIAP	Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
REUNI Federais	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SESu	Secretaria de Educação Superior
UNE	União Nacional dos Estudantes
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVCRP	Universidade Federal de Viçosa <i>Campus</i> Rio Paranaíba
UREMG	Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A CRIAÇÃO DA UFV	23
1.1 Breve histórico do Ensino Superior Brasileiro	23
1.2 A criação da UFV	29
1.3 O <i>Campus</i> UFV Rio Paranaíba	34
1.4 As atividades no <i>Campus</i> UFV Rio Paranaíba	37
2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E NA UFV	47
2.1 A Assistência Estudantil no Brasil.....	47
2.2 A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários.....	55
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	61
3.1 Metodologia	61
3.2 Amostragem e Universo da Pesquisa.....	64
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	65
4.1 Resultados: Perfil dos estudantes atendidos	65
4.2 Informações sobre Auxílios recebidos.....	73
4.3 Percepção discente acerca dos auxílios estudantis.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE A	111
APÊNDICE B -	113

INTRODUÇÃO

Até o final dos anos 1990 o acesso ao ensino superior ocorria por meio de exames seletivos, elaborados de forma individualizada por cada instituição (vestibulares), tendo por objetivo selecionar os candidatos mais bem preparados para ingressarem nos seus cursos superiores. Esse tipo de exame funcionava como gargalo, impedindo que a educação superior atendesse todas as camadas sociais de forma satisfatória e equânime. Conforme relatado por Barros (2014) os exames vestibulares limitava, a educação, delineavam os currículos, beneficiava as camadas mais altas da sociedade e, dessa forma, impediam os estudantes oriundos das instituições públicas tivessem bom desempenho no certame.

Nas duas últimas décadas do século, foi possível acompanhar algumas mudanças nos contextos relacionados à área educacional, ocasionado transformações de maior impacto no âmbito da Educação Superior, especialmente, no que se refere à expansão de mecanismos de acesso ao ensino superior.

Ainda que os campos sociais e econômicos tenham experimentado, de certa forma, alguns avanços, estes não foram suficientes para reduzir a distância entre os mais abastados e os mais desprovidos. Dados publicados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (2018) indicaram que a pobreza e a desigualdade têm aumentado nos últimos quatro anos no Brasil. Conforme revelaram estudos desenvolvidos por Neri (2019), entre os anos de 2000 e 2014 houve redução da desigualdade social em decorrência do crescimento da renda per capita, porém, a partir de 2015, tem-se uma inversão da situação, com aumento crescente da miséria e conseqüentemente da desigualdade.

Em relação ao campo educacional, a partir de meados dos anos 2000, o governo federal, durante os mandatos do presidente Lula (2003 a 2011), deu início à implantação de diversos programas, cujas propostas e objetivos versavam sobre a ampliação do acesso ao ensino superior e buscavam possibilitar a permanência dos discentes.

Entre os planos e programas implementados, a partir do ano 2000, destacam-se: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que permitiu ampliar, reestruturar, interiorizar e expandir as Instituições de Ensino Superior; o Plano de Criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, a partir do Decreto nº 6.095/2007 e da Lei nº 11.892/2008; o Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005/2014; o Programa Universidade para Todos (PROUNI); o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); o Sistema de Seleção Unificada (SISU); o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído via Decreto nº 7.234/2010; e a Lei 12.711/2012 - Lei de Cotas.

Parte desses programas são oriundos de debates, lutas e reivindicações que envolveram a participação de muitos segmentos da sociedade. É o caso do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cujos debates surgiram por meio dos Fóruns de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (FONAPRACE) e de demandas da União Nacional de Estudantes (UNE).

Com a expansão da rede de instituições federais, cresceram as demandas por assistência estudantil, visto que o perfil socioeconômico dos ingressantes no ensino superior, revelava um quadro de maior vulnerabilidade, conforme apontaram os dados da IV Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES – 2018. Essa pesquisa revelou que cerca de 70% dos ingressantes possuíam renda per capita de até um salário-mínimo e meio.

Tomamos como referência, para compreensão do termo vulnerabilidade, a concepção que norteia os estudos feitos pelo FONAPRACE/ANDIFES (2018, p. 33), em que as condições de vulnerabilidade decorrem “da pobreza e da privação (ausência de renda, precário ou inexistente acesso aos serviços públicos), da fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)”.

No intuito de minimizar as disparidades entre as condições socioeconômicas dos discentes do ensino superior, o governo federal instituiu o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2007, o qual, conforme mencionado anteriormente, configurava-se como uma demanda antiga, fruto de discussões, tanto nos fóruns de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), como na União Nacional dos Estudantes (UNE).

O PNAES, surgiu com a Portaria 39/2007 e foi regulamentado posteriormente pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, visando amparar os jovens oriundos de instituições públicas de ensino, ingressantes nos cursos de graduação da rede pública federal (universidades e institutos federais), em situação de vulnerabilidade, isto é, aqueles com renda per capita familiar de até um salário-mínimo e meio, conforme descrito no art. 5º do Decreto nº7.234/2010.

A ANDIFES e o FONAPRACE têm realizado, periodicamente, pesquisas a fim de conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos discentes que ingressaram nas IFES e assim subsidiar políticas públicas, debates e a defesa da educação superior pública, gratuita e de qualidade. Nesse sentido, as duas últimas pesquisas apontaram o crescimento do percentual de discentes cuja renda per capita não ultrapassar o patamar de 1,5 salários-mínimos.

De acordo com dados levantados pela ANDIFES/FONAPRACE (2016), publicados na IV edição da Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES, uma parcela (66,19%) dos (as) discentes, até 2014, se mantinha com renda per capita mensal de até 1,5 salários-mínimos. Destes

uma fração de 31,97% vivia, neste período, com renda de até meio salário-mínimo e cerca de 53,93%, com renda até 1 salário-mínimo.

Os dados divulgados pela ANDIFES (2019), referentes ao relatório da V edição da Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES/2018, revelaram que uma parcela representada por 70,2% dos discentes das IFES, até o ano de 2018, viviam com renda mensal per capita de até 1,5 salários-mínimos, sendo que 26,6% dessa parcela vivia com renda per capita de até meio salário-mínimo, enquanto cerca de 26,9%, com renda per capita de até 1 salário-mínimo.

O PNAES tem por diretriz proporcionar aos discentes, em vulnerabilidade social, condições mínimas de permanência nos cursos superiores, vindo, dessa forma, complementar as políticas de democratização do ensino superior, criadas em meados dos anos 2000, as quais propunham aumentar o número de instituições, *Campi*, cursos noturnos e vagas dedicadas ao ensino superior, além de ampliar as condições de acesso e permanência.

Essa expansão, conforme dados do FONAPRACE/ANDIFES (2018), deu-se em duas situações: a criação de novas IFES e expansão com os novos *Campi*, no período 2005/2017, contribuindo para um crescimento de vagas na casa de 260%, no período 2003/2017; e da Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012. Essa Lei prevê a reserva de uma parte das vagas disponíveis em cada instituição pública para atender grupos vulneráveis e/ou historicamente discriminados, quais sejam: estudantes de escolas públicas com renda per capita de 1,5 salários e autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação pertinente.

As políticas relacionadas ao ensino superior implementadas nos últimos vinte anos contribuíram para modificar o cenário da educação superior, proporcionando, a uma parcela considerável de pessoas e jovens até então excluídos do sistema educacional, diversas oportunidades de ingresso no ensino superior e de continuidade na formação.

Diante do exposto, esta pesquisa se propôs a realizar um estudo de caso em torno do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), da percepção dos discentes e possíveis reflexos no desempenho acadêmico e outros aspectos relacionados à definição e execução dessa política, no *Campus* UFV Rio Paranaíba.

Constituiu-se como objeto desta pesquisa o estudo das políticas de Assistência Estudantil desenvolvidas no *Campus* da Universidade Federal de Viçosa instalado na cidade de Rio Paranaíba, criado pela Resolução 08/2006/CONSU e implantado no ano seguinte em um município considerado de pequeno porte, de aproximadamente 12.000 habitantes (IBGE, 2010), na região do Alto Paranaíba,

interior de Minas Gerais. Esse novo *Campus* encontra-se na região do Alto Paranaíba, há a uma distância de 530 quilômetros da UFV Viçosa.

A motivação para a escolha da Universidade Federal de Viçosa *Campus* Rio Paranaíba como objeto de estudo, ocorreu em função de vários aspectos. Inicialmente, por razão da sua recente implantação. O *Campus* foi criado pela Resolução nº08/2006/CONSU, tendo suas atividades acadêmicas iniciadas no segundo semestre de 2007, com ingresso de 100 alunos no curso de Administração (diurno e noturno) e 50 no curso de Agronomia (integral).

A expansão da UFV é decorrente das políticas pactuadas no âmbito do REUNI, cujos objetivos assentaram-se na expansão, interiorização e democratização do ensino público de nível superior, alinhados aos esforços de agentes políticos municipais e de outras esferas governamentais, bem como de atores da sociedade civil.

Inicialmente o *Campus* foi instalado em um terreno doado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), situado em uma área aproximada de 44 hectares, a treze quilômetros da cidade. O *Campus* recém-criado conta com poucas edificações e não dispõe de alojamento estudantil. Para suprir essa lacuna, são oferecidos auxílios, valor fixo em dinheiro, aos alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica, para custeio de moradia proveniente de imóveis locados na cidade de Rio Paranaíba.

Alinhada à ausência de dependências para moradia estudantil foi observado que há poucas pesquisas enfocando o tema proposto, havendo, pois, uma lacuna de investigação acerca do tema Assistência Estudantil, no âmbito da Universidade Federal de Viçosa e nenhuma pesquisa relacionando o assunto e ao *Campus* UFV Rio Paranaíba.

Para levantamento do Estado da Arte, foram realizadas pesquisas nos arquivos digitais das seguintes plataformas virtuais: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A pesquisa realizada na plataforma da CAPES elencou a relação de trabalhos acerca da temática PNAES, revelando diversas abordagens, porém poucas pesquisas envolvendo a UFV.

Para esse levantamento, usou-se a seguinte palavra-chave: “PNAES”. Aplicou-se o filtro “Anos pesquisados: 2010 a 2018” e foram encontrados 136 trabalhos, sendo 72 dissertações de Mestrado, 54 dissertações de Mestrado Profissional e 10 teses de doutorado. Dentre os trabalhos encontrados, aqueles que têm afinidade com o tema proposto encontram-se citados em arquivo modo Quadro, constante no Anexo A. A pesquisa na plataforma do Banco Digital de Teses e Dissertações - BDTD resultou em 59 trabalhos, a partir da Chave de busca “PNAES”.

A relevância dessa proposta de trabalho perpassa os contextos social, institucional, profissional e pessoal. No âmbito social, a pesquisa se faz pertinente, pois busca apresentar respostas para o Estado, enquanto gestor, e para a sociedade, enquanto financiadora, sobre a aplicação dos recursos alocados pelo PNAES no âmbito da Universidade Federal.

No âmbito institucional, proporcionará à Universidade insumos para reflexão e avaliação das ações desenvolvidas no campo da assistência estudantil, visto que pretende identificar as dificuldades enfrentadas pelos discentes no decorrer da trajetória acadêmica, as influências, os reflexos das políticas assistenciais nas condições de vida do estudante e no desempenho acadêmico.

Os resultados obtidos e o conhecimento acerca da assistência estudantil e do perfil da comunidade acadêmica atendida pela política de assistência estudantil poderão fomentar estratégias para melhorias na gestão e execução das políticas voltadas ao apoio estudantil no *Campus*.

No tocante aos campos profissional e pessoal, acredito que, enquanto servidora pertencente ao quadro efetivo de pessoal da instituição, desde junho de 2008, e lotada atualmente na Diretoria de Assuntos Comunitários, o desenvolvimento dessa pesquisa proporcionou ampliar a formação, crescimento pessoal e profissional, contribuindo de forma significativa para melhorar o desempenho da servidora na realização das atividades inerentes ao cargo e setor de atuação.

Para além dos aspectos citados, a proposta em questão se faz relevante, em função da inexistência de estudos relacionados ao tema e ao referido *Campus*. Diante dessa particularidade, o trabalho se fez bastante desafiador, ao mesmo tempo, gratificante pelo pioneirismo e pela oportunidade de fornecer dados e fomentar futuros estudos, dentro e fora da Universidade Federal de Viçosa - *Campus* Rio Paranaíba.

Dessa forma buscou-se responder às seguintes questões: as políticas de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Viçosa - *Campus* Rio Paranaíba, na forma como são implementadas, têm apresentado reflexos positivos no desempenho acadêmico dos estudantes? As políticas de Assistência Estudantil na UVFCRP têm sido suficientes para suprir as demandas básicas (moradia, alimentação, transporte, saúde) dos discentes contemplados?

Para nortear o estudo proposto, estabeleceu-se como objetivo geral: analisar como as políticas públicas de assistência estudantil têm sido implementadas na Universidade Federal de Viçosa *Campus* Rio Paranaíba, no período 2015-2020. E como objetivos específicos, no decorrer dessa pesquisa buscou-se:

- Descrever o processo de criação da Universidade Federal de Viçosa e da UFV *Campus* Rio Paranaíba;
- Examinar a organização da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e descrever seus programas e

políticas de Assistência Estudantil e compreender como é feita a gestão dos recursos do PNAES;

- Conhecer o perfil dos discentes contemplados, o percentual de atendimento e a percepção dos alunos em relação aos auxílios Alimentação e Moradia;
- Verificar se há influência das políticas de assistência estudantil no desempenho, permanência dos estudantes;
- Possibilitar reflexões no sentido de aprimorar a gestão da política de assistência estudantil e dos recursos do PNAES.

Para a elaboração deste trabalho, buscou-se aporte metodológico em Bardin (1977), Gil (2002), Kirschbaum (2013), Paranhos (2016), Yin (2001) e Fonseca (2002). Em termos de objetivos, a pesquisa é de caráter descritivo embasada em métodos de abordagem mistos (qualitativos e quantitativos).

Entre os documentos consultados estão: Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2023, Plano de Gestão/2015-2019, Estatuto da UFV, Resoluções 07/2006/CONSU e 08/2006/CONSU e Relatórios UFV em Números - edições 2012 a 2019 e Relatório de Atividades-2018; além de informações contidas no sítio Web da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e da Divisão de Assuntos Comunitários e Dados disponibilizados pela Assistente Social da UFV *Campus* Rio Paranaíba: Relação de alunos bolsistas, Número de Avaliações Socioeconômicas e de Relação de Bolsas concedidas no período compreendido entre 2018-2020.

Em relação aos procedimentos, o estudo proposto trata-se de um estudo de caso, delimitando como foco o *Campus* da Universidade Federal de Viçosa instalado em Rio Paranaíba e as políticas de Assistência Estudantil implementadas na instituição.

Para elaboração do questionário, foram utilizadas, como aporte teórico, as pesquisas desenvolvidas e validadas por Anne Caroline Araújo (2016) cujo título foi *A percepção discente sobre a residência universitária no Brasil e o programa auxílio moradia no Campus da UFC em Sobral* e a pesquisa desenvolvida por Débora Sacramento (2015) na Universidade Federal de Viçosa com o título *Gestão de assistência estudantil: a convivência nos alojamentos da UFV*.

A presente dissertação está estruturada da seguinte forma: a primeira seção, intitulada *O Ensino Superior e a criação da UFV*, apresenta de forma breve um histórico do ensino superior brasileiro e, em seguida, são apresentados recortes, contendo a história de criação da Universidade Federal de Viçosa e, posteriormente, da criação e implantação do *Campus* da UFV, em Rio Paranaíba.

Na segunda seção, intitulada *Assistência Estudantil no Brasil e na UFV*, abordam-se os caminhos percorridos pela Assistência Estudantil, desde as primeiras manifestações com a criação da casa do Estudante, perpassando pela criação do PNAES e chegando ao presente momento no qual, em

decorrência da pandemia da COVID – 19, foi preciso interromper algumas atividades ligadas às bolsas e auxílios oferecidos, caso da suspensão das atividades do Restaurante Universitário em Rio Paranaíba.

A terceira seção, *Metodologia de Pesquisa*, discorre sobre os aspectos e parâmetros metodológicos que foram necessários à condução do estudo em questão, de forma a alcançar os objetivos delineados para a pesquisa em voga. A seção está estruturada em dois tópicos, abordando, no primeiro, os aspectos metodológicos, enquanto o segundo versa sobre aspectos inerentes à amostragem e ao Universo de pesquisa.

Por fim, a quarta seção, *Resultados e Discussão*, discorrerá sobre os resultados auferidos através de pesquisa documental e da aplicação dos questionários junto aos bolsistas dos Auxílios Alimentação e Moradia da UFV *Campus* Rio Paranaíba.

Encerrando o estudo proposto, a seção intitulada *Considerações Finais* apresenta uma abordagem sucinta do estudo, apontando os resultados e as sugestões de intervenção, bem como as propostas para estudos futuros.

1 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A CRIAÇÃO DA UFV

Esta seção traz um breve apanhado da trajetória do Ensino Superior Brasileiro, desde as primeiras manifestações, ainda no período colonial, até os dias atuais, com a ampliação da rede de ensino federal e as políticas de democratização e expansão.

Serão apresentadas no decorrer dessa seção: a história de criação da Universidade Federal de Viçosa no início do século XX e a história de criação e implantação do *Campus* Universitário na cidade de Rio Paranaíba.

1.1 Breve histórico do Ensino Superior Brasileiro

O Brasil é um país historicamente marcado pelas desigualdades sociais e econômicas, em decorrência do modelo de colonização. Nesse sentido, a história da educação não se apresenta com um diagnóstico diferente. O acesso à educação prevaleceu, por um longo período, restrito a uma pequena parcela da sociedade, concebido como oportunidade destinada aos filhos da elite dirigente.

A educação, dentro do projeto globalizante, toma um discurso de que a oferta seja para todos/as. A diferença é tida como bem-vinda ao projeto educacional e social[...] sociedades multiculturais latino-americanas abraçaram a possibilidade de inclusão da diversidade na educação superior através de políticas de ação afirmativas. O Brasil atende a este apelo com vigor. A inclusão da diversidade pôs-se como uma estratégia para acelerar o processo democratizante do acesso e da permanência no ensino superior (MELO, 2017, p 2-3). (Grifo do autor).

A preocupação com a implantação de um sistema de ensino superior no Brasil foi tardia, diferentemente de países colonizados pelos ingleses e espanhóis, conforme descreveram Vasconcelos (2010) e Sanches (2014). Nesse sentido, Fávero (2006), Medina (2019) assinalam que o surgimento dos primeiros cursos superiores no Brasil ocorreu por volta de 1808, em decorrência da instalação da Corte na Colônia. Nesse período, foram criados cursos isolados nas áreas médica e cirúrgica e oferecidos em diferentes estados.

Apesar da existência de vários cursos de nível superior no Brasil, a organização de instituições nos moldes de universidade, ocorreu no século XX, conforme aponta Melo (2017, p. 7), “O ensino superior, tomando-se por referência o estabelecimento de universidades, é uma realização praticamente do início do século passado. O marco foi a criação da Universidade do Rio de Janeiro (1920)”.

Krainski (2014), discorrendo sobre a implantação Ensino Superior brasileiro, afirma que o processo ocorreu de maneira tardia, diferentemente de outras colônias americanas, visto que, no Brasil, até o início do século XIX, não havia instituições de educação superior. Vasconcelos (2007) descreve que a inexistência das universidades em território brasileiro justificava-se sob o pretexto de que, para Portugal, a colônia seria incapaz de produzir artes e ciências, então, para suprir essa lacuna, o governo português oferecia bolsas de estudo na Universidade de Coimbra.

Medina (2019) reitera que, para Portugal, não era interessante que o trabalhador pudesse ter acesso ao ensino mais avançado (grau superior), justamente para manter a condição de dependência dos colonos, enquanto os filhos dos ricos teriam trânsito livre na Universidade de Coimbra. Até então, a maioria dos estudos mais aprofundados só constavam nos Colégios Jesuítas, estes, conforme descreve Medina (2019), não figuravam como universidades.

A mudança nesse cenário só ocorreu com a instalação da família real no Rio de Janeiro, a partir de 1808, conforme relatam Almeida e Jardim (2016), pois o ensino superior, na colônia, era inexistente até a chegada da família real. Esse fato desencadeou a criação de cursos superiores isolados, na primeira metade do século XIX, a exemplo dos cursos superiores de Engenharia, oferecidos pela Academia Real da Marinha (1808) e pela Academia Real Militar (1810); o Curso de Cirurgia da Bahia (1808): de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro (1808) e de Medicina (1809), no Rio de Janeiro; de Economia (1808) e posteriormente os cursos de Agricultura (1812), de Química - química industrial, geologia e mineralogia (1817) e o Curso de Desenho Técnico (1818) (SAVIANI, 2010).

Durante o período do Império, a educação seguiu desarticulada, em termos de ensino superior, predominando os cursos isolados, mantidos pelo poder público em atendimento aos interesses e necessidades da corte, cujo intuito era formar dirigentes para o Império, acessíveis apenas à elite (SOUZA, 2018).

O país chegou à Proclamação da República sem contar com nenhuma universidade. Dispunha apenas de cinco (5) faculdades. Décadas mais tarde, no decorrer do século XX, passaram a articular os cursos na forma de universidades. Porém a educação, em especial a de nível superior, continuava restrita à elite (SANCHES, 2014)

Bretas (2010) ressalta que, além de tardio, o processo de criação das instituições de ensino superior gerou um modelo de Educação baseado em interesses grupais particulares, em detrimento do interesse público. Esse sistema se consolidou com atores pré-definidos (docentes e discentes) e, nesse contexto de educação e escolas superiores isoladas se desenvolveram culturas científicas heterogêneas.

Nesse sentido, Vasconcelos (2010) assinala que o sistema de ensino criado à época foi embasado em cursos isolados, cujos focos privilegiaram a concepção técnica, visando formação profissionalizante. Esses cursos foram cunhados para atender a interesses da elite, tendo em vista a impossibilidade de estudar na Europa, em função do bloqueio continental pelas tropas de Napoleão. Nas palavras da autora:

O fato dos cursos que surgiram terem se voltado ao ensino prático – engenharia militar e medicina – e serem ministrados em faculdades isoladas, marcou de forma contundente o ensino superior no Brasil e explica muitas distorções que até hoje estão presentes em nosso sistema (VASCONCELOS, 2010, p. 602)

Diante da inexistência de política de Educação Superior, por parte do governo federal, os governantes estaduais e até municipais, mediante as demandas que emergiam à época, foram criando cursos e estabelecendo seus próprios sistemas de ensino superior. O governo federal, ao criar a Universidade Federal do Rio de Janeiro, implicitamente, buscava retomar o controle do desenvolvimento do Ensino Superior por outras vias que não a federal (BRETAS, 2010).

Bretas (2010) descreve que a estratégia de criar instituições a partir da reunião de cursos e faculdades já existentes simboliza a mão do governo no controle do sistema e o ponto de partida para o processo de federalização de instituições. Tal processo representou a forma usada pelo governo para estabelecer o Sistema de Ensino Superior Federal. Somente na década de 60, criou-se universidades federais sem utilizar o mecanismo da federalização, caso da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Juiz de Fora, ambas criadas em 1960 e, seguindo esse critério, no ano de 1961, criaram-se as Universidades Federais de Alagoas e do Espírito Santo. Entretanto, foram mantidos, ao longo da década, os processos de federalização, a exemplo das Universidades Federal de Goiás, de Santa Catarina e do Pará.

Nesse período, tem-se a edição da Lei de Diretrizes e Bases no ano de 1961, Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que estabeleceu os objetivos da Educação e a reconheceu como direito de todos os cidadãos, a qual, além de normatizar a oferta do ensino por instituições públicas, abriu campo para atuação das instituições de ordem particular (art. 3º, inciso I).

A LDB/1961 estabeleceu as competências do Conselho Federal de Educação, as quais foram descritas no art. 9º. Dentre essas prerrogativas destaca-se, nesse artigo, a competência estabelecida na Alínea “n) estimular a assistência social escolar”. Percebe-se esta medida legal como um aceno para estabelecimento de políticas de assistência estudantil posteriormente.

A despeito desse tema, é válido destacar que ele permaneceu restrito dentre as políticas públicas, no período dos governos militares, sendo ponto de discussão, à medida que movimentos sociais se articulavam para pleitear direitos, entre os quais a assistência estudantil.

A criação da Universidade do Rio de Janeiro, impeliu a criação de outras escolas e cursos de ensino superior, contemplando assim quase todos os estados, até meados dos anos 50. No período compreendido entre as décadas de 50 e 60, várias instituições de Ensino Superior foram federalizadas e passaram a integrar o sistema de Educação Superior Federal, conforme relatou Bretas (2010).

Na década de 1970, assistiu-se à primeira grande expansão do ensino superior brasileiro. O crescimento urbano e as demandas por mão de obra qualificada impeliram uma arrancada no campo da educação superior. E diante do crescimento de grande vulto, o governo, incapacitado de atender a demanda, deixou a cargo da iniciativa privada a maior parcela da oferta de vagas e de novos cursos, porém não conseguiu exercer, com eficiência, as suas responsabilidades, no tocante às funções de organizador do sistema e fiscalizador público, o que levou à precariedade dos cursos e da formação, incorrendo numa perspectiva baseada na educação mercantilista, a qual permanece ocasionando distorções e deficiências até o presente momento (VASCONCELOS, 2010).

O crescimento registrado a partir da década supracitada propiciou o surgimento de demandas por apoio aos discentes. No tocante à assistência estudantil, no Brasil, Vasconcelos (2010, p. 5) descreve que “a trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil está conectada com a trajetória da política de Assistência Social, pois ambas despontaram a partir de movimentos sociais que lutaram pelo fim do governo militar e a promulgação de uma nova Constituição Federal”.

Dessa forma, a promulgação de uma nova Constituição Federal no ano de 1988 repercutiu nos campos da educação superior, da assistência social e da assistência estudantil, à medida que discorreu sobre tais temas, ao longo do texto constitucional. Em relação à assistência social, a integração desta ao grupo da Seguridade Social constituiu um avanço significativo.

Entretanto a assistência estudantil só veio a tornar-se objeto de políticas públicas específicas a partir das mudanças trazidas pela democratização do ensino superior, nesses últimos vinte anos. A respeito do termo democratização, o MEC (2014, p.19) apontou que “a garantia da isonomia no acesso e permanência na educação superior é obtida por meio do conceito de democratização”. Para melhor compreensão do conceito de democratização do Ensino e sua finalidade, tem-se o excerto a seguir:

O processo de democratização compreende reverter o quadro no qual ir à universidade é opção reservada às elites. A definição de um projeto para a educação superior deve entender esta, como bem público, destinada a todos indistintamente, inserida no campo dos direitos sociais básicos,

tratada como prioridade da sociedade brasileira, sendo que a universidade deve ser a expressão de uma sociedade democrática e multicultural, em que se cultiva a liberdade, a solidariedade e o respeito às diferenças (MEC, 2014, p. 19).

A retomada dos planos de desenvolvimento educacional de nível superior decorre de ações recentes, implementadas a partir dos anos 2000. Ao conjunto de ações com vistas à expansão do ensino superior deu-se o nome de Democratização do Ensino Superior, conforme descreve Dias Sobrinho (2010, p.1226) “a democratização do ensino superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso, criação de mais vagas. Além da expansão [...] é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável [...]”.

Em termos de democratização, o Dicionário *Online* da Língua Portuguesa traz a seguinte definição para o vocábulo democratizar: “é tornar democrático, seguindo os preceitos da democracia; (...); tornar acessível a todas as classes; popularizar”.

Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído em conjunto com o Plano de Metas Todos pela Educação, via Decreto nº 6.094/2007, proporcionou a implementação de ações, programas e políticas, visando a ampliação, democratização e a interiorização da rede pública de ensino superior, o aumento de vagas nas instituições federais de educação superior, a criação de cursos, a oferta de cursos noturnos, a permanência, dentre outros.

Dentre os programas voltados para a democratização da educação superior federal, destacam-se o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que, de acordo com dados do MEC (2014), visava a expansão do ensino superior, devendo este, ser efetivado no período 2003/2014, cujo principal objetivo consistia em ampliar o acesso e a permanência na educação superior; e o Sistema de Seleção Unificado (SISU), que consiste num sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem.

Em relação à expansão da rede de universidades públicas, “a interiorização da oferta de educação superior é essencial para combater o desequilíbrio no desenvolvimento regional e atingir estudantes sem condições de se deslocar para outras regiões” MEC (2014, p. 20).

Ainda sobre a expansão da Rede Federal de Educação Superior iniciada no ano de 2003 com a interiorização dos *campi* das universidades federais, o MEC (2014) informa que a abrangência do ensino superior, em termos de municípios atendidos por universidades públicas federais, passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011, possibilitando, por meio da expansão, a criação de 14 novas universidades e mais de 100 novos *campi*”.

Em decorrência do processo de democratização, do aumento do quantitativo de vagas nas instituições de ensino superior, públicas e particulares, pode-se observar que, “no Brasil como no mundo, a segunda metade do século XX foi marcada por uma expansão sem precedentes da demanda e da oferta de cursos de educação superior (...)” (MEC, 2014, p.19).

Para manter os discentes matriculados nas instituições particulares, o governo instituiu dois programas no âmbito da Secretaria de Educação Superior (SESu), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante (FIES) os quais visavam ampliar o acesso à educação superior.

Em relação à manutenção e permanência dos discentes matriculados em instituições de ensino superior da rede federal, tem-se o Plano Nacional de Assistência Estudantil, o qual visa, entre outros objetivos, assegurar condições mínimas de permanência e melhoria de desempenho no âmbito da rede federal de educação superior, atuando também como mecanismo de prevenção da evasão.

Diante das mudanças ocasionadas pelo processo de expansão da rede federal de educação superior implementado após 2003, a ANDIFES e o FONAPRACE se articularam com vistas a uma mobilização nacional para que o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) se consolidasse como política de Estado, uma vez que havia sido instituído apenas sob a forma de decreto presidencial. Era preciso deixar o caráter de política de governo e se tornar perene, o que se consolidaria por meio da apreciação e aprovação pelo Congresso Nacional, sob a forma de lei.

O posicionamento do FONAPRACE evidencia a necessidade de institucionalizar o PNAES como política de âmbito nacional, consolidando-a como Política de Estado, o que resultaria em maior amplitude, maior percentual de recursos, pressupondo mais responsabilidade quanto à gestão e execução do programa.

As discussões a respeito do estabelecimento de mecanismos de assistência estudantil datam de meados do século XX, porém se prolongaram por décadas e, somente após uma série de mudanças governamentais, foi possível consolidar aspectos concebidos ao longo desses debates.

Dessa forma, o FONAPRACE exerceu papel fundamental para a efetivação dessas conquistas. Segundo Dutra e Santos (2017), foi nesse terreno fértil que surgiu o FONAPRACE, com objetivo de intervir em um cenário cujas ações de assistência estudantil ainda se constituíam de forma fragmentada e não tinham legitimidade nem apoio governamental significativo.

A respeito da democratização do ensino, Dias Sobrinho (2010) reitera que é preciso ir além da ampliação da taxa de matrículas dos jovens excluídos, sendo primordial oferecer condições bastantes, para assegurar a permanência e garantir uma aprendizagem de qualidade.

Nesse sentido, tem-se o posicionamento da ANDIFES (2014, p. 11) “para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica é necessário associar à qualidade do ensino ministrado uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, transporte, entre outras condições”.

Concomitantemente à expansão da rede federal de ensino superior, houve a ampliação da rede privada em proporções mais elevadas, ampliando as vagas para o ensino presencial e, em número ainda superior, para os cursos à distância. “Embora o cenário aponte um avanço significativo, é preciso equacionar as lacunas pertinentes ao campo”, conforme assegurou Imperatori (2017, p. 290), visto que essas deficiências exercem influências diretas na continuidade dos estudos.

Observa-se, portanto, que o sistema de ensino superior no Brasil foi concebido à maneira de uma colcha de retalhos, sem planejamento prévio e a longo prazo; constituiu, ao longo do tempo, um aglomerado de ações, desde a junção de cursos para formar universidades, perpassando pela federalização de instituições já existentes, até a expansão de instituições, de forma a aumentar a cobertura territorial e o quantitativo de cursos e vagas.

Nota-se que muito se pensou em números, mas poucos são os registros que demonstram preocupação em questão de qualidade e consistência dos projetos encampados ao longo da trajetória educacional brasileira.

1.2 A criação da UFV

A criação da UFV ocorreu por iniciativa do presidente do Estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes, quando, em 1920, determinou, por meio da lei nº 761 de 06/09/1920, a criação de uma Escola Superior de Agricultura no Estado de Minas Gerais. A determinação do local, inicialmente, não foi estabelecida, ficando a definir o lugar que melhor oferecesse condições de funcionamento (BORGES et. al, 2006).

A razão pela escolha do município de Viçosa não é consenso entre os que tratam do assunto, há quem acredite ser apenas uma referência de Bernardes à sua terra natal, porém há quem defenda o embasamento em um estudo acerca das potencialidades e necessidades regionais e, divergências à parte, prevalece o fato de que Arthur Bernardes rompeu com a tradição, buscando, pois, nos modelos norte-americanos, o conceito para a nova escola de ensino superior a ser implantada (BORGES et al, 2006).

Para concretizar seu intento, trouxe ao Brasil, para atuar como funcionário do Estado de Minas Gerais, o então diretor da Escola da Flórida/USA, Professor Peter Henry Rolfs, o qual se instalou, em

janeiro de 1921, com a incumbência de planejar, fundar e dirigir a Escola Superior de Agricultura e Veterinária, incluindo ainda a elaboração do projeto arquitetônico dos edifícios (SABIONI, 2006).

Dando prosseguimento aos trâmites para a implantação de uma nova escola, o governo estadual assinou, em 1922, o decreto para a criação da instituição, a qual foi instalada no município de Viçosa e inaugurada em 28 de agosto de 1926, quando o Professor Peter Henry Rolfs, convidado por Arthur Bernardes para conduzir as obras da nova escola, proferiu o primeiro discurso já ocupando o posto de diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), cargo que exerceu até 1929, quando deixou a instituição, para servir ao governo estadual como consultor (RIBEIRO, 2006).

A nova instituição foi gestada nos moldes das escolas superiores norte-americanas “Land Grant Colleges”, educação voltada às atividades rurais, ministradas em colégios campais, implantados em terras, geralmente, desapropriadas ou cedidas pelo poder público, para desenvolvimento de ensino voltado às práticas agrícolas e econômicas dos moradores do campo (RIBEIRO, 2006; DEL GIÚDICE, 2013; ELOI, 2018).

Desde a sua fundação, a ESAV oferecia alguns serviços assistenciais aos seus discentes, visto que ali estavam sob regime de internato para procederem aos seus estudos. O primeiro desses servidos foi alojamento masculino com refeitório, o qual estava localizado no edifício Bello Lisboa. A oferta desse serviço se fazia necessária à permanência dos discentes, para que assim pudessem frequentar os cursos oferecidos pela instituição (DEL GIÚDICE, 2013; ELOI, 2018).

O Professor Peter H. Rolfs trouxe para a ESAV uma nova forma de trabalho, característica dos “Land Grant Colleges” norte-americanos. Ele incorporou, em terras mineiras, um novo paradigma de ensino-aprendizagem, assentado no princípio do “aprender fazendo” e integrando, de forma aprofundada, a teoria à prática. Rolfs guiava-se pela concepção de que o verdadeiro Saber/Ciência é construído quando os sujeitos praticam as atividades *in loco* e, no caso da ESAV, os estudantes aprendiam os métodos e técnicas da “agricultura moderna” no próprio meio rural (SILVA e BORGES, 2008).

A postura de Rolfs foi essencial para implementar o novo modelo metodológico na ESAV, baseado na tríade “ensino-pesquisa-extensão” e, assim, afastar as práticas relacionadas à Pedagogia Tradicional. Essa atitude garantiu-lhe um estreitamento de relações entre o homem do Campo, Fazendeiros e a Instituição, conforme apontado pelos autores Silva e Borges (2008):

Prevaleceu, portanto o cuidado de não permitir que a essência “livresca” e “bacharelesca” da educação brasileira da época, pedagogia tradicionalista viesse influenciar negativamente o caráter “theorico-pratico” da educação esaviana, principal característica pedagógica do método

de ensino adotado na escola, o “aprender-fazendo”, conhecido também pelo termo “pedagogia do exemplo”. (SILVA e BORGES, 2008, p. 04)

Em 1948, a Escola Superior de Agricultura Veterinária (ESAV) foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). A UREMG congregava a Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Veterinária, a Escola Superior de Ciências Domésticas, a Escola Superior de Especialização (Pós-graduação), o Serviço de Experimentação em Pesquisa e o Serviço de Extensão. A estadualização alavancou o crescimento da universidade tanto em número de cursos quanto de alunos, também ampliou as suas demandas, dentre as quais se destaca a necessidade de construção de alojamento feminino, após a criação do curso de Economia Doméstica (DEL GIÚDICE, 2013); (ELÓI, 2018).

A instituição, além de oferecer serviços assistenciais, foi uma das primeiras a oferecer programas de extensão, ratificando assim o seu propósito de criação, cujos objetivos visavam qualificar profissionais para o mercado e desenvolver a região, bem como as atividades rurais praticadas no seu entorno. Segundo Borges (2016, p. 11), a “Semana do Fazendeiro, realizada desde 1929, é tida como a primeira grande manifestação do extensionismo rural no Brasil”.

O evento se tornou o maior acontecimento no âmbito da Extensão na Universidade, foram realizadas 91 edições até o ano de 2019. Excepcionalmente, em 2020, não foi possível a realização de mais uma edição, devido à pandemia e necessidade de distanciamento social (PEC/UFV, 2020).

Desde a sua criação, a Semana do Fazendeiro foi instrumento para levar o conhecimento e a cultura à comunidade, proporcionando capacitação e qualificação aos produtores e trabalhadores dos diferentes ramos ligados às atividades rurais. Para a UFV, “a extensão universitária é atividade acadêmica que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação entre universidade e sociedade”. Dessa forma, a extensão tem a função de levar o conhecimento produzido na academia, à população e possibilitar-lhe ferramentas para a melhoria da qualidade de vida (BORGES, 2016).

Nas primeiras edições da Semana do Fazendeiro, foram oferecidos cursos de aprimoramento das atividades rurais e do reforço familiar, além de ampliação da qualidade de vida dos participantes.

No âmbito do ensino, o modelo oferecido aos estudantes incluía a participação nas aulas teóricas e práticas e a presença nas propriedades rurais, para atuar diretamente com os agricultores e produtores rurais, nas diversas atividades agropecuárias (BORGES, 2016). Esse modelo preza pela indissociabilidade entre os pilares “ensino-pesquisa-extensão”.

Dessa maneira, a instituição foi se consolidando, expandindo e ganhando destaque no meio estadual, até que, no ano de 1969, ocorreu a sua Federalização, quando passou a ser nominada como Universidade Federal de Viçosa (BORGES, 2016).

A instituição, inicialmente, voltada para as ciências agrárias, foi ampliando o seu campo de atuação, expandindo o rol de cursos de graduação e pós-graduação e hoje conta com 4 centros de ciências, sendo: Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB), Centro de Exatas e Tecnológicas (CCE), e Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH). Os Centros de Ciências foram criados em 1978, com a aprovação do novo Estatuto da Universidade, que transformou a estrutura antes denominada de institutos de ciências em Centros de Ciências (SABIONI, et. al, 2006)

Uma das grandes preocupações da universidade, ao longo de toda a sua trajetória, foi democratizar o acesso ao ensino superior. Essa premissa impulsionou a instituição a uma abrangência cada vez maior, estendendo os seus limites e o seu reconhecimento para além da Zona da Mata. Atualmente a universidade conta com 3 *Campi*, sendo: o *Campus* Sede na cidade de Viçosa/MG (1922), o *Campus* de Florestal/MG (2006) e o *Campus* de Rio Paranaíba/MG (2006). O *Campus* de Florestal originou-se da Fazenda Escola de Florestal, fundada em 1939, posteriormente foi transformada em Central de Desenvolvimento Agrário de Florestal e, em 2006, foi elevado a *Campus* Universitário, por meio da Resolução do Conselho Universitário 07/2006/CONSU.

Elói (2018) descreve que, desde o início, a ESAV propôs-se a oferecer alguns serviços aos estudantes, alojamento e refeitório, embora essa assistência não fosse estendida a toda comunidade acadêmica, visto que somente os discentes mais vulneráveis tinham a gratuidade dos serviços indicados.

Elói (2018) reitera que, posteriormente à reformulação do decreto nº 7.323/1926 em 1931, foram acrescidos, mediante pagamento de taxa, os seguintes serviços na área de saúde: odontológicos, médicos, farmacêuticos e de enfermagem; surgiram as atividades esportivas (obrigatórias até a estadualização) e de música. Assim, as áreas assistenciais foram sendo ampliadas e a edição desse decreto possibilitou a isenção de taxa de alojamento e criação de bolsa moradia a 5% do total das matrículas. Esse benefício era destinado aos filhos de agricultores profissionais mineiros com dedicação aos estudos agrícolas. Após a estadualização da ESAV, a demanda por assistência aumentava proporcionalmente à entrada de estudantes e à criação de outros cursos.

Nesse sentido, Del Giúdice (2013) cita dois grandes picos de desenvolvimento da instituição, o primeiro, após a transformação da ESAV em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (1948), e

o segundo, após sua federalização (1969). Em ambos, houve uma ampliação significativa de cursos e vagas, bem como de serviços disponíveis à comunidade acadêmica.

O *Campus* UFV Florestal foi criado em 2006, elevando a Central de Desenvolvimento Agrário de Florestal - CEDAF, criada no ano de 1939, ao patamar de *Campus* Universitário. A transformação da CEDAF em *Campus* Universitário foi resultado da adesão da Universidade Federal de Viçosa ao programa do governo federal conhecido como REUNI, o qual permitiu, ainda, a criação do *Campus* de Rio Paranaíba (BORGES, 2016).

A UFV sempre prezou pela qualidade do ensino e, com base nessa premissa, vem ampliando seus cursos de graduação, especialização e pós-graduação, fomentando a capacitação dos seus docentes e servidores Técnicos Administrativos e incentivando o aprimoramento nas suas respectivas áreas de atuação.

De acordo com o Relatório de Gestão (2018, p. 173), “em 2017 encontravam-se em programas de treinamento 176 docentes, sendo 28 na UFV, 97 em outras instituições no País e 51 no exterior.” Em relação aos servidores técnico-administrativos, o Relatório de Gestão (2018, p. 180) aponta 161 servidores em treinamento, sendo: 43 em nível de doutorado e 118 em nível de mestrado. Desse quantitativo, 119 estavam matriculados em programas de pós-graduação na UFV, 37 em outras instituições nacionais e 5 em instituições estrangeiras. Além do treinamento formal, participaram de cursos de capacitação de curta duração em diversas áreas 392 servidores (RELATÓRIO DE GESTÃO 2018, p. 180).

Atualmente a instituição conta com 67 cursos de graduação, em seus três *Campi*, entre os quais são oferecidos 10 cursos de graduação no *Campus* UFV Florestal, 10 cursos oferecidos no *Campus* UFV Rio Paranaíba, sendo que os cursos de Administração e Sistemas de Informação possuem turmas diurna e noturna, totalizando 12 turmas para ingresso anual. No *Campus* UFV Viçosa, são oferecidos 47 cursos de graduação.

São oferecidos nove (9) cursos de pós-graduação (especialização *Lato Sensu*), sendo cinco (5) na modalidade presencial e quatro (4) na modalidade EAD - Ensino à distância. Em nível de pós-graduação *Stricto Sensu*, a UFV oferece 46 programas no *Campus* UFV Viçosa, desses seis (6) apenas em nível de mestrado acadêmico, sete (7) mestrados profissionais e 33 com mestrado e doutorado na modalidade acadêmica.

No *Campus* da UFV Florestal, são oferecidos três (3) programas *Stricto Sensu*, sendo dois (2) programas de mestrado profissional: Matemática em Rede Nacional e Educação em Ciências e Matemática; e um mestrado acadêmico: Manejo e Conservação de Ecossistemas Naturais e Agrários.

A UFV *Campus* Rio Paranaíba oferece dois (02) programas *Stricto Sensu*, um (01) mestrado acadêmico (Produção Vegetal) e um mestrado profissional (PROFIAP), além de participar do programa de Mestrado Multicêntrico em Química.

A despeito da criação da UFV, observou-se, desde o princípio, uma certa preocupação com a missão da instituição e o desejo de oferecer educação, ensino, pesquisa e extensão de qualidade à comunidade, seja ela acadêmica ou externa. Já nos primeiros cursos, a forma de se lidar com a parte prática dos cursos apresentava uma tendência divergente dos demais cursos que compunham a Educação Superior brasileira.

A preocupação em tão logo oferecer programas e eventos no âmbito da extensão e de prover auxílios aos estudantes que não tinham condições de arcar com todos os ônus referentes aos estudos orientou a instituição em busca de crescimento e desenvolvimento, fato que pode ser notado observando-se a tradição e a história da instituição, que está prestes a completar 100 anos de fundação.

1.3 O *Campus* UFV Rio Paranaíba

O *Campus* UFV Rio Paranaíba possui um território de 126,56 ha e 14.012,38 m² de área construída, o que representa 3% do total de área da instituição (UFV, 2018). Esse *Campus* surgiu por iniciativa do poder público municipal, na gestão do prefeito Jaime Silva. A instalação do campus foi autorizada pela resolução do Conselho Universitário de nº08/2006 em reunião do Conselho Universitário da Universidade Federal de Viçosa, realizada em 25 de julho de 2005.

A história de implantação de uma instituição de ensino profissional no município de Rio Paranaíba não começa com a aprovação para instalação do *Campus* da Universidade Federal de Viçosa. Até chegar propriamente à criação e instalação do *Campus* Universitário em Rio Paranaíba, no ano de 2006, muitas negociações, reuniões e viagens foram empreendidas ao longo de uma década e meia, sempre com o objetivo de trazer para esse município alguma instituição para oferecer formação e educação profissional.

Em meados dos anos 1990, o prefeito objetivava implantar uma Escola Agrotécnica e, para que tal projeto fosse concretizado, buscou parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA, que cedeu uma gleba denominada 209-A, com 670,5625 ha, para o município de Rio Paranaíba (SILVA, 2018).

O município encarregou-se de construir o edifício, porém finalizada a obra, deparou-se com a falta de recursos para dar continuidade ao projeto de implantação da escola, ficando edifício e áreas

adjacentes sem utilização por alguns anos, assim como as áreas pertencentes ao INCRA, condição que possibilitou a entrada de famílias ligadas ao Movimento Sem Terra nessas áreas. Posteriormente, após reuniões entre as partes e assentimento de ambas, o INCRA retomou parte da área cedida ao município e realizou o assentamento de 18 famílias no entorno do edifício - Assentamento Lago Azul - e assim reduziu a área doada ao município para 5 hectares, no entorno do edifício (SILVA, 2018).

Como já citado por Silva (2018), em função da escassez de recursos para prosseguir com o projeto da Escola Agrotécnica, das mudanças de gestão no município de Rio Paranaíba, o edifício permaneceu sem destinação até o ano de 2003.

Em meados do ano 2000, entendendo que o município havia descumprido o acordo firmado anteriormente, o INCRA retomou o terreno. Após algumas negociações, a prefeitura solicitou ao INCRA a cessão permanente da gleba com 44,5030ha onde havia sido construído o edifício, o qual seria destinado à implantação de uma escola agrícola. A solicitação da prefeitura foi respondida pelo INCRA por meio de um novo acordo com validade de 2 anos, tendo em vista que a prefeitura havia celebrado um acordo com a Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), para oferta de curso superior, por um período de 5 anos, prevendo, então, a utilização das dependências do edifício principal (SILVA, 2018).

As negociações para a destinação da área continuaram, conversas e reuniões entre o representante do INCRA, Nilton Alves de Oliveira, e o então prefeito de Rio Paranaíba, Jaime Silva, partindo do senhor Nilton a ideia de contactar a UFV a fim de tratar da implantação de uma Central de Desenvolvimento Agrário. Acolhida a sugestão, prefeito e representante do INCRA, começaram as tratativas com a Administração Superior da Universidade (SILVA, 2018).

Para dar sustância ao pleito, a Câmara Municipal de Rio Paranaíba aprovou, em 29 de março de 2006, a Lei nº 1.122, doando o Prédio antes destinado à Escola Agrotécnica para a Universidade Federal de Viçosa. Esse instrumento legal veio a pressionar a Administração Superior da Universidade para que o pedido fosse aprovado, visto que a área para a implantação do *Campus* já havia sido disponibilizada pelo Município.

O reitor à época, Professor Carlos Sedyiama, demonstrou interesse na ideia e designou, em comum acordo com os pleiteantes, o Professor José Ambrósio Ferreira Neto, para realizar estudos sobre a viabilidade da proposta. Essa avaliação deveria contemplar as condições estruturais e naturais da área e situação das instalações existentes. Inicialmente os apontamentos feitos pelo professor José Ambrósio acenaram positivamente para a consecução dos objetivos da comitiva de Rio Paranaíba e para a possibilidade de oferta, inclusive, com a possibilidade de oferta de cursos no local.

Diante da condição jurídico-geográfica da área (divisão em lotes rurais e anexa ao assentamento), seria necessária a apreciação dos colegiados superiores da UFV, nesse caso, o protocolo pedia uma segunda avaliação, de cunho mais aprofundado. Assim, nomeou-se uma comissão, presidida pelo Professor João Carlos Pereira da Silva para realizar novos estudos sobre a viabilidade do local, com vistas à criação de um campus universitário em Rio Paranaíba (ATA 318/2006/CONSU de 22/05/2006).

As negociações não cessaram, ao longo do primeiro semestre de 2006, e o prefeito Jaime Silva, imbuído de um desejo imenso de trazer a instituição federal para o município, continuou sua empreitada na busca por apoio político e, nessa persistente tarefa, partiu para Brasília, onde se reuniu várias vezes com o vice-presidente, senhor José Alencar Gomes da Silva, além de deputados e outros agentes políticos. O Vice-presidente tão logo aderiu àquela campanha e tornou-se uma espécie de “padrinho”, prometendo trabalhar em prol daquele projeto (SILVA, 2018).

Em reunião do Conselho Universitário, realizada em 25 de julho de 2006, após ampla discussão subsidiada pelo relatório elaborado pela comissão presidida pelo professor João Carlos Pereira da Silva, foi aprovada por unanimidade a instalação do *Campus* Universitário em Rio Paranaíba. A sugestão dos conselheiros foi utilizar o relatório como embasamento para pleitear recursos orçamentários e de pessoal junto ao Ministério da Educação (Ata 321/CONSU/2006 de 25/07/2006).

Conforme consta na Ata 321/CONSU/2006, foi relatado que o MEC já havia autorizado 18 vagas de docentes e destinaria cargos de direção e funções gratificadas para a universidade com vistas a implantação do campus em Rio Paranaíba. Na ocasião, foi informado que a prefeitura de Rio Paranaíba havia se comprometido a apoiar a construção de outros edifícios e da infraestrutura, para possibilitar a implantação do *Campus*. O INCRA se responsabilizaria por providenciar a documentação para a transferência da área para o domínio da UFV. Foi mencionado que prefeito de Rio Paranaíba ofereceu, ainda, áreas adicionais à Universidade e, discorrendo sobre o histórico do pleito, o presidente informou aos conselheiros que havia sido feita uma primeira oferta dessa área para a UFV, há seis anos.

Assim o *Campus* foi criado conforme consta em ata de número 321/CONSU/2006 e para garantir negociação foram enumeradas as seguintes ressalvas:

- 1) recursos humanos e funções gratificadas específicas;
- 2) orçamento específico;
- 3) efetiva participação dos municípios do Alto Paranaíba na implantação; e
- 4) criação de cursos planejados e programados de acordo com cronograma das condições disponibilizadas e a serem compromissadas” (ATA 321/CONSU/2006).

Posteriormente à aprovação de implantação do *Campus* pelo Conselho Universitário começaram as atividades relacionadas à licitação para aquisição de mobiliário e equipamentos, concursos para seleção de docentes e técnicos administrativos.

Os primeiros cargos de carreira técnica administrativa em educação foram preenchidos por meio do edital nº075/2006. As vagas estavam assim distribuídas entre cargos de nível Superior: Técnico em Assuntos Educacionais (02), Administrador (03), Secretário Executivo (01) Analista de Tecnologia de Informação (01); e cargos de nível médio: Assistente em Administração (01) e Técnico de Laboratório de Química/Biologia (01). A provas para esse certame ocorreram no mês de dezembro de 2006.

Para a seleção de docentes, foram liberadas 18 vagas, sendo prevista a contratação de docentes para as áreas de Ciências Agrárias, Administração, Estatística, Química, Cálculo, Economia, Sistemas de Informação e outras.

1.4 As atividades no *Campus* UFV Rio Paranaíba

O *Campus* UFV Rio Paranaíba foi criado, em 2006, por meio da autorização do Conselho Superior da Universidade Federal de Viçosa, conforme consta na Resolução 08/2006. Teve suas atividades letivas iniciadas no ano seguinte, inclusive com realização de vestibular para os cursos de Agronomia (integral), Administração diurno e Administração noturno.

O primeiro exame de vestibular foi realizado em dois dias (14 e 15/17/2007), para o preenchimento de 150 vagas. Para auxiliar estudantes secundaristas do município, a prefeitura ofereceu um curso preparatório gratuito aos interessados em concorrer às vagas disponíveis, conforme estabelecido no edital de vestibular para as primeiras turmas da UFV *Campus* Rio Paranaíba (SILVA, 2018).

As três primeiras turmas iniciaram seus estudos no edifício construído pela prefeitura de Rio Paranaíba e doado à Universidade quando da sua implantação, sendo que essa área atualmente é chamada de CRP I, a Figura 1 apresenta o edifício em meados do ano 2008.

Figura 1 – UFV *Campus* Rio Paranaíba – CRP I

Fonte: Arquivo da Diretoria UFV CRP.

No primeiro semestre de 2007, foi realizado o vestibular para os cursos de Agronomia e Administração (noturno e diurno), com 50 vagas para cada turma. As aulas para os alunos aprovados no primeiro vestibular iniciaram-se em 10 de setembro de 2007, porém alguns serviços e setores do *Campus* só foram ser disponibilizados para a comunidade acadêmica posteriormente, a exemplo da biblioteca, que somente em outubro do mesmo ano foi aberta para empréstimo de exemplares.

O primeiro diretor, Professor Liovando Marciano da Costa, foi nomeado pelo Reitor, Professor Carlos Sedyama, tendo como a principal incumbência conduzir as atividades de implantação do *Campus* UFV Rio Paranaíba. O professor Liovando Marciano da Costa permaneceu no cargo até novembro de 2008, uma vez que a nomeação coincidia com o período do mandato para o cargo de reitor da universidade. Em novembro de 2008, após consulta à comunidade acadêmica, o Professor Luiz Cláudio Costa foi nomeado para o cargo de Reitor da UFV e, em seguida, nomeou o Professor Luciano Baião Vieira para dirigir a UFV *Campus* Rio Paranaíba, com mandato de quatro anos.

O Professor Baião esteve à frente do *campus* universitário até junho de 2013. E foi durante a sua gestão que o *Campus* passou por algumas fases importantes para a sua consolidação. Destacam-se as construções de edifícios, aquisições de novas áreas, criação de novos cursos de graduação e implantação dos cursos de pós-graduação (Mestrado). Destaca-se, na sua gestão, a mudança da sede do *Campus* da região de fazenda Abaeté para as proximidades da cidade de Rio Paranaíba.

Para viabilizar a mudança, foram realizadas diversas reuniões e uma delas contou com participação de representantes de entidades e de órgãos públicos municipais, em busca de encontrar uma forma de angariar o montante necessário à consolidação do Campus em terras rio-paranaibanas.

Tendo em vista que área cedida pelo INCRA encontra-se próxima das divisas entre os municípios de Rio Paranaíba, São Gotardo e Matutina e, como assinala Silva (2018), houve outrora disputa entre Rio Paranaíba e São Gotardo por posse de outros projetos que culminaram em desenvolvimento local (Padap), tinha-se a preocupação e, ao mesmo tempo, o empenho para que a história não se repetisse.

Após estudos acerca das possíveis áreas chegou-se ao consenso de que o local mais apropriado para alocar a área de expansão do *Campus*, hoje chamada CRP II, seria as terras localizadas nas proximidades das fazendas Caetés, Donanas e Olhos D'Água, visto que o terreno estava próximo da cidade, resolvendo, entre outros, o problema logístico, tanto para as questões referentes a materiais e equipamentos, quanto para deslocamento de pessoas (servidores e discentes), conforme relatado por Silva (2018).

Reitera-se que ao decidir pela aquisição de uma área mais próxima à cidade, as licitações que estavam em andamento para a construção da Biblioteca e do prédio de Laboratórios de Pesquisa tiveram que ser canceladas para serem feitos novos estudos relativos às propriedades do terreno para fundação das obras e cálculos estruturais.

A Figura 2 apresenta os primeiros edifícios construídos na área de expansão – CRP II. A Biblioteca Central, à esquerda da foto, abrigou os setores administrativos e salas de aula, desde a transferência da sede administrativa e das aulas teóricas para a área de expansão até a inauguração do Pavilhão de Aulas. À direita, têm-se as edificações do Pavilhão de Aulas e do primeiro pavimento do Prédio de Laboratórios de Pesquisa (Prédio FINEP), ambos em construção.

Figura 2 – Área de Expansão – CRP II



Fonte: Arquivo da Diretoria UFV CRP.

A Figura 3 apresenta a alocação da área de expansão do *Campus* Universitário e a proximidade da cidade.

Figura 3 – Área do CRP II



Fonte: Arquivo da Diretoria UFV CRP.

O município de Rio Paranaíba, ciente da importância de ter uma universidade federal em seu território, “abraçou” a universidade e com participação de autoridades locais e população e, dessa forma,

se engajou na campanha de arrecadação de dinheiro para completar o montante necessário à aquisição das terras para a instalação da área 2 do *Campus*. Conforme descreve Silva (2018), foi organizada uma reunião na Câmara Municipal, no dia 14 de novembro de 2008, com a presença de representantes das esferas públicas municipais, associação comercial, membros da Universidade, o representante do INCRA, o Pároco de Rio Paranaíba e alguns empresários.

Essa reunião representou o ponto alto da consolidação do Campus nas proximidades da cidade, visto que, nesta data, foi eleita a comissão e definidas as “incumbências” de cada um dos membros, na busca de recursos para a aquisição das novas áreas para a Universidade.

Como resultado dessa reunião foram as propostas de doação do senhor José Hiroiti Okuyama (R\$200.000,00), a Prefeitura se dispôs a doar valor igual ao anunciado pelo empresário, ao passo que a Câmara Municipal ofertou um terreno e um veículo para leilão (SILVA, 2018).

Embora tenham angariado recursos de grande vulto, esses ainda não eram suficientes para acobertar a aquisição do terreno, avaliado em R\$600.000,00. Dessa forma, no dia 24 de dezembro de 2008, foi realizada a campanha para arrecadação de donativos, dinheiro em espécie, com organização e transmissão em tempo real pela Rádio Paranaíba, sob a condução do senhor José Ivan Mendes, então radialista daquela emissora de radiodifusão.

Consta em arquivo da Universidade a listagem com a relação dos doadores, os quais totalizaram 734 nomes, dentre entidades, empresas e pessoas físicas, inclusive crianças que levaram seus cofrinhos com suas economias para ofertar à Universidade. Ao final do dia, foi contabilizada a quantia de R\$ 223.151,74 tornando concreto o sonho de implantação do CRP II próximo à cidade. Essa data contempla ações de todas as grandezas e é, por muitos, considerado o dia mais importante da história da universidade em Rio Paranaíba (SILVA, 2018).

A aquisição do terreno permitiu a instalação da Universidade, em ponto bastante estratégico, facilitando a logística de materiais e o acesso de funcionários, visitantes e comunidade acadêmica, pois está localizado às margens da rodovia MG 230, numa distância de 3 km do perímetro urbano. Durante a negociação para a aquisição dessa área foram feitos vários estudos por peritos e avaliações técnicas das glebas, a fim de estabelecer valor real para as terras.

Na área de Expansão (CRP II), já foram construídos os prédios de Biblioteca Central, que à época da mudança de local teve sua licitação cancelada e refeita; o Pavilhão de Aulas; o Restaurante Universitário; o Laboratório de Ensino e, em fase final, está o edifício de Laboratórios de Pesquisa. além de toda infraestrutura viária e estacionamentos, jardinagem e arborização do *Campus*. Também foi feita

a adaptação de antigos barracões agrícolas, para abrigar laboratórios de Engenharia Civil, Mecânica e Mecanização Agrícola, Almoarifado, Serviço de Materiais e Patrimônio e Garagem.

As despesas para construção dos edifícios (Biblioteca, PVA e Restaurante Universitário e, posteriormente, Laboratórios de Ensino) ocorreram com respaldo financeiro oriundo do Tesouro Nacional, repassado ao Ministério da Educação e alocado no orçamento anual da Universidade, para Despesas de Capital/ Investimento.

Os cursos de graduação implantados no Campus, conforme pactuado com o MEC para os primeiros quatro (4) anos, encontram-se descritos na Tabela 1, apresentada a seguir. Para definição de cada curso a ser criado foram observados critérios como afinidade de área de Ciências, laboratórios e demanda docente, além de reuniões com o colegiado e pesquisas com a comunidade local e regional.

Tabela 1 – Criação dos cursos e vagas ofertadas ao longo dos primeiros quatro anos

Cursos	Vagas anuais			
	2007	2008	2009	2010
<i>Agronomia</i>	50	50	50	50
<i>Administração Diurno</i>	50	50	50	50
<i>Administração Noturno</i>	50	50	50	50
<i>Ciência de Alimentos</i>	-	50	50	50
<i>Sistemas de Informação Diurno</i>	-	50	50	50
<i>Sistemas de Informação Noturno</i>	-	50	50	50
<i>Ciências Contábeis</i>	-	-	50	50
<i>Engenharia Civil</i>	-	-	50	50
<i>Química</i>	-	-	50	50
<i>Ciências Biológicas</i>	-	-		50
<i>Engenharia de Produção</i>	-	-		50
<i>Nutrição</i>	-	-		50

Fonte: Relatório de Atividades UFV/2013.

Atualmente O Campus UFV Rio Paranaíba conta com dez cursos de graduação e três cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Produção Vegetal, o Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), além de participar da oferta do Mestrado Multicêntrico em Química.

O curso de pós-graduação em Produção Vegetal foi aprovado pela CAPES, em reunião realizada em dezembro de 2010, tendo iniciado suas atividades no ano de 2011. Até fevereiro de 2020, o curso já havia titulado 87 mestres. Em sua primeira avaliação recebeu nota três (3) conforme informa a Pró-Reitoria de Pró-Graduação, em sua página web.

O Curso de Mestrado Acadêmico em Agronomia (Produção Vegetal) do Campus de Rio Paranaíba – UFV, na modalidade *Stricto Sensu*, foi aprovado pela CAPES, mediante a 123ª Reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), realizada de 06 a 10 de dezembro de 2010. As atividades do Mestrado em Agronomia (Produção Vegetal) iniciaram-se no ano de 2011, e em sua primeira avaliação trienal em 2013 recebeu a recomendação de nota três (3) pelo CTC-ES.

O Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional está assim definido:

O Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) é um curso ofertado por Instituições Federais de Ensino Superior associadas em rede nacional. Destina-se a formar profissionais com nítido entendimento do papel do Estado no Brasil, do exercício da cidadania e preocupado com as questões éticas, sociais e ambientais que subsidiam as políticas públicas que impactam a sociedade. Neste contexto, este profissional reunirá as condições científicas e técnicas para promover melhorias na gestão pública. (página web do programa).

A primeira turma ingressou em 2014 (24 egressos), para realizar os estudos no biênio 2014-2016. A segunda turma foi selecionada no ano de 2016 e contou com o total de 37 egressos. Até o ano de 2020, o programa totalizou 61 dissertações defendidas.

Quando foram estabelecidas as diretrizes para a criação do *Campus*, pactuou-se 10 cursos de graduação, com vistas a atender aos 2500 alunos, dessa forma previu-se um quadro de pessoas composto por 100 professores e 65 técnicos administrativos SILVA (2018). A pós-graduação entrou em um segundo momento de definições de metas para o *Campus*, não compondo o projeto inicial de consolidação da instituição.

A Universidade tem por tradição fazer a abertura dos semestres letivos com uma aula especial, geralmente proferida por pessoa reconhecida no campo educacional e, em alguns casos, com história

relacionada à Instituição. No Ano de 2010, a UFV CRP proporcionou ao município um feito histórico, ao trazer um vice-presidente da República para visitar a Universidade.

O primeiro semestre letivo de 2010 foi iniciado para os dez cursos de graduação com a Aula Magna, proferida pelo Vice-Presidente da República, à época, José Alencar Gomes da Silva, pessoa que exerceu papel decisivo no processo de implantação do *Campus* da Universidade Federal de Viçosa, em Rio Paranaíba.

A Figura 4 apresenta a composição da mesa de autoridades para abertura do primeiro semestre letivo do ano de 2010.

Figura 4 – Mesa de Autoridades para a Aula Magna de abertura do ano letivo de 2010.



As autoridades, da esquerda para a direita na foto, Adenísio Resende Teixeira, presidente da Câmara de Vereadores de Rio Paranaíba; Professor Luiz Cláudio Costa, Reitor da UFV; José Alencar Gomes da Silva, Vice-presidente da República; João Gutembergue de Castro, Prefeito de Rio Paranaíba, Nilda de Fátima Ferreira Soares, Professor Luciano Baião Vieira, Diretor da UFV *Campus* Rio Paranaíba. Fonte: Arquivo da UFV Campus Rio Paranaíba.

Nos últimos dez anos, a Universidade ampliou sua área total construída, foram concluídas as obras do PVA, Restaurante Universitário e Laboratórios de Ensino, pavimentação asfáltica das vias e estacionamentos e implantação de usina fotovoltaica. A Figura 5 apresenta uma visão panorâmica do CRP II, ao final do ano de 2020.

Figura 5 – UFV *Campus* Rio Paranaíba – CRP II – vista aérea - 2020



Fonte: Arquivo pessoal de Alexandre Fotografias.

Atualmente a UFV *Campus* Rio Paranaíba dispõe dos seguintes edifícios conforme imagem acima: Prédio da Biblioteca Central; Pavilhão de Aulas, Prédio de Laboratórios de Ensino (inaugurado em abril/2019), Prédio de Laboratórios de Pesquisa (em fase de acabamento), Restaurante Universitário (inaugurado em maio/2017), Edificações de Garagem, Almoxarifado e Serviço de Patrimônio, Laboratórios de Engenharia Civil e Mecanização, já existentes quando a UFV adquiriu a área. Recentemente foi implantada usina de geração de energia fotovoltaica, contribuindo para redução de despesas da instituição.

A Figura 6 apresenta o Prédio de Laboratórios de Ensino (LAE), composto por diversos laboratórios para aulas práticas, gabinetes para docentes, além de abrigar dois auditórios.

Figura 6 – Prédio do Laboratório de Ensino -LAE



Fonte: Fotos do Arquivo da UFV Campus Rio Paranaíba.

O Restaurante Universitário, apresentado na Figura 7, atualmente abriga alguns setores administrativos, pertencentes à Divisão de Assuntos Comunitários, além dos espaços de cozinha, área de refeitório e salão multiuso, o qual recebe diversos eventos.

Figura 7 – Restaurante Universitário



Fonte: Fotos do Arquivo da UFV Campus Rio Paranaíba.

A Universidade pretende construir outras edificações, como o Prédio de Alojamentos e o Ginásio de Esportes, visto que, em razão da ausência de moradia estudantil fornecida pela instituição, o *Campus* oferece auxílio financeiro aos discentes para custeio de moradia.

Em relação à área para prática desportiva e atividades de lazer, a Universidade conta com um campo de futebol society, localizado junto à área dos Galpões, mas, para os demais esportes têm sido utilizados os ginásios e quadras municipais.

2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E NA UFV

Esta seção foi organizada em duas partes, a primeira traz um histórico da legislação que, ao longo do tempo, contemplou aspectos relacionados à assistência estudantil e, posteriormente, veio a definir o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

A segunda parte traz um esboço acerca da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFV, os programas voltados ao bem estar e à permanência discente, descrevendo os benefícios, os projetos e ações disponibilizados à comunidade acadêmica.

2.1 A Assistência Estudantil no Brasil

A Assistência Estudantil é uma vertente complementar da Assistência Social as quais derivam das políticas sociais. A Assistência estudantil, regulamentada pelo Decreto nº 7.234/2010, apresenta como objetivo central a garantia de condições mínimas necessárias à permanência e ao sucesso acadêmico dos discentes nos cursos superiores públicos federais, buscando a redução das desigualdades e do índice de evasão.

Esta temática tornou-se parte definitiva da agenda e dos planos de governo há pouco mais de três décadas, em decorrência da consolidação da Assistência Social como política governamental, durante a Assembleia Constituinte e, posteriormente, regimentada como dever do Estado e direito do cidadão a partir da promulgação da Constituição Federal, em 1988.

Até esse período, algumas ações voltadas ao amparo dos vulneráveis eram prestadas pelo âmbito privado e ora pelo meio público, apresentando um caráter assistencialista e clientelista, isto é, com outras finalidades que não propriamente assistenciais, buscando resolver alavancar a situação dos necessitados (JACCOUD, HADJAB, e CHAIBUB, 2009), (PEREIRA, 2009).

Algumas ações dispersas no campo da assistência estudantil, ainda que de cunho assistencialista, foram aparecendo ao longo dos séculos. A primeira iniciativa de intervenção governamental em torno da assistência estudantil, no Brasil, está relacionada à criação da Casa do Estudante no Rio de Janeiro, no século XX. Os primeiros passos no sentido de implantar ações voltadas à assistência estudantil surgiram no governo Vargas, em 1928. Essa instituição recebia subvenções anuais do governo federal e se mantinha com recursos provenientes de um albergue que funcionava junto da casa.

Posteriormente, outras referências foram aparecendo nos dispositivos legais editados ao longo do século XX. Como pode ser observado no texto da Constituição de 1934, artigo 157 e parágrafos 1º e

2º, a referência aos fundos educacionais a serem constituídos pelas três esferas governamentais (união, estados e municípios) e, assim, aplicá-los em programas educacionais previstos em lei específica, além da assistência aos alunos com necessidades materiais e financeiras:

Art. 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.

§ 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei.

§ 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas. (BRASIL, 1934).

Em 1938, foi instituído, como parte do Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS, por meio do Decreto-Lei nº 525 de 01 de julho de 1938. Oficialmente a primeira iniciativa de configuração nacional no âmbito da Seguridade Social. Esse Conselho teve por função estudar os problemas do serviço social e ainda atuar como órgão consultivo, face às instituições públicas e privadas que atuassem na área de serviço social.

Em questão de recursos orçamentários para acobertar as despesas e atividades do CNSS, o decreto apontou que seriam utilizados recursos do Ministério da Educação e Saúde. Esse Conselho seria composto por 07 membros, designados pelo Presidente da República, com mandato de 01 ano podendo haver recondução.

As suas competências estavam definidas no artigo 4º conforme apresentado a seguir:

Art. 4º Compete ao Conselho Nacional de Serviço Social:

- a) promover inquéritos e pesquisas relativamente ao gênero de vida de todas as categorias de pessoas e famílias em situação de pobreza ou miséria, ou, por outra qualquer forma, socialmente desajustadas;
- b) elaborar o plano de organização do serviço social, para ser executado em todo o país, e compreensivo dos órgãos administrativos e das obras assistenciais destinadas a amparar a pessoa e a família, uma vez que se encontrem em qualquer situação de deficiência ou sofrimento causado pela pobreza ou pela miséria ou decorrente de qualquer outra forma de desajustamento social;
- c) sugerir aos poderes públicos as inéditas tendentes a ampliar e melhorar as obras por eles mantidas e destinados à realização de qualquer modalidade de serviço social;
- d) delinear os tipos das instituições do caráter privado destinadas à realização de qualquer espécie de serviço social e estudar a situação das instituições existentes para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal. (BRASIL, 1938).

Sposati (2007) aponta que, enquanto na Europa o Estado de bem-estar social (tradução do termo em inglês *Welfare State*) surgiu no pós-guerra, nos países latino-americanos, especificamente, no Brasil,

essa temática se consagrou como parte do Estado e suas políticas, nas duas últimas décadas do século XX, em grande parte pela atuação de movimentos sociais e até sindicatos. A consolidação desse dever estatal no Brasil foi tardia, assim como a implantação do ensino superior e das universidades.

Em 1946, promulgou-se uma nova constituição a qual veio estabelecer a Educação como direito de todos (art. 166) e a assistência estudantil como sendo de caráter obrigatório, no âmbito de cada sistema de ensino (art. 172).

Art. 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. [...]

Art. 172 - Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar. (BRASIL, 1946).

A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 representou um avanço ao dedicar um Título sobre a Assistência Social, especificada nos artigos 90 e 91:

Da Assistência Social Escolar

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade.

O contexto histórico do ensino superior brasileiro foi marcado por transformações de várias naturezas e uma delas foi a federalização das instituições de ensino superior, nas décadas de 1950 e 1960. Esse fenômeno passou a congrega instituições que até então atuavam de forma isoladas, como escolas superiores.

Posteriormente, a Lei nº 5.540/1968, denominada como Lei da Reforma Universitária, trouxe mudanças controversas para a educação de nível superior, estabeleceu instruções e normas para organização e funcionamento das instituições de ensino superior públicas e privadas no país, porém, conforme descreveu Sanches (2014), ao mesmo tempo que impôs a restrição de liberdade e perseguição aos membros das comunidades acadêmicas, trouxe inovações, instituindo semestralidade, sistemas de créditos e a estrutura departamental em substituição à cátedra.

Entre as prerrogativas definidas no capítulo I da Lei 5.540/68, encontram-se: a pesquisa como forma de se desenvolver as áreas de ciências, letras e artes e a formação de pessoal para atuar no ensino superior (artigo 1º); o ensino indissociável da pesquisa (artigo 2º) e a determinação da autonomia das

universidades (artigo 3º): “universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos”.

Outro ponto a ser destacado foi a definição da estrutura organizacional das universidades, com criação dos departamentos, como forma de congregar disciplinas afins e alocar pessoal, sendo *essa*, conforme artigo 11 parágrafo 3º lei, a menor célula administrativa.

O artigo 13 estabeleceu os órgãos centrais e deliberativos, para supervisionar o ensino e a pesquisa, cuja composição deveria ser de feita com participação de docentes das áreas básicas e de formação específica.

A previsão de participação com voz e voto nos colegiados superiores, encarregados das funções administrativas, membros dos diversos órgãos, setores e atividades, inclusive com a obrigatoriedade de representantes da comunidade e classes produtivas. Também se previu que a participação dos demais membros não se sobrepõe à preponderância dos docentes, nesses colegiados (art. 14 § único).

No capítulo II, que trata dos aspectos relacionados ao magistério, apresenta-se os regimentos, como sendo as atividades, admissão, estabilidade profissional aperfeiçoamento e aposentadoria. Nesse capítulo, destaca-se a extinção da cátedra e a instituição do regime de dedicação exclusiva.

Já no capítulo III, o legislador discorreu sobre o corpo discente, estabelecendo seu direito à participação nos colegiados e comissões com voz e voto, na proporção de até um quinto dos membros; constituição de diretórios setoriais e universitário e a obrigatoriedade das instituições oferecer atividades de extensão, programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos, além da instituição da monitoria remunerada e posteriormente válida como título, em caso de ingresso no magistério superior (Art. 40 e 41).

O capítulo IV faz um delineamento de aspectos relacionados à contratação de pessoal, autorização e reconhecimento de universidades e instituições isoladas de ensino e atuação do Conselho Federal de Educação, no que diz respeito às universidades e suas decisões, bem como normas para revalidação de diplomas.

No capítulo V, está a previsão de incorporação das universidades rurais às federais mais próximas, a juízo do Conselho Federal de Educação.

Sobre os objetivos da Reforma Universitária, Antunes, Silva e Bandeira (2011) relatam que se dividem em dois pontos principais, que são: controle das universidades e atendimento ao mercado. Já Bomeny (1994) relata que dois princípios nortearam a concepção da lei, desde o momento em que iniciaram as discussões, quais sejam: ensino e pesquisa; e o atendimento ao mercado.

Nesse sentido, destacam-se dois aspectos: o primeiro em relação ao quesito controle: tem-se a

criação dos diretórios estudantis, sob a vigilância de instâncias superiores, discretamente funcionando como um desarticulador dos movimentos estudantis fora dos regulamentos oficiais e a participação, com direito a voz e voto, dos discentes nos conselhos existentes.

O segundo ponto consiste na menção, em vários artigos ao longo do texto, dos setores produtivos, tendo inclusive obrigatoriedade de participação em conselhos, com voz e voto. Ao longo do texto da lei, aparece a intenção de oferecer formação conforme as necessidades do mercado regional e nacional.

A Constituição de 1967, ainda que de forma tímida, dispôs, no Título IV, aspectos referentes à Família, à Educação e à Cultura, estando, pois, especificados nos artigos 167, 168 e 169 as prerrogativas relacionadas ao quesito Educação. Sobre a assistência estudantil, tem-se, no 3º parágrafo do artigo, a permissão para que o poder público possa conceder bolsas aos estudantes de nível médio e superior, porém condicionando as bolsas aos discentes do ensino superior ao reembolso do valor posteriormente.

Art. 167. A educação é direito de todos, assegurada a igualdade de oportunidade, inspirando-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

§ 1.º O ensino primário é obrigatório e o religioso facultativo, mas Incluído nos horários normais.

§ 2.º O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular.

§ 3.º O poder público concederá bôlsas aos estudantes de grau médio ou superior, carentes de recursos, que demonstrem efetivo aproveitamento, exigido o posterior reembolso dêste último.

§ 4.º A lei estabelecerá que as emprêsas agrícolas, comerciais e industriais mantenham ensino primário gratuito ou contribuam para a sua manutenção. (Grifo nosso) (BRASIL, 1967).

A promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, a chamada Constituição Cidadã, definiu a Educação como um dos direitos universais, estendendo-a todos os cidadãos e estabelecendo a igualdade de acesso e permanência na escola, além de prevê-la como obrigação do Estado (QUEIRÓS E OLIVEIRA, 2017).

Da mesma forma ocorreu com Assistência Social, que, a partir da promulgação da Carta Magna em 1988, passou a ser reconhecida como política pública, vindo a compor a Seguridade Social, juntamente com as áreas de Saúde e Previdência Social. O texto constitucional ocasionou uma mudança de concepção no quesito da seguridade, conforme apontaram Jaccoud, Hadjab e Chaibub (2009):

[...] teve início um período de mudanças estruturantes nesta política. Reconhecendo a Assistência Social como política pública, garantindo o direito de acesso a serviços por parte de populações necessitadas, bem como o direito a uma renda de solidariedade por parte de idosos e pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza (JACCOUD, HADJAB E CHAIBUB, 2009, p. 03).

Embora legalmente o Serviço Social tenha sua existência regulamentada em 1938, pelo Decreto nº525 e previsão na constituição de 1934, conforme relata Baqueiro (2015, p.65), “A história da Política de Assistência Estudantil é fortemente associada à trajetória da Assistência Social; ambas se fortaleceram nos movimentos sociais e se concretizaram com a Constituição Federal de 1988”. Só a partir da promulgação da Carta Magna, o caráter de caridade da assistência estudantil, ganharia realmente uma nova concepção caracterizada pela ação prática social afirmativa.

Partindo dessa premissa, os movimentos em prol de políticas voltadas aos mais vulneráveis ganharam folego e voz, a exemplo do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, um dos protagonistas nas conquistas de Políticas de Assistência Estudantil.

As garantias trazidas pela CF de 1988 se estenderam para o campo da assistência social, conforme delineados nos artigos nº 203 e 204, os quais estabelecem a que público esse subsídio se destina, qual a origem dos recursos e a forma pela qual o governo executará suas ações.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (BRASIL, 1988)

A partir desse avanço normativo, vários movimentos se viram amparados e começaram a se organizar com vistas à criação de uma política de Assistência Estudantil voltada aos estudantes do ensino superior. Entre esses movimentos têm destaque o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil – FONAPRACE e a União Nacional dos Estudantes.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis -FONAPRACE foi gestado na década de 80, período após a redemocratização, e criado oficialmente em 1987. Essa década congregava variáveis socioeconômicas e políticas propícias à construção de políticas mais estruturadas no tocante à assistência estudantil. Dessa forma, os Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis,

preocupados com a necessidade de maior organização, compartilhamento de informações e principalmente com as políticas de apoio estudantil, foram articulando fóruns regionais e nacionais com objetivo de discutir e construir propostas mais substanciadas (FONAPRACE, 2012).

A partir de encontros regionais e estaduais, foram sendo redigidos documentos que delinearam o cenário em torno dos estudantes universitários da rede federal brasileira, quadro esse que subsidiou a definição dos objetivos do FONAPRACE, os quais estão assim descritos:

- Formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional;
- Assessorar permanentemente a Andifes;
- Participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém;
- Promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados. (FONAPRACE, WEB)

Na década de 90, aprovou-se uma nova Lei de Diretrizes e Bases - Lei ° 9394 de 20 de dezembro de 1996. Essa norma trouxe, no artigo 3º, inciso I, a prerrogativa da igualdade de condições para o acesso e a permanência na educação, reforçando a necessidade de se estabelecer outras políticas públicas, a fim de garantir a equidade no âmbito educacional.

Decorre de ações conjuntas do FONAPRACE e de outras entidades a instituição do Plano Nacional de Assistência Estudantil pelo governo, reconhecendo e consolidando uma antiga demanda estudantil, conforme já abordado, desde a época da criação da Casa do Estudante no Rio de Janeiro.

Para bem compreender o sentido do termo Assistência Estudantil, tem-se a definição esboçada por Assis et. al (2013), para os quais a Assistência Estudantil está inserida no âmbito das Políticas Públicas da Educação em nível Superior, constituindo-se como uma ação assistencial, cujos objetivos centram-se no atendimento das necessidades essenciais da população discente do ensino superior público, em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil consolidou, como política pública, as demandas de um conjunto de sujeitos presentes em diversas esferas (academias, UNE, sociedade civil), especialmente daqueles jovens que vislumbravam formação superior e sequer conseguiam adentrar nesse universo e tampouco teriam condições mínimas de se manter nele. Rezende (2019) relata que foi por meio da mobilização desses sujeitos que o poder público, pressionado, alavancou a inclusão social por meio da instituição da Política de Assistência Estudantil. Uma conquista significativa para a juventude oriunda das camadas mais vulneráveis econômica e socialmente.

Dessa forma, a edição da Portaria nº39/2007, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 7.234/2010, trouxera aos jovens das camadas mais pobres da sociedade que, em muitos casos, tiveram acesso ao ensino superior por meio das políticas afirmativas, condições mínimas para a continuidade dos estudos e a permanência na universidade. Essas políticas afirmativas permitiram às camadas excluídas (pobres, negros, pardos e índios) quantitativo mínimo de vagas com destinação reservada.

Santiago (2013) afirma que o PNAES constitui um plano complementar ao REUNI, à medida que atua para ampliar e avigorar as políticas de democratização do acesso ao ensino de nível superior.

O Decreto nº 7.234/2010 estabeleceu, em seu Art. 1º, a finalidade do Plano Nacional de Assistência Estudantil, a qual se assenta na ampliação das condições de permanência dos estudantes no Ensino Superior Público Federal.

Os objetivos desse Plano foram elencados no Art. 2º e visam democratizar as condições de permanência, reduzir os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do Ensino Superior, reduzir os percentuais de retenção e evasão, além de contribuir para a inclusão social por meio da Educação.

O Decreto prevê o atendimento dos discentes do ensino presencial público federal a partir da articulação das atividades nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão (artigo 3º). Esse artigo prevê, no primeiro parágrafo, as áreas passíveis de atuação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, quais sejam:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e
- X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Decreto nº 7.234/2010, art.3º, § 1º).

De acordo com esse decreto, fica sob a responsabilidade das instituições o estabelecimento de diretrizes relativas à seleção dos discentes a serem beneficiados, desde que não infrinjam os requisitos previstos no caput do art. 5º, “Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior”. Será

de responsabilidade das instituições a definição dos requisitos para o recebimento dos benefícios e os protocolos de acompanhamento e avaliação do programa, em cada instituição.

Os recursos serão repassados às instituições de ensino superior públicas, incluindo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para que implementem as ações referentes à assistência estudantil, por meio de dotações orçamentárias, consignadas ao Ministério da Educação e/ou instituições federais, devendo o governo federal adequar a quantidade de beneficiários aos recursos orçamentários existentes, conforme estabelecido no art. 8º do decreto em questão.

Nesse sentido, Assis et. al (2013) assinala que as ações constitutivas das Políticas de Assistência Estudantil devem extrapolar o limiar do combate à pobreza, não devendo restringir suas práticas apenas ao plano de subsistência, devendo oferecer mecanismos de combate às demais formas de vulnerabilidade social.

2.2 A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD) é o setor encarregado de assuntos relacionados ao bem-estar da comunidade acadêmica, especialmente dos discentes. Na UFV, ela foi criada por meio da Portaria nº 231 de 13/03/1978, vindo a substituir a antiga Divisão de Assistência Estudantil (BORGES at.al, 2006).

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários atualmente está alocada no edifício Arthur Bernardes, o primeiro edifício construído para abrigar a ESAV, na década de 20. Essa Pró-Reitoria foi criada em março de 1978, com a função de promover o bem-estar da comunidade acadêmica, respondendo por uma parte das atividades até então atribuídas à Divisão de Assistência, vinculada à Reitoria. A função desta Pró-Reitoria é proporcionar melhores condições aos alunos, durante o período em que frequentarem os cursos na instituição (BORGES, SABIONI, MAGALHÃES, 2006).

Fazem parte dos serviços oferecidos por essa Pró-Reitoria os serviços de alimentação, alojamento e moradia estudantil, esporte e lazer, saúde e atenção psicossocial. A Pró-Reitoria encontra-se dividida em vários setores, que são a Divisão de Alimentação; Divisão de Assistência Estudantil; Divisão de Esporte e Lazer; Divisão de Saúde; Divisão Psicossocial e Serviço de Bolsas.

Além dessas divisões, estão ligadas à Pró-Reitoria a Associação Beneficente de Auxílio a Funcionários e Estudantes Carentes da UFV – ASBEN, a Creche e Capelania. Fazem parte das atividades inerentes aos assuntos comunitários as práticas voltadas à cultura e ao lazer.

A Divisão de Alimentação, em Viçosa, coordena as atividades dos Restaurantes Universitários I e II e do Espaço Multiuso existentes no *Campus* Sede. Os *Campi* fora de sede, UFV *Campus* Florestal e UFV *Campus* Rio Paranaíba contam com um (1) Restaurante Universitário em cada local, todos vinculados à Divisão de Alimentação.

A Divisão de Assistência Estudantil é responsável pelas Unidades de moradia estudantil (Alojamentos). O *Campus* Sede possui cinco (5) edifícios, com 1102 vagas oferecidas aos estudantes matriculados em situação regular e que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A Divisão de Esporte e Lazer está incumbida das atividades esportivas e de lazer para a comunidade acadêmica: professores, servidores técnicos administrativos e discentes. Essa divisão coordena os jogos, campeonatos, práticas desportivas e demais atividades de lazer.

A Divisão de Saúde encarrega-se das atividades relacionadas à promoção da saúde e prevenção de doenças, oferecendo assistência médica, odontológica, nutricional, fisioterápica e fonoaudiológica, além de serviços de apoio, como exames laboratoriais, Raio X e Enfermagem.

A Divisão Psicossocial oferece à comunidade acadêmica serviços de Psiquiatria, Psicologia e Serviço Social. O *Campus* de Rio Paranaíba oferece à comunidade somente as atividades de Psicologia, Serviço Social, atendimento médico e de enfermagem.

O Serviço de Bolsa da UFV está vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e está englobada em suas atividades a avaliação socioeconômica para a concessão de auxílios e bolsas dos serviços de assistência estudantil. Esse setor é responsável pelo recibo mensal das prestações de contas dos bolsistas, bem como preparação das planilhas e processos de pagamento de todas as bolsas concedidas aos estudantes universitários da UFV.

De acordo com o Relatório de Gestão (2018), estão sob a responsabilidade do Serviço de Bolsas, as avaliações socioeconômicas para os candidatos ingressantes nas modalidades previstas na lei nº 12.711/2012, Lei de Cotas.

O Setor desenvolve atividades intersetoriais, elabora projetos e ações em prol do bem-estar da comunidade, além de fazer acompanhamento, escuta, entrevistas e visitas domiciliares, quando necessário, para complementar processos de concessão de auxílios e/ou quando algum membro da comunidade enfrenta situação de vulnerabilidade.

A Assistência Estudantil incumbe-se das ações e projetos voltados ao bem-estar e permanência do estudante. É importante ressaltar que alguns dos serviços são extensivos a todos os discentes, porém outros são concedidos somente àqueles que se apresentam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para os quais são destinados: Auxílio Moradia, Serviço Moradia, Serviço de

Alimentação, Bolsa Manutenção.

O Relatório de Gestão/UFV (2018) esclarece que os auxílios, bolsas e serviços consistem em benefícios disponibilizados aos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Dessa forma, o Serviço Moradia consiste na concessão de vaga em alojamento destinado à moradia estudantil (alojamentos). Apenas o *Campus* UFV-Viçosa dispõe de alojamento para estudantes de graduação (feminino e masculino). O *Campus* UFV-Florestal oferece moradia estudantil apenas para os alunos dos cursos médios técnicos, não sendo disponibilizada aos alunos de graduação.

O Auxílio Moradia consiste no repasse de recurso financeiro aos discentes, para ajudá-los no custeio da moradia alugada no município em que está instalado o *Campus* universitário. Esse auxílio é pago mensalmente aos discentes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, mediante apresentação de comprovante de pagamento de aluguel.

O serviço de alimentação consiste na gratuidade das refeições oferecidas, aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos restaurantes próprios e terceirizados da Universidade. Ressalta-se que, nos *Campi* UFV - Viçosa e Florestal, são oferecidas três refeições diárias: café da manhã, almoço e jantar, mas, em Rio Paranaíba, são servidos somente almoço e jantar no Restaurante Universitário.

O discente interessado em pleitear as modalidades de auxílios moradia, serviço de alimentação e serviço de moradia (alojamento) deverá candidatar-se à avaliação socioeconômica, conforme edital específico, preencher formulário socioeconômico e apresentar a documentação correspondente. A cada dois (2) anos, o discente bolsista deverá providenciar nova documentação e submeter à reavaliação para fins de verificação da condição de vulnerabilidade. Essa reavaliação resultará no índice socioeconômico que indicará a necessidade de manutenção do recebimento dos auxílios moradia e alimentação.

Esse indicativo chamado de índice de vulnerabilidade faz parte dos critérios próprios de avaliação da UFV e está em conformidade com texto constante no artigo 5º do PNAES, o qual estabelece que cada instituição pode definir parâmetros próprios de avaliação desde que estejam em convergência com a legislação vigente. Essa avaliação atribui pontuação para critérios relacionados à renda dos membros da família, bens móveis e imóveis e outros ativos, localidade de residência e despesas com moradia, saúde e educação, além de grau de instrução do grupo familiar (DEL GIÚDICE, 2013).

A partir dessas variáveis obtém-se a pontuação, índice de vulnerabilidade, permitindo a classificados dos discentes em três grupos de atendimento, priorizando aqueles graduandos provenientes de escola pública e moradores de municípios da mesma microrregião do Campus e que não possuam veículo e imóveis além da moradia, seguidos pelo grupo de discentes oriundos de região diferente

daquela em que encontra-se a instituição de ensino, com uma condição socioeconômica e escolaridade do chefe de família seja em nível de ensino médio, já os discentes classificados no terceiro grupo são aqueles que apresentam renda familiar per capita entre 1 e 1,5 salários mínimos (DEL GIÚDICE, 2013).

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários disponibiliza, no início de cada ano letivo, por meio do Serviço de Bolsas, o edital contendo parâmetros para o preenchimento do formulário e entrega da documentação pertinente. Destaca-se que o candidato deve anexar documentação referente à identificação pessoal; renda; despesas de moradia, saúde e educação de todos os membros do grupo familiar. O candidato deve listar todos os bens móveis e imóveis possuídos por ele e todos os membros do grupo familiar.

O Auxílio-Creche é concedido aos discentes com filhos menores de 6 anos e que estejam em situação de vulnerabilidade social por meio de aporte financeiro para o custeio de creche. Para perceber essa modalidade, não é preciso participar de nenhum edital, a qual requer a inscrição na modalidade e apresentação de documentos pessoais do discente, da criança e das despesas com a mensalidade da creche.

A Bolsa de Iniciação Profissional consiste em auxílio financeiro concedido aos discentes por meio de edital, restringindo-se aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que não possuam outras bolsas nas modalidades de ensino, pesquisa ou extensão. Essa modalidade de bolsa é acumulável apenas com o Serviço de Alimentação e/ou Auxílio Moradia.

Essa modalidade exige cumprimento de normas elencadas em edital específico e por meio do qual são selecionados os bolsistas para o preenchimento de vagas nos setores demandantes. A seleção dos bolsistas baseia-se em vários aspectos: a afinidade da atividade do setor com a graduação em curso, disponibilidade de horário, dentre outros.

O Auxílio Emergencial é concedido em casos emergenciais de saúde (médico-hospitalar ou odontológico) e requer a apresentação de laudo técnico comprobatório. Consiste na ajuda financeira excepcional a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Para as modalidades de auxílios creche e moradia, há a necessidade de efetuar a prestação de contas mensais. Nesse caso, o bolsista deverá apresentar os documentos referentes à despesa realizada no mês transcorrido, com aluguel de moradia e/ou com creche. Os discentes que não cumprem com a prestação de contas em tempo hábil deixam de receber o valor em pecúnia referente ao mês encerrado.

As datas referentes aos prazos de entrega mensal de documentação são definidas com antecedência pelo setor responsável, em cada *Campi*. Em geral, findam-se no décimo oitavo dia do mês ou no último dia útil anterior, caso a data ocorra em feriado ou final de semana.

É importante salientar que o Parágrafo Único do artigo 5º do decreto nº 7.234/2010 prevê forma de concessão e estabelece que as instituições devem instituir mecanismos de acompanhamento dos discentes beneficiados pelo programa de assistência estudantil.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no caput, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no caput do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Na UFV ainda não foi estabelecido procedimentos amplos para efetivo acompanhamento e avaliação dos beneficiários do PNAES. São realizadas apenas as reavaliações socioeconômicas, com objetivo de averiguar a condição de vulnerabilidade, a cada dois anos e, mensalmente, o acompanhamento da prestação de contas para o posterior pagamento do auxílio pecuniário. Não há, ainda, nenhum instrumento ou procedimento de acompanhamento do desempenho acadêmico e do tempo de titulação dos beneficiados pelos programas de assistência estudantil.

Na Tabela 2, são apresentados os auxílios e serviços disponíveis aos estudantes da UFV, destacando aqueles ofertados pelo *Campus UFV-Rio Paranaíba*, considerando o período de referência base 2011-2018, conforme dados constantes nos Relatórios consolidados (UFV em Números edições 2012 - 2018), disponíveis para consulta no sítio Web da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO/UFV).

Tabela 2 – Serviços Assistenciais oferecidos no *Campus UFV Rio Paranaíba (2011/2019)*

Ano Base	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Atividade									
Almoço	17.838	56.558	146.724	167.297	167.039	129.459	126.796	177.559	124.828
Jantar	6075	-	-	-		58.898	63.398	66.555	72.881
Bolsa Iniciação Profissional	-	-	38	38	14	40	32	21	51
Bolsa Creche	-	-	3	5	1	1	3	1	1
Bolsa Permanência	100								
Bolsa Moradia		150	150	201	197	252	203	74	348

Auxílio Emergencial	-	-	1	-	-	1		
Bolsa Manutenção	20							
Serviço Moradia (Alojamento)	-	-	-	-	-	-		
Bolsa Atividade	128							
Serviço Alimentação	-	128	275	215	298	343	98	455
Atendimentos médicos e de enfermagem			550	396	980			169
Atendimento Nutricional		341	282					
Atendimentos Psicossocial							1.185	994
Esporte e Lazer								
Alunos matriculados Graduação			2097	2045	2004	2016	2042	1847
Alunos matriculados Pós-Graduação	1607		25	30	72	66	61	62
Diplomados Graduação	34		272	236	154	244	235	188
Diplomados - Pós-Graduação			15	7	11	-	36	14

Fonte: Relatórios UFV em Números anos 2012 a 2019.

Observando a trajetória da Educação no país, especialmente no âmbito da Educação Superior, notou-se ausência de coordenação, projetos e diretrizes federais, orientando os rumos e objetivos da educação superior federal. A forma como foram concebidas as instituições de ensino superior – faculdades e universidades, revelam um certo emaranhado de propostas voltadas ao atendimento das necessidades mercadológicas, fornecendo profissionais às áreas mais carentes de mão de obra, caso dos cursos isolados implantados no início do período Republicano.

Nesse contexto, a criação da Universidade Federal de Viçosa pode ser compreendida como um avanço frente aos paradigmas vigentes à época, uma vez que ela foi projetada para seguir os propósitos e conceitos educacionais de instituições norte-americanas, modelos consolidados de sucesso na tríade: ensino, pesquisa e extensão. A consolidação dessa proposta levou a instituição viçosense a despontar no cenário nacional. O seu crescimento e a sua importância encontram-se refletidos em números de

discentes, servidores, produção científica, bem como nas avaliações de qualidade de cursos e rankings nacionais e internacionais.

Da mesma forma, a implantação do Campus universitário no interior do estado, em um município pequeno, Rio Paranaíba, representa o compromisso da instituição com a democratização da educação superior e a melhoria na qualidade de vida da comunidade local, regional e nacional, visto que esta instituição está assentada no tripé ensino, pesquisa e extensão.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta seção aborda os aspectos metodológicos que nortearam a elaboração dessa pesquisa. Encontram-se aqui relacionados os procedimentos utilizados para estruturar a pesquisa, realizar o levantamento de dados, tanto da parte documental e bibliográfica bem como a amostragem e a abordagem da amostra.

3.1 Metodologia

Esta pesquisa está estruturada com base nos seguintes parâmetros: pesquisa bibliográfica e documental, de cunho descritivo e métodos de abordagem quali-quantitativa. Dessa forma, busca estudar a política de assistência estudantil desenvolvida na UFV *Campus* Rio Paranaíba.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se caracteriza como descritiva, pois destina-se a descrever algumas características apresentadas pelos discentes contemplados pelo programa de bolsas no período de 2015 a 2020, custeado pelo PNAES. Nesse sentido, Gil (2002, p. 42) afirma que “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Sobre as características que definem

as pesquisas descritivas, o autor reitera que essas têm por finalidade verificar a existência de associações entre as variáveis.

Quanto aos métodos de abordagem, será utilizada para esta pesquisa a abordagem com métodos mistos, uma vez que será necessário o levantamento de informações atinentes ao campo quantitativo, buscando analisar dados de ordem subjetiva. Esses dados permitirão analisar a política de assistência estudantil praticada no âmbito da UFV *Campus* Rio Paranaíba.

Nesse sentido, Kirschbaum (2013, p. 180) afirma que “pesquisas *quali* são tradicionalmente associadas a interesses de pesquisas tipicamente subjetivistas. Em contraste, pesquisas *quanti* geralmente respondem às exigências do paradigma “positivista”, cujo interesse de pesquisa é centrado no estabelecimento de leis causais.”

De acordo com Paranhos et al. (2016, p. 07), “tanto as técnicas quantitativas quanto as qualitativas têm potencialidades e limitações. Em geral, elas são utilizadas com propósitos distintos. A vantagem da integração consiste em retirar o melhor de cada uma para responder uma questão específica”.

Na visão dos autores supracitados, cada método tem as suas vantagens e aportes, ao integrar dois modelos é possível preencher lacunas inacessíveis em um e outro modelo, ampliando assim as possibilidades de pesquisa.

Quanto aos procedimentos, optou-se pelo estudo de caso, tendo em vista que a proposta da pesquisa centra-se na política de assistência estudantil praticada na Universidade Federal de Viçosa *Campus* Rio Paranaíba. De acordo com Yin (2001, p.32), o estudo de caso “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Nesse sentido, Gil (2002, p. 54) aponta que o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”.

Para a elaboração dessa pesquisa, o primeiro passo foi fazer um levantamento do aparato legal e de trabalhos relacionados ao tema, para possibilitar a elaboração do quadro teórico; posteriormente buscou-se informações a respeito do número de estudantes matriculados, da quantidade atendida pelo PNAES, e da quantidade de estudantes avaliados pelo serviço de bolsas constantes em lista de espera por auxílio.

Dessa forma, para fazer a coleta de dados, tomou-se por base a pesquisa do tipo documental, cujos dados são extraídos de documentos institucionais e não sofrem tratamento ou alterações. A

pesquisa tem como eixos sustentadores para construção do arcabouço teórico os relatórios institucionais e a legislação federal e institucional, que inclui leis, decretos, resoluções.

Gil (2002) discorre sobre a semelhança entre as pesquisas documental e bibliográfica, ressaltando que os materiais utilizados nas pesquisas documentais têm origem em fontes diversificadas e encontram-se dispersas, enquanto os documentos utilizados como fonte para as pesquisas bibliográficas são materiais impressos, concentrados, em grande parte, nas bibliotecas públicas, todavia trazem contribuições de diversos autores.

Para Gil (2002, p.5), esses documentos são classificados como ‘de primeira mão’, visto que não receberam nenhuma forma de tratamento analítico e “nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc.”.

A utilização desses documentos fornece aporte à pesquisa, permitindo conhecer a estrutura dos setores envolvidos diretamente com a assistência estudantil e como têm sido planejadas e desenvolvidas as políticas assistenciais pela instituição.

Para esta etapa, foram utilizados dados de arquivos disponíveis no sítio web da Universidade: Plano de Desenvolvimento Institucional, Plano de Gestão/2015-2019, Estatuto da UFV, Portarias, Resoluções 07/2006/CONSU e 08/2006/CONSU e Relatórios UFV em Números (período 2012-2019) e Relatório de Atividades 2018; além de dados contidos no sítio Web da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e da Divisão de Assuntos Comunitários e dados disponibilizados pela Assistente Social da UFV *Campus* Rio Paranaíba: Relação de alunos bolsistas, Número de Avaliações Socioeconômicas e de Relação de Bolsas concedidas, no período compreendido entre 2018-2020.

Posteriormente, procedeu-se à coleta dos dados diretamente com os discentes. Para essa etapa, foi definido o uso de questionário. Acerca do instrumento de coleta de dados escolhido “Questionário”, Fonseca (2002) afirma que este é um instrumento que permite coletar dados sem atuação direta do pesquisador.

Na oportunidade, ressalta-se que, devido à situação de Pandemia da COVID-19, o contato direto com a população estudada tornou-se inviável, dessa forma, optou-se por abordar todos os discentes contemplados com os auxílios Moradia e Alimentação e utilizando como amostra os formulários respondidos e retornados via *Google Forms*.

A proposta de questionário foi organizada contemplando variáveis quantitativas (idade, gênero, município de origem, tempo de participação nos programas de bolsa, tipo de moradia e despesas custeadas com o auxílio percebido) e variáveis do tipo qualitativas, cuja mensuração configura valor

subjetivo, do tipo: concordo, discordo; uma questão de resposta aberta do tipo “deixe um comentário” ou sugestão a respeito dos auxílios.

Para a análise desses dados, a utilização de instrumentos quantitativos é a mais adequada, enquanto, para a verificação da percepção dos estudantes quanto à pertinência das políticas oferecidas, dos reflexos e influência exercida no desempenho acadêmico, os métodos qualitativos são mais indicados, por lidarem com características subjetivas.

Assim, para a tabulação dos dados, foram utilizados instrumentos pertencentes à Estatística Descritiva (média, mediana e moda, frequência), e o Excel, com suas extensões e recursos (planilhas e gráficos).

Foi utilizada a Análise de Conteúdo que, conforme descreveu Bardin (1977), consiste em conjunto de técnicas, que exigem um trabalho rigoroso e exaustivo, o qual permitirá discutir e analisar os temas e as frequências apresentados em textos, comunicações e outras mensagens, que, dessa forma possibilitou analisar as respostas referentes à questão constante no questionário (Questão nº 14).

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42),

Após o recebimento dos questionários respondidos, procedemos à tabulação dos dados com apoio do “*Google Forms*” e do EXCEL, para elaboração das planilhas e gráficos, os quais subsidiaram as análises e a discussão dos resultados.

O Questionário aplicado encontra-se apenas no Apêndice B, ao final. Reitera-se que, para elaboração desse instrumento, tomou-se por base questionários já validados por meio dos trabalhos realizados por Araújo (2016), na Universidade Federal do Ceará – *Campus Sobral* e por Sacramento (2015), na Universidade Federal de Viçosa.

3.2 Amostragem e Universo da Pesquisa

Tomamos como base, para constituir a amostra dessa pesquisa, todos os discentes beneficiados pelo programa de Assistência Estudantil, totalizando 231 bolsistas, que recebem os benefícios o Auxílio Moradia e Serviço de Alimentação, em vigência no ano de 2020.

O Questionário e o TCLE foram encaminhados para todos os bolsistas das duas modalidades de assistência em estudo, via correio eletrônico. Na oportunidade, foi explicado aos discentes a importância da pesquisa, bem como todas as instruções para o preenchimento do Termo de Consentimento Livre Esclarecido e do Questionário.

Ressalta-se que a intenção do pesquisador consiste em obter o maior número de adesão possível, visto que, em função da pandemia da COVID-19, não foi possível aplicar os questionários de forma presencial a todos os beneficiados pelo programa de Assistência Estudantil do *Campus*.

Estabeleceu-se um prazo de dez (10) dias, a contar de 23 de novembro de 2020, data de envio dos documentos aos discentes bolsistas, para que eles pudessem responder ao questionário e ao TCLE. Ao final do período estipulado, foi recebido um total de 58 questionários, os quais constituíram o *corpus* para as análises, no decorrer dessa pesquisa.

Os respondentes foram identificados como B1, B2 e assim até chegarmos ao B58, levando-se em consideração a autenticação feita pela plataforma do Google com data e hora de recebimento dos questionários respondidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados obtidos por meio de pesquisa feita com os discentes, utilizando-se a aplicação de questionários. As respostas foram agrupadas em dois blocos: Perfil dos Estudantes e Percepção discente e importância dos Auxílios na vida acadêmica. Dessa forma, a análise dos dados obtidos tanto pela aplicação de questionário, quanto pelo levantamento documental estão dispostos em duas partes constantes dessa seção.

4.1 Resultados: Perfil dos estudantes atendidos

O primeiro objetivo específico desse trabalho consiste em conhecer o perfil dos discentes beneficiados pelo programa de Assistência Estudantil da UFV *Campus* Rio Paranaíba.

O Programa foi iniciado na UFV *Campus* Rio Paranaíba, no ano de 2010, e atualmente o grupo beneficiado pelos auxílios Moradia e Serviço de Alimentação é composto por 231 discentes, dos quais 15 participam apenas do Serviço de Alimentação, um (1) discente conta somente com o Auxílio Moradia e os demais 215 são contemplados pelas duas modalidades de auxílio.

Conforme dados levantados junto ao Setor de Serviço Social/Divisão de Assuntos Comunitários da UFV CRP, para o ano de 2020, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD) autorizou um quantitativo de 327 auxílios para a modalidade Moradia (incluindo nesse grupo discentes que se submeterem às avaliações e reavaliações). Entretanto, devido à situação atípica (Pandemia da COVID-19) em que as aulas presenciais estão suspensas e as atividades acadêmicas realizadas por meio virtual/remoto, encontram-se suspensas as avaliações socioeconômicas.

De acordo com informações disponibilizadas pela Divisão de Assuntos Comunitários (DAC), no ano de 2020, foram considerados para concessão do Serviço de Alimentação o índice de vulnerabilidade nove (9), o qual é resultante da avaliação socioeconômica. Em relação ao índice para a concessão do Auxílio Moradia, a DAC conseguiu-se atender até o índice seis (6). Ressalta-se que a legislação permite atender todos os discentes cujos índices de vulnerabilidade socioeconômica estejam compreendidos no intervalo de 0 a 9.

A partir da identificação de indicadores institucionais foi elaborado um Questionário/Formulário na “Plataforma *Google Docs/Google Forms*”, composto por questões que permitissem evidenciar algumas das características básicas dos discentes, tais como: curso, sexo, idade, cor, composição do grupo familiar, localidade de origem do domicílio familiar.

No período estabelecido para responder ao questionário, tivemos retorno de 58 discentes, conforme já mencionamos. Reiteramos que a primeira parte do questionário é composta pelas questões enumeradas de 1 a 5 e suas subdivisões. A questão número 1 aborda as informações referentes ao” *Curso de Graduação e ano de ingresso*”, no intuito de conhecer quais cursos os beneficiários frequentam.

Em seguida buscou-se ampliar as informações a respeito do perfil discente, por meio da segunda questão, a qual trata das informações a respeito de “Sexo, Idade, Cor”. Diante das respostas recebidas, foi possível elaborar a Tabela 3:

Tabela 3 – Perfil Discente por curso de graduação

Curso de Graduação	Alunos amostrados	Alunos (%)	Feminino	Masculino
Administração	10	17,24%	8	2
Agronomia	4	6,9%	0	4
Ciências Biológicas	11	18,97%	5	6
Ciências Contábeis	2	3,45%	1	1
Engenharia Civil	12	20,69%	10	2

Engenharia de Produção	4	6,9%	2	2
Nutrição	3	5,17%	3	0
Química	3	5,17%	3	0
Sistemas de Informação	9	15,51%	3	6
Total	58	100%	35	23

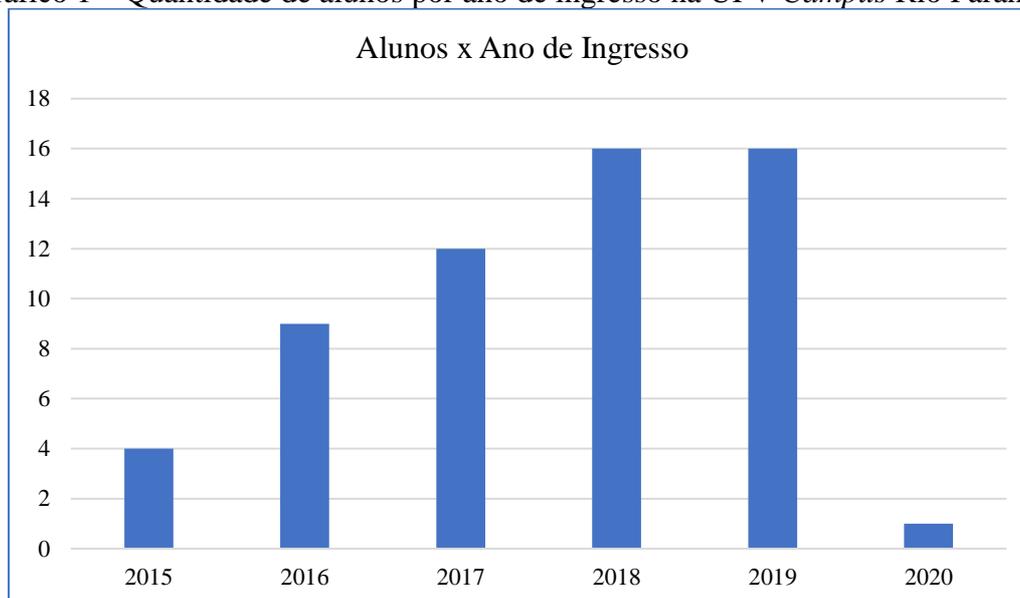
Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados.

As informações apresentadas na Tabela 3 apontam uma predominância de discentes da Engenharia Civil (20,69%), sendo que, desses, a maioria absoluta (83,33%) é do sexo feminino, seguida respectivamente pelos cursos de Ciências Biológicas, com 11 bolsistas, dos quais a maioria (54,55%) é do sexo masculino; Administração, que apresentou a maioria dos discentes (80%) do sexo feminino; e Sistemas de Informação, com a maioria dos acadêmicos (66,67%) sendo do sexo masculino.

Apenas os cursos de Ciências Biológicas, Sistemas de Informação e Agronomia tiveram predominância masculina entre os respondentes, embora a diferença para o curso de Ciências Biológicas não seja alta (diferença de apenas um discente). A maioria dos discentes que participaram da pesquisa é do sexo feminino (60,34%) Observou-se que, entre os respondentes, não houve nenhum discente do curso de Ciências de Alimentos.

Se agruparmos os respondentes por áreas de Ciências, teremos como destaque a Área de Ciências Exatas e Tecnológicas (cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Química e Sistemas de Informação) totalizando 28 alunos contemplados. Em seguida, a Área de Ciências Biológicas e da Saúde, com 14 bolsistas (cursos de Ciências Biológicas e Nutrição); posteriormente a Área de Ciências Humanas e Sociais (cursos de Administração e Ciências Contábeis) com 12 alunos e, por último, a Área de Ciências Agrárias com 4 discentes beneficiados, lembrando que, entre os respondentes, não houve aluno do curso de Ciências de Alimentos, como já citado.

Entre os bolsistas participantes dessa pesquisa nota-se que sete (7) deles já ingressaram em outro curso superior, entre estes, seis (6) ingressaram, anteriormente, em instituições federais de ensino superior, inclusive no Campus Rio Paranaíba. Essa mudança de curso pode ocorrer por diversos fatores, dentre os quais estão as dificuldades financeiras e, por conseguinte, a falta de amparo estudantil via auxílios, bolsas e formas de apoio estudantil, conforme assinalado por Mendonça (2018). Os demais respondentes ingressaram pela primeira vez em um curso de graduação. O Gráfico 1 apresenta o quantitativo de bolsistas por ano de ingresso no ensino superior.

Gráfico 1 – Quantidade de alunos por ano de ingresso na UFV *Campus* Rio Paranaíba

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados.

Em relação ao ano de ingresso, observou-se que mais da metade dos discentes pesquisados (55,2%) ingressaram nos cursos de graduação nos anos de 2018 e 2019, com o total de 16 ingressantes em cada ano. Em seguida, tem-se os ingressantes no ano de 2017, representando 20,7% com 12 participantes, e os ingressantes nos anos de 2015 e 2020, respectivamente com os percentuais de 6,9% e 1,7%, conforme exposto no Gráfico 1.

A questão de número 2 abordou a composição de bolsistas conforme sexo e, a partir das respostas auferidas, elaborou-se o Gráfico 2, conforme apresentado a seguir.

Gráfico 2 – Composição da Amostra de acordo com sexo



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados.

Observando-se as respostas, constatou-se que a maioria dos bolsistas é composta por mulheres, sendo 35 respondentes do sexo feminino, o que corresponde a 60,34% do total da amostra. 23 discentes são do sexo masculino, representando 39,66% da amostra.

Esses dados revelam que o perfil dos discentes da UFV *Campus* Rio Paranaíba é similar aos dados apresentados na V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural de Estudantes da Graduação das Universidades Federais Brasileiras divulgado pela ANDIFES, no ano de 2019, cujos percentuais apontaram que 54,6% dos discentes das IFES são do sexo feminino, enquanto 45,1 são do sexo masculino.

No intuito de compreender as características que compõem o perfil dos estudantes contemplados pelo programa de assistência estudantil da UFV *Campus* Rio Paranaíba, elaborou-se a Tabela 4, a qual apresenta o número de discentes conforme sexo e faixa etária.

Tabela 4 – Distribuição de alunos amostrados conforme variáveis: Sexo e Idade

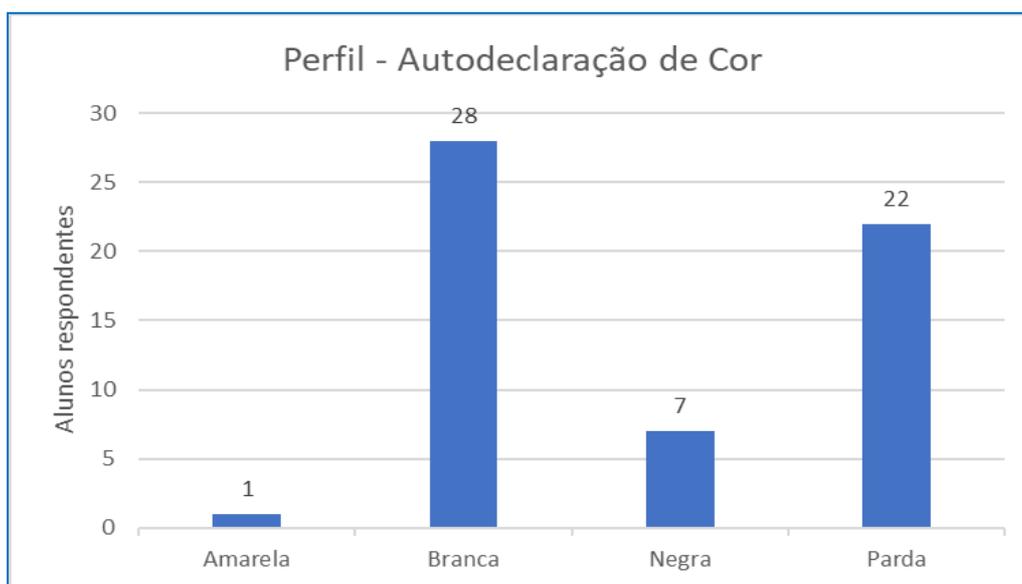
ALUNOS X SEXO E IDADE									
Idade (anos)	19	20	21	22	23	24	25	26	29
Feminino	3	5	9	7	3	3	2	2	1
Masculino	2	4	2	3	3	3	6	0	0
Total	5	9	11	10	6	6	8	2	1

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados.

Em relação à idade, o intervalo está compreendido entre 19 e 29 anos e a média de idade dos respondentes ficou em 22,22 anos, a moda para a idade foi de 21 anos. Os discentes com as maiores idades cursam Administração (26 anos) e Ciências Biológicas (29 anos) e são do sexo feminino.

Seguindo com aspectos relacionados ao perfil discente, tem-se o Gráfico 3, elaborado com a variável “Cor”, conforme autodeclaração.

Gráfico 3 – Composição da Amostra conforme Autodeclaração de Cor



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados.

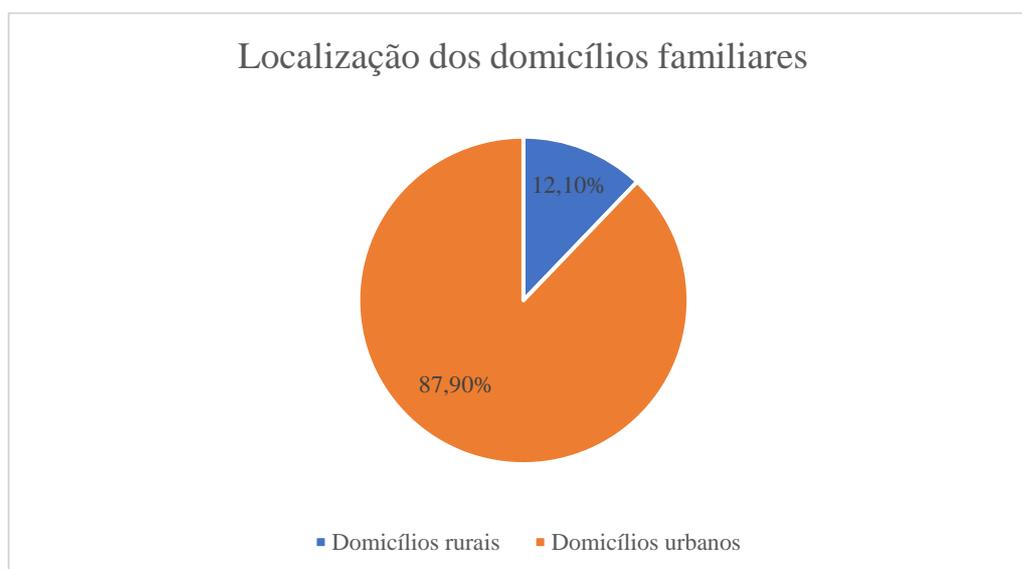
Com base na cor autodeclarada pelos respondentes, temos a predominância, respectivamente, de respondentes de cor Branca - 48,28%; Parda - 37,93%; Negra - 12,07%, Amarela - 1,7%.

Observa-se que há pouca representatividade de discentes para o grupo cotistas Negros (12,07%), o que permite inferir que muitas outras ações, programas e políticas devem ser postas em prática, para garantir que todos tenham condições de chegar ao ensino superior e ser bem sucedidos, uma vez que, de acordo com dados apresentados na V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos discentes das IFES (FONAPRACE, 2019), os negros são maioria da população brasileira, constituindo um percentual de 60,06%

Em relação à origem da residência familiar dos respondentes, a questão 3 buscou apurar informações acerca da localidade de residência familiar dos bolsistas. As respostas revelaram que a maioria dos respondentes é oriunda de municípios do estado de Minas Gerais (31 municípios) totalizando 47 discentes, seguida por municípios do estado vizinho, São Paulo (7 municípios), com 9 discentes, e do estado da Bahia (1 município) com 2 discentes. Em termos de abrangência por microrregiões do Estado de Minas Gerais, observamos a prevalência do Alto Paranaíba, porém há a presença de discentes de várias outras regiões do estado.

A questão 4 do questionário explora a localização dos domicílios familiares em termos de perímetro urbano ou zona rural e as respostas auferidas estão dispostas no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Localização dos domicílios de origem/grupo familiar



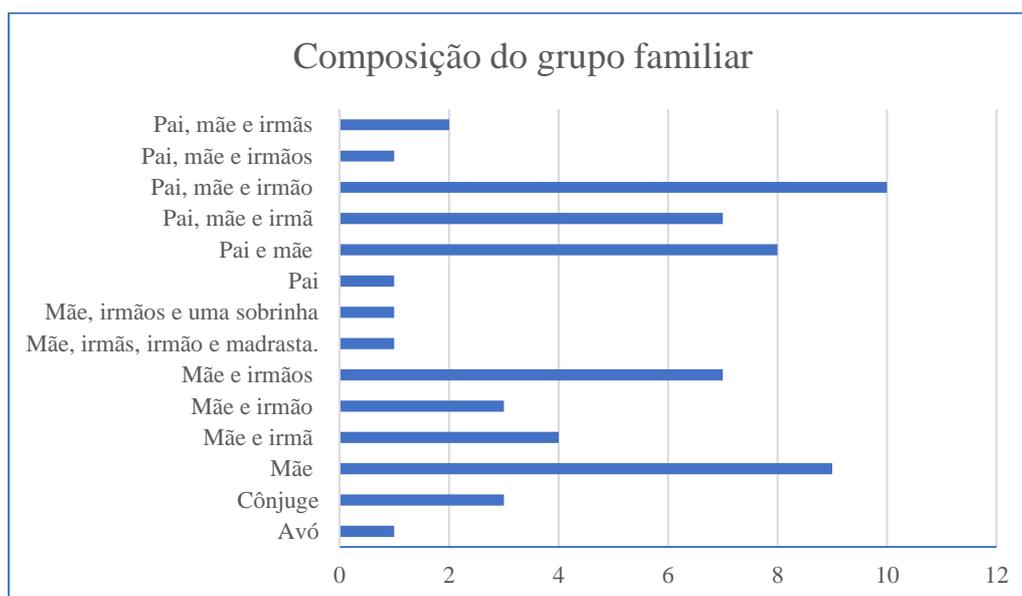
Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados.

O Gráfico 4 apresenta a predominância de domicílios localizados na zona urbana, 87,9% (51 residências), em detrimento de domicílios localizados em áreas rurais, 12,1% (7). Observou-se uma ampla diferença entre os discentes de origem urbana (87,90%), frente a discentes de origem rural (12,10%). Comparando os percentuais obtidos aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2015 pelo IBGE, a qual apontava que 84,72% da população brasileira residia em área urbana, enquanto 15,28% residia em área rural, nota-se que a porção de discentes vindos da área urbana ainda é superior aos dados mostrados pelo IBGE.

Embora um dos propósitos das políticas de democratização do Ensino Superior, implantadas nos últimos vinte anos, tenha sido a interiorização, por meio da ampliação de vagas, criação de novas instituições de Ensino Superior, novos *Campi* e cursos, notou-se que o percentual de discentes oriundos do meio rural é inferior ao percentual da população rural apontado pelo IBGE, em pesquisa realizada em 2015.

Ainda sobre o domicílio, tem-se a questão de número 5, que buscou conhecer a formação do grupo familiar dos respondentes e, a partir das respostas obtidas, elaborou-se o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Composição do Grupo Familiar



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados.

Averiguou-se, portanto, que a composição dos grupos familiares encontra-se bastante diversificada, dentre os quais destacaram-se, devido à frequência de repetição, três principais formações, a saber: o primeiro refere-se àqueles em que a formação está alicerçada na presença do pai e da mãe (48,28%), esse grupo engloba as variantes formadas apenas com pai, mãe e discente; pai, mãe e irmã/irmão (s).

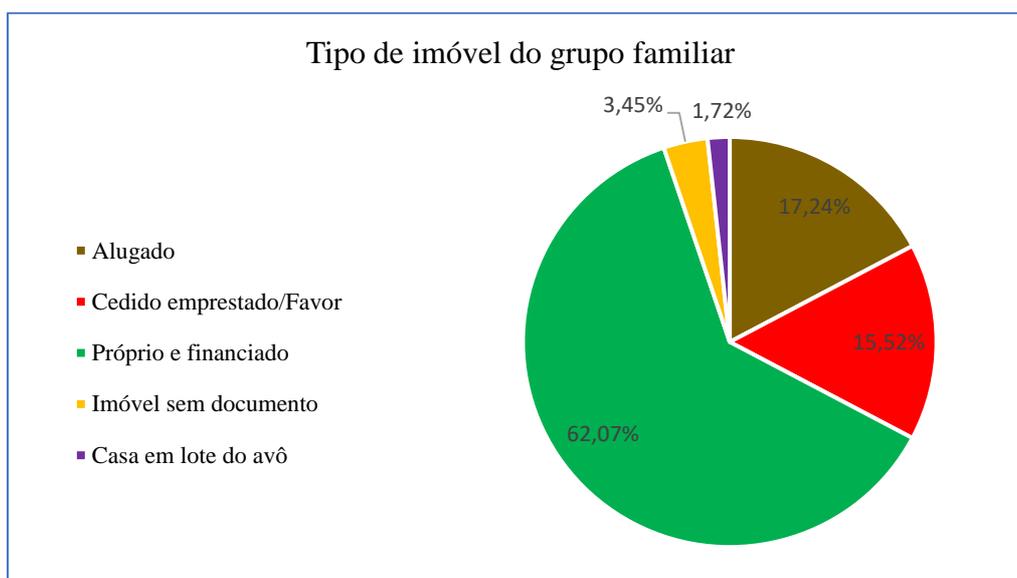
O segundo grupo traz como figura principal a pessoa da mãe (41,39%) e nesse grupo estão as formações compostas por mãe e aluno; mãe, aluno e irmã/irmão (s).

O terceiro grupo tem seu apoio na figura do Cônjuge (5,17%) que, em alguns casos, também é discente no *Campus* UFV Rio Paranaíba.

Observando ainda os dados relativos à formação do núcleo familiar, notamos apenas um (1) grupo familiar composto por avó e discente e apenas um (1) formado pelo pai e o discente.

Continuando o levantamento de dados acerca do grupo familiar, buscou-se conhecer, por meio da questão de número 5.1, a situação do imóvel familiar e as respectivas respostas obtidas encontram-se expressas no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Tipo de imóvel do grupo familiar



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados.

As respostas para essa questão (5.1) revelaram as seguintes condições, respectivamente: 62,07% dos grupos familiares dispõem de imóvel próprio, sendo que, nesse grupo, estão inclusos aqueles que informaram estar pagando financiamento residencial; uma parcela de 17,24% vive em imóveis alugados e 15,52% dos pesquisados vivem em residências cedidas/emprestadas ou de favor.

Um dos respondentes (1,72%) relatou que a família possui a casa construída em lote de propriedade do avô; outros dois relataram que vivem em área resultante de “invasão” e o imóvel ainda não está documentado.

O total de respondentes que não dispõe de moradia própria chega a 37,93%. Esse percentual inclui todos os formatos de moradia que pertencem a terceiros, havendo ou não o pagamento de aluguel. Observando os percentuais apresentados pelo IBGE, em 2015, com a Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios, o percentual de brasileiros que não dispunham de moradia própria chegou a 26,26%.

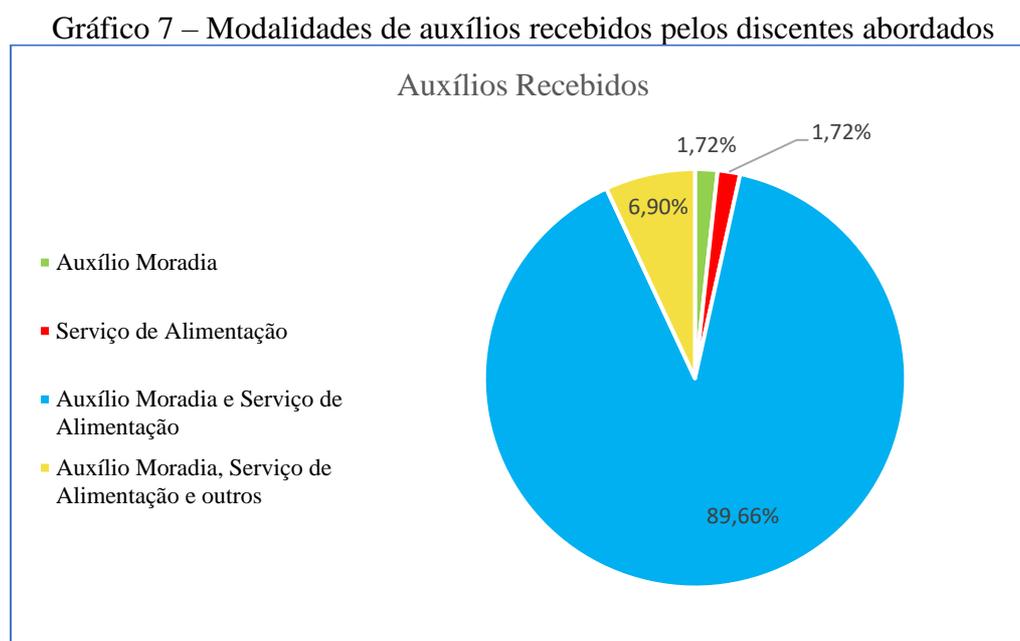
4.2 Informações sobre Auxílios recebidos

O segundo bloco de questões inicia-se a partir da questão de número 6. Nesse bloco, as informações solicitadas estão relacionadas aos auxílios percebidos, quais são e por quanto tempo já estão participando do programa de bolsas, além de abordar a pertinência dos auxílios na vida acadêmica dos respondentes.

Dessa forma, foi questionado aos respondentes, quais as modalidades de auxílios recebiam, uma vez que os Auxílios Moradia e Alimentação são independentes, isto é, ao preencher o formulário, o

discente pode solicitar, conforme necessidade, um ou mais auxílios, podendo receber Auxílio Moradia, Serviço de Alimentação e Auxílio Creche simultaneamente, além de poder se candidatar, conforme edital específico à Bolsa de Iniciação Profissional.

As respostas auferidas encontram-se dispostas no Gráfico 7:



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados.

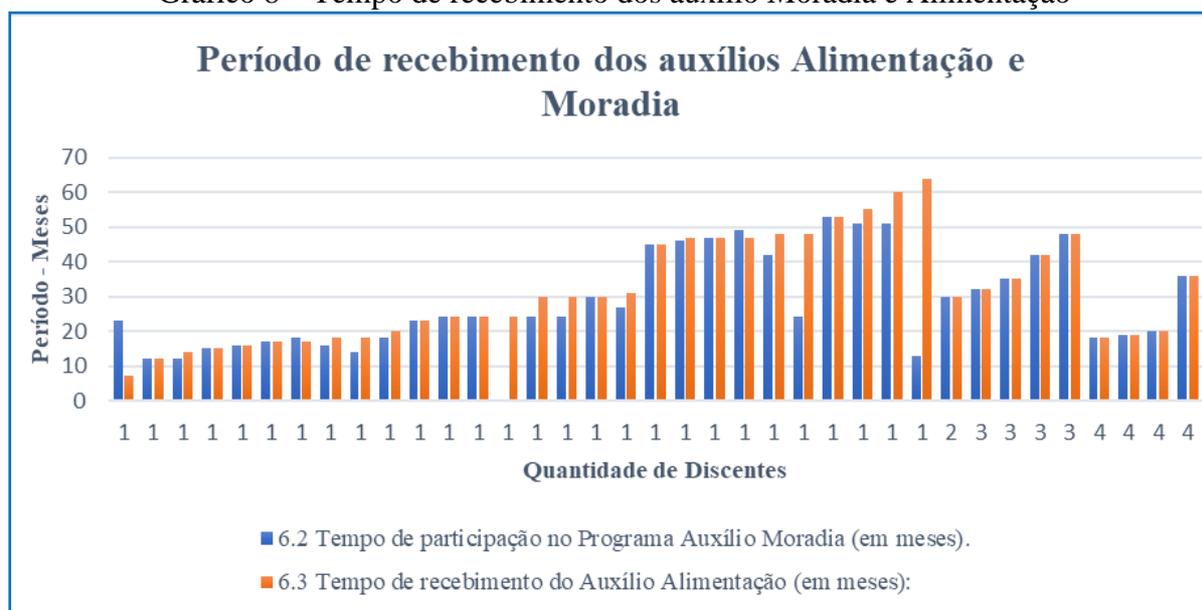
As respostas evidenciaram os seguintes percentuais: 89,7% recebem concomitantemente Auxílio Moradia e Serviço de Alimentação; 1,7% têm apenas o Serviço de Alimentação e 1,7% recebe apenas o Auxílio Moradia, enquanto 6,9% percebem: Auxílio Moradia, Serviço de Alimentação e Outros (Bolsa de Iniciação Profissional, Auxílio Creche, Auxílio Internet),

A questão 6.1 complementa a anterior, apresentando quais auxílios extras os discentes recebem, além daqueles especificados anteriormente. Observou-se que alguns alunos recebem a Bolsa de Iniciação Profissional, quatro (04) no total, ao passo que apenas um (1) recebe o Auxílio Creche e um (1) recebe o Auxílio Internet.

Por meio das questões 6.2 e 6.3, buscou-se conhecer o período de recebimento de cada auxílio e, dessa forma, observou-se que a maioria já recebe o auxílio há um período superior a 15 meses, tendo sido contemplados com o Serviço de Alimentação e Auxílio Moradia simultaneamente. Uma parcela pequena de discentes recebeu inicialmente o Serviço de Alimentação e posteriormente passaram a receber o Auxílio Moradia.

O Gráfico 8 apresenta os períodos de recebimentos de ambos os benefícios, permitindo uma visão mais clara das respostas obtidas por meio das questões de número 6.2 e 6.3 constantes no questionário aplicado.

Gráfico 8 – Tempo de recebimento dos auxílio Moradia e Alimentação



Fonte: elaboração própria, com base nas respostas obtidas através de Questionário.

A maioria dos participantes ingressaram no Programa de Assistência Estudantil, com a concessão simultânea dos benefícios (Alimentação e Moradia), porém 11 deles obtiveram, inicialmente, a liberação do Serviço de Alimentação, posteriormente, foram incluídos no Auxílio Moradia.

Nota-se que um (1) dos respondentes, após 51 meses de concessão do Serviço de Alimentação, passou a receber o Auxílio Moradia também, o qual já está no seu 13º mês. Esse discente cursa Agronomia e, tendo em vista 64 meses de participação no programa assistencial, nota-se que não conseguiu titular-se no tempo previsto para integralização das atividades (10 semestres ou 5 anos). Foi observado que três dos participantes receberam inicialmente o Auxílio Moradia e, posteriormente, tiveram a concessão do serviço de Alimentação.

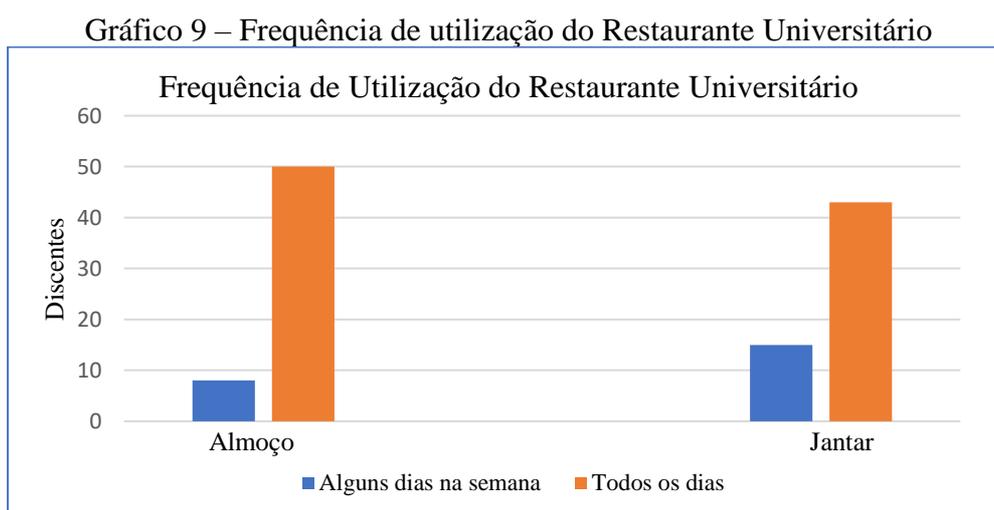
Observando o tempo de participação nos programas em estudo, percebemos que 36 dos respondentes já passaram por reavaliação, o que significa um percentual de mais de 62% dos participantes deste estudo. Nesse sentido, ressaltamos que a reavaliação socioeconômica tem por objetivo auferir a permanência da condição de vulnerabilidade. A lei estabelece que faz jus ao benefício todo estudante cuja (re) avaliação resultar em um índice compreendido entre zero (0) e nove (9).

O Serviço de Alimentação é concedido a todo discente (re) avaliado que apresente índice dentro da margem estabelecida pela legislação (0-9 pontos). Estando o discente com pontuação dentro desse interstício, imediatamente é inserido no programa de alimentação. Ao passo que, para o Auxílio Moradia, embora o estudante apresente índice de vulnerabilidade dentro das margens de concessão, o serviço só será concedido ao estudante mediante número de bolsas, recurso orçamentário, suficiente para todos aqueles que fazem jus ao benefício.

Como já relatado anteriormente, a cada 24 meses de recebimento dos auxílios, todos os bolsistas devem passar por reavaliação socioeconômica. Essa reavaliação visa confirmar a permanência da condição de vulnerabilidade do estudante. O interessado deverá preencher formulário próprio solicitando a concessão do auxílio por mais 24 meses, podendo solicitar outros, conforme a necessidade.

É indispensável anexar ao formulário a documentação pessoal do grupo familiar, de renda e de propriedade de bens móveis e imóveis de todos os membros, além de documentos comprobatórios de despesas com saúde, educação e moradia (se for o caso), conforme regulamentado. Os interessados em se submeter à (re) avaliação socioeconômica, devem observar os prazos definidos para a entrega da documentação e, em caso de não cumprimento dos prazos estabelecidos, os auxílios são suspensos até que sejam finalizadas as devidas avaliações.

A questão de número 7 abordou a frequência de utilização do Restaurante Universitário para as principais refeições (almoço e jantar) e o Gráfico 9 apresenta a síntese das respostas.



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

Com relação à frequência com que usam o RU para as suas refeições, observamos que a maior frequência ocorre durante almoço, período em que o comparecimento em todos os dias da semana chega

ao patamar de 86,21%. Em contrapartida, a frequência observada com relação àqueles que utilizam o RU todos os dias para o jantar foi de 74,13%. Uma das razões a se levar em consideração é o fato de que a maioria dos cursos oferecidos pela instituição serem diurnos e outro aspecto pode estar relacionado ao fato de que a maioria já está com cerca de 4 semestres de estudos e, à medida que se encaminha para os semestres finais do curso, aumenta a possibilidade de não fechar a grade de horários/disciplinas, o que poderia levar a não ter aulas em determinados dias ou horários, especialmente no final da tarde, levando, pois, o discente a não utilizar o RU em determinados dias.

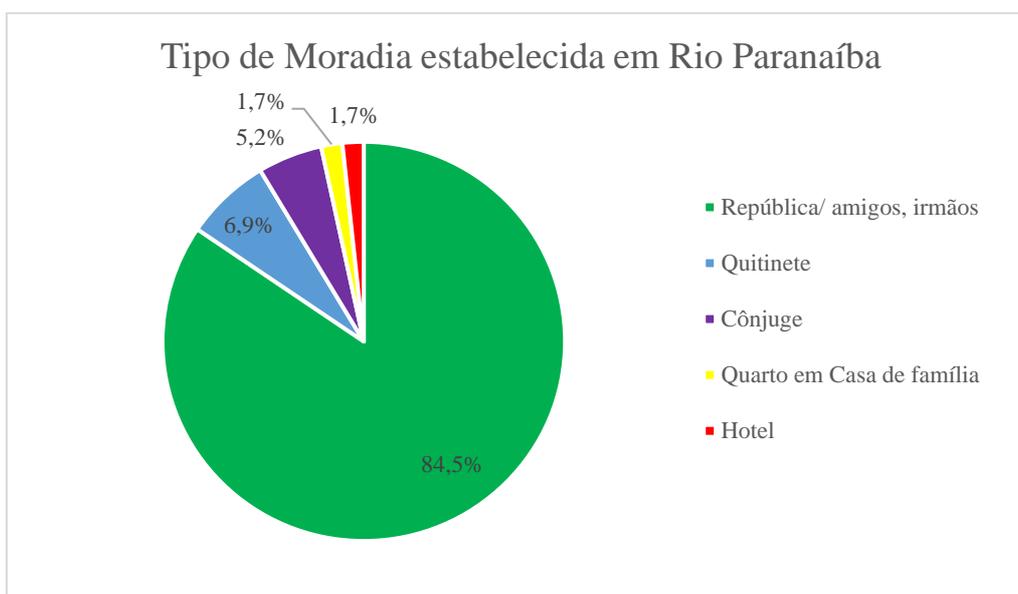
Observamos que, embora haja alguns dias em que os discentes não utilizem o serviço concedido, a taxa de adesão ao programa é bem significativa, apontando, dessa forma a importância do benefício concedido.

Essa importância pode ser notada analisando as respostas arroladas na questão de número 8 - *Onde faz suas refeições (almoço e jantar) quando não utiliza o Restaurante Universitário?* Na oportunidade, a maioria (49) relatou que almoça e janta em casa, ou até troca a refeição por um lanche feito em casa, sendo que alguns desses respondentes reiteram que se trata de uma refeição simples, feita em casa, ao passo que cinco (5) pessoas não responderam esta pergunta, enquanto três (3) disseram não fazer nenhuma refeição. Há que se destacar que o RU oferece almoço de segunda a domingo e, em finais de semana o RU serve apenas almoço.

Observa-se que a maioria dos discentes utilizam o RU todos os dias, porém a frequência para a refeição Almoço, 86,66%, é maior que aquela auferida para o Jantar, 74,14%. Esse fato pode estar relacionado ao período das aulas, especialmente dos cursos integrais, visto que muitos discentes não têm preenchidos todos os horários com aulas e, dessa forma, naqueles dias em que não tem aula no final do período vespertino, o discente vai para casa mais cedo, aproveitando a disponibilidade de transporte no meio do período, logo após o intervalo para lanche.

A questão de número 9 trouxe informações acerca das modalidades de moradia estudantil estabelecidas em Rio Paranaíba. O Gráfico 10 apresenta os dados obtidos por meio dos questionários aplicados.

Gráfico 10 – Tipo de Moradia estabelecida em Rio Paranaíba



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados.

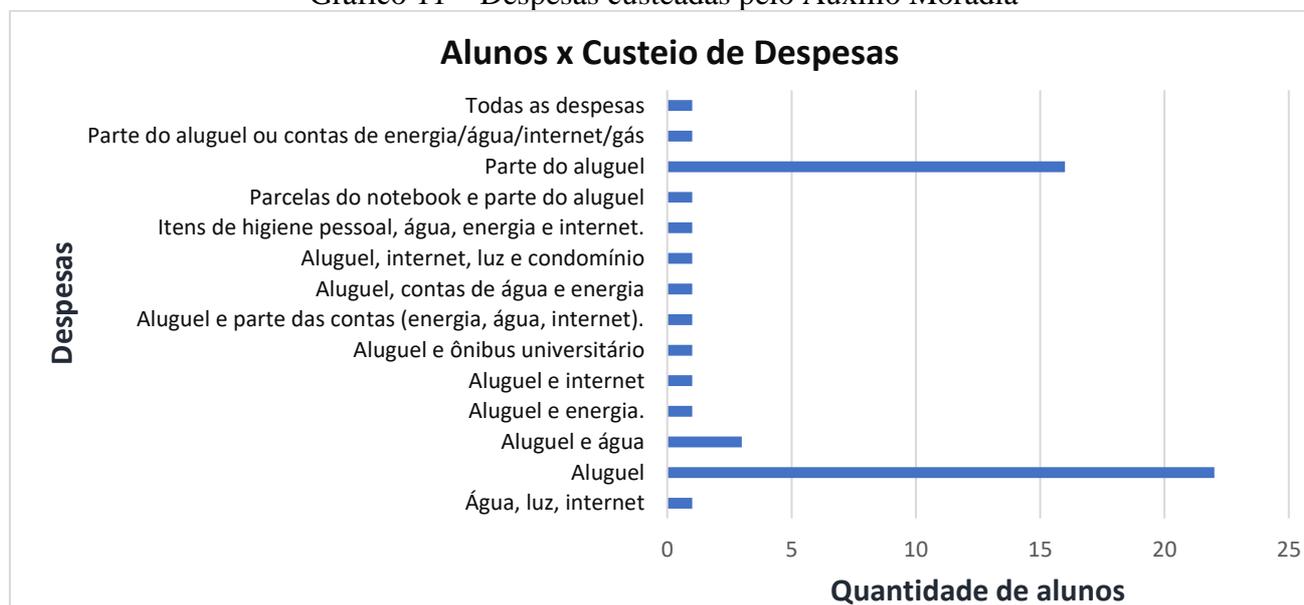
As respostas evidenciaram o tipo de moradia utilizada pelos estudantes, uma vez que a universidade não dispõe de Alojamento. Dessa forma, verificou-se que a maioria (84,5%) estruturou a sua residência por meio de compartilhamento de imóvel e despesas, as chamadas repúblicas; ao passo que 6,9% moram sozinhos, em quitinete; 5,2% moram com cônjuges, as outras modalidades de moradia (Hotel e quarto alugado em casa de família) tiveram 1,72% cada.

Quando o *Campus* foi implantado em Rio Paranaíba, a cidade dispunha de poucos imóveis ociosos, conforme relatou (Silva, 2018) o que levou os discentes a se adequarem em termos de moradia, pois os preços de locação residencial sofreram um acréscimo considerável e só dois anos após o início das atividades acadêmicas a Universidade dispôs de recursos para distribuir auxílios que suprissem-essa demanda.

Naquela época, as principais formas de moradia estudantil consistiam em quarto de hotel e pensionato, em casa de família. À medida que o *Campus* foi se consolidando, a cidade buscou investir em infraestrutura, em função da Universidade, e surgiram imóveis (casas e apartamentos) para alugar, possibilitando o predomínio das repúblicas como forma de moradia estudantil, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Nesse sentido, as repostas para a questão de nº 10 vem reiterar a importância do Auxílio Moradia, embora, conforme relatos dos bolsistas, o valor não seja suficiente para acobertar todas as despesas com a moradia, consiste na principal fonte recursos para essa finalidade, conforme apresentado no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Despesas custeadas pelo Auxílio Moradia



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

Observamos que o valor do auxílio moradia é insuficiente para custear as despesas com a residência, uma vez que não se trata apenas de quitar o aluguel contratado, há outras despesas que se somam ao custo de locação do imóvel, quais sejam taxas de água, energia e internet, em alguns casos, despesas de condomínio. Nesse sentido, apenas um (1) bolsista relatou custear todas as despesas com o valor recebido.

Para mais da metade dos respondentes, o valor do benefício fica aquém das despesas mensais relacionadas à moradia. Para 37,93%, o valor percebido custeia a parcela do aluguel, enquanto para 25,57% dos participantes esse valor cobre apenas parte do aluguel, precisando, assim, de ajuda familiar para cumprir com todos os compromissos financeiros ao longo do mês.

Essa questão nos ajuda a compreender uma das perguntas motivadoras desta pesquisa: As políticas de Assistência Estudantil na UVF CRP têm sido suficientes para suprir as demandas básicas (moradia, alimentação, transporte, saúde) dos discentes contemplados? Fazendo um recorte nas respostas dos alunos, podemos ter uma noção da abrangência dessas políticas frente às despesas básicas do graduando.

Entre as respostas, destacamos algumas, as quais refletem a realidade dos estudantes que recebem o Auxílio Moradia e necessidade da ampliação desse programa, especialmente no que se refere

ao valor do benefício, atualmente afixado em R\$230,00. Para alguns dos respondentes, o auxílio ajuda a pagar:

- “todas, esse auxílio me ajuda muito.” (respondente B2).
- “Mau da pra pagar o aluguel ainda fica faltando 120 reais”. (respondente B13).
- “Apenas o aluguel, sem incluir despesas referentes a energia e internet” (respondente B19).
- “Praticamente o aluguel, sobra apenas alguns reais que talvez dê para minha parte na conta de água, por exemplo.” (respondente B37).
- “Aluguel e alguma outra conta que dividindo dá 30 reais” (respondente B51).
- “Conseguo custear metade do aluguel.” (Respondente B55)

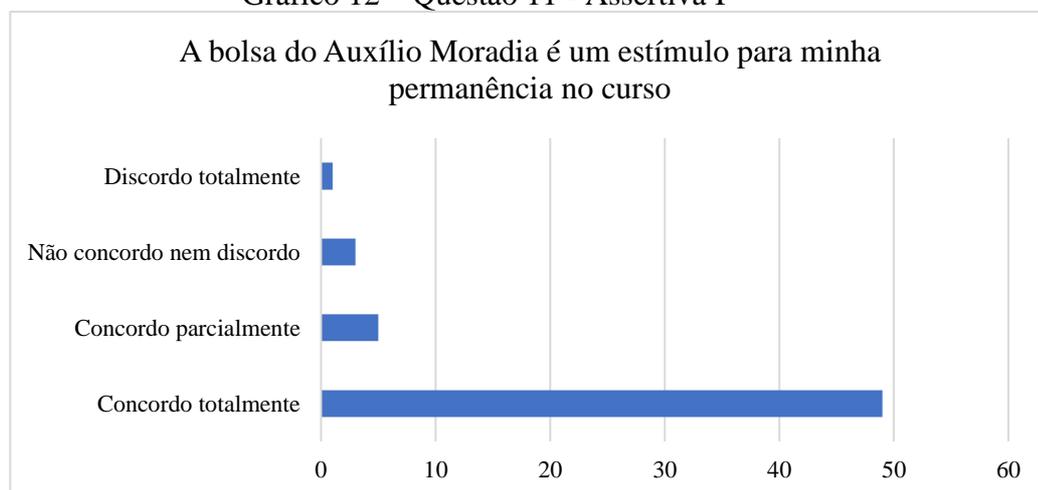
4.3 Percepção discente acerca dos auxílios estudantis

As questões de enumeradas do 11 ao 13 tratam da percepção dos discentes a respeito da relevância/influência dos auxílios na vida acadêmica. Para cada uma delas, será apresentado o gráfico correspondente à síntese das respostas assinaladas pelos respondentes.

A Questão 11 dispõe de 9 sentenças para as quais os discentes deveriam avaliar o quanto concordam ou discordam de cada assertiva, atribuindo nota compreendida entre 1 e 5.

O Gráfico 12 apresenta as respostas para a primeira assertiva.

Gráfico 12 – Questão 11 - Assertiva I

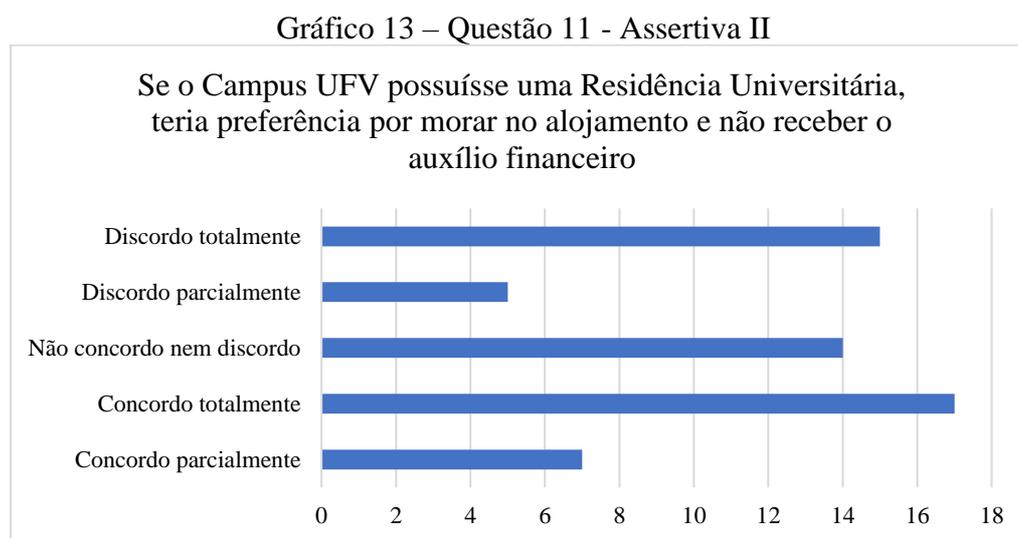


Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados.

Para a maioria absoluta dos entrevistados, o Auxílio Moradia é essencial para a permanência no curso, visto que 49 discentes (84,48%) afirmaram concordar totalmente com a assertiva “A bolsa do Auxílio Moradia é um estímulo para minha permanência no curso”. Outros cinco (5) disseram concordar

parcialmente, enquanto somente três (3) deles apresentaram posicionamento neutro (não concorda nem discorda). Dessa forma, podemos observar que o auxílio constitui variável importante para a permanência na graduação, pois somente um (1) bolsista relatou discordar totalmente dessa assertiva.

A segunda assertiva tem suas respostas expressas pelo gráfico 13.



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados.

Avaliando a condição de discente bolsista sob a perspectiva das respostas dadas para essa questão, notamos que a maioria dos respondentes optariam por morar em residência universitária em vez de receber auxílio financeiro, para custear as despesas de aluguel (17 concordam totalmente e 7 concordam parcialmente).

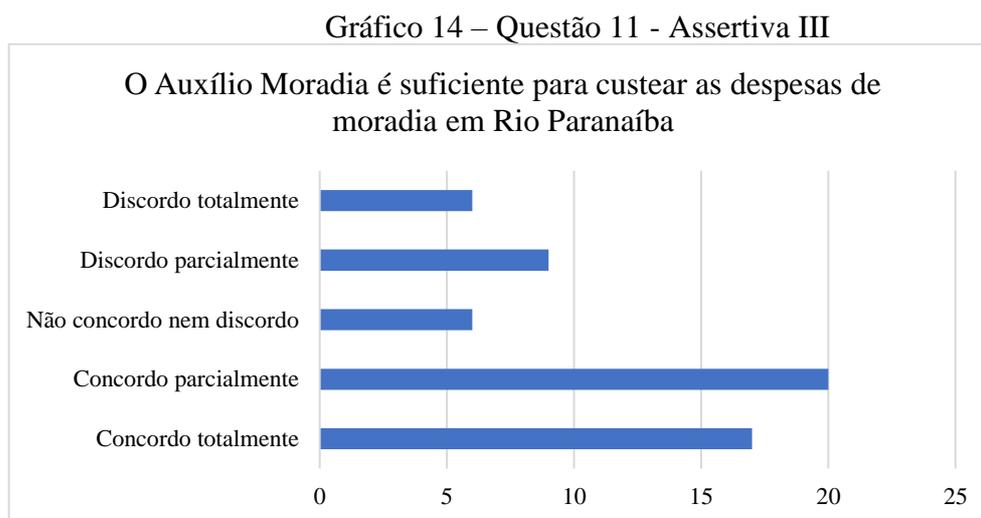
Em contrapartida, 20 discentes discordaram (5 deles discordaram parcialmente e 15 discordaram totalmente), refletindo a pertinência do benefício para uma parcela significativa de bolsistas, os quais, caso necessário optar por uma das modalidades, demonstraram o desejo de permanecer percebendo recursos financeiros para arcar com as despesas de moradia.

Se observarmos o gráfico das despesas custeadas com os auxílios, entre aqueles que discordaram totalmente, observamos que 10 dos discentes conseguem custear o aluguel e até uma ou outra despesa com o recuso recebido, o que permite inferir que a liberdade de morar em um ambiente de regras mais flexíveis (república) os levou a essa resposta (Discordo Totalmente), enquanto os outros 5 bolsistas afirmaram que conseguem custear apenas parte do aluguel com o valor do Auxílio Moradia.

No que se refere ao grupo que relatou concordar totalmente com a assertiva (17 bolsistas), observou-se que 14 deles conseguem custear as despesas de moradia e alguma outra (água, energia,

internet) e, ao contrário dos outros discentes que discordaram da afirmação enunciada na questão, esses se mostram favoráveis à moradia estudantil institucional, também chamada de alojamento ou Residência Universitária.

As respostas referentes à terceira assertiva encontram-se demonstradas no Gráfico 14.



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados.

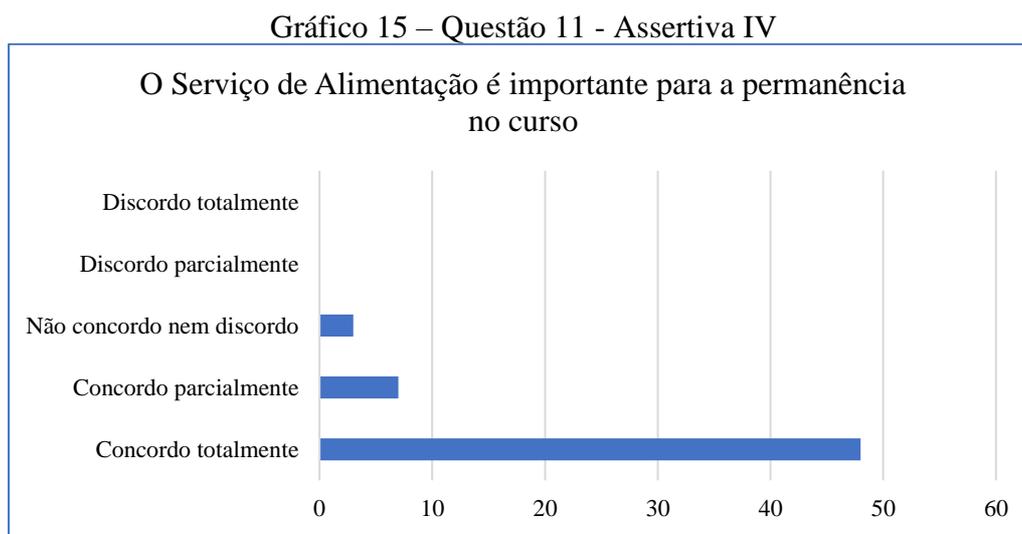
O Gráfico 14 apresenta a visão dos discentes em relação ao Auxílio Moradia. As respostas apontaram que a maioria concorda com a assertiva enunciada “o Auxílio Moradia é suficiente para custear as despesas de moradia em Rio Paranaíba”, visto que 17 discentes disseram concordar totalmente, enquanto 20 deles relataram concordar parcialmente. O grupo que discorda totalizou 15 respostas, das quais nove (9) discordam parcialmente e seis (6) discordam totalmente. Seis discentes se mantiveram neutros, nem discordam nem concordam.

Diante dessas respostas, é possível delinear o seguinte cenário: o auxílio moradia é suficiente para um grupo de discentes que residem em repúblicas, cujas despesas rateadas são menores ou próximas ao recurso financeiro recebido. Para outros discentes, o valor aproxima-se do montante gasto com as despesas de aluguel, mais água e energia e, em alguns casos, inclui o gasto com mensalidade de internet, ao passo que, para outro grupo (conforme observado nas respostas dadas para a pergunta de número 10), o benefício não cobre totalmente as despesas com residência na cidade, sendo suficiente apenas para parte do aluguel. Assim, para esses discentes, a assertiva enunciada deve ser negativa.

Retomando a questão de número 10, observamos que 16 discentes relataram que o recurso recebido custeava somente parte do aluguel e outros quatro (4) discentes relataram custear parte do aluguel

ou contas de água, energia, gás internet, não sendo suficiente para cobrir todos os ônus com a moradia estudantil.

A quarta assertiva trata da importância do Serviço de Alimentação e as respostas obtidas estão apresentadas no Gráfico 15.



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados

Esse gráfico expressa o entendimento dos discentes quanto à relevância do Serviço de Alimentação para a sua permanência no curso. Em relação a essa assertiva, observamos que 48 dos respondentes concordam plenamente com o enunciado, sete (7) discentes concordam parcialmente e somente três (3) se mostraram neutros em relação à importância desse benefício para a sua permanência na instituição/curso.

Essa questão revela a percepção discente quanto à relevância desse programa em prol da permanência discente no curso e na instituição, consolidando, dessa forma, os objetivos descritos no Decreto nº 7.234/2010, em artigo 2º, incisos de I a IV, os quais expressam a intenção de democratizar as condições de permanência; reduzir as desigualdades, as taxas de retenção e evasão e contribuir, por meio do ensino superior, para a inclusão social.

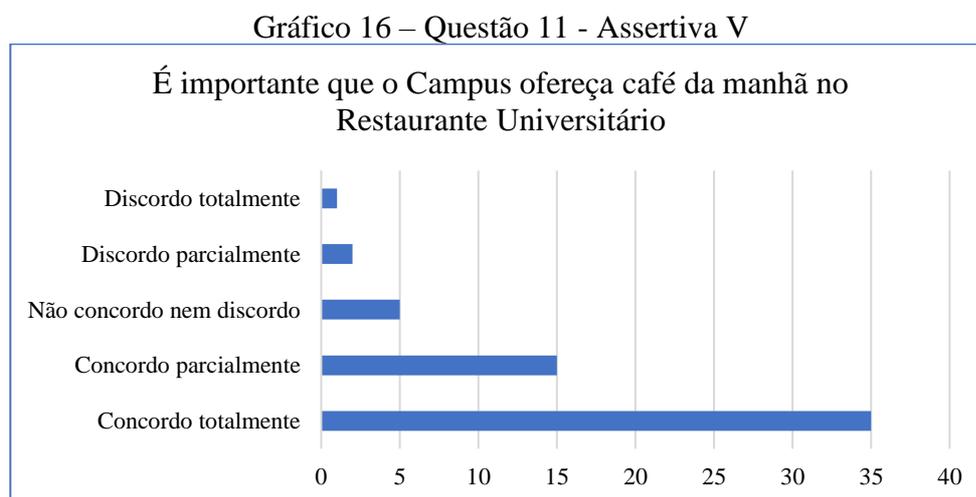
O Serviço de Alimentação, além de consolidar uma das ações propostas pelo PNAES, conforme artigo 3º, parágrafo 1º, inciso II – alimentação, atenua uma das dificuldades enfrentadas pelos discentes das IFES, a qual, segundo eles, influencia negativamente o desempenho acadêmico.

De acordo com os dados apresentados na V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes das IFES, entre os obstáculos citados pelos discentes, as dificuldades financeiras representam o terceiro maior entrave para o bom desempenho, totalizando 24,7%. Está entre as que mais afetam o desempenho acadêmico. Essa pesquisa apontou ainda que, entre aqueles que já pensaram em abandonar o curso, o percentual de discentes que relatou ser por razões financeiras é bem maior, estando no topo das causas (32,7%).

Assim a gratuidade das refeições vem oferecer alimentação balanceada aos discentes diariamente, inclusive nos finais de semana, além de atuar como mecanismo poupador de recursos do grupo familiar em vulnerabilidade, contribuindo dessa forma com a manutenção do discente no ensino superior.

Esse auxílio constitui um dos principais instrumentos institucionais para reduzir as taxas de abandono, desistência do curso, visto que, conforme apontado por Mendonça (2018), incluem-se entre as razões para a evasão os problemas de ordem financeira. Dessa forma, compreende que esse serviço é relevante, ratificando outras pesquisas já feitas na instituição. Elói (2018) discorreu sobre a relevância das ações assistenciais, apresentando dados referentes à pesquisa feita com graduandos do *Campus UFV Viçosa*.

O Gráfico 16 traz as respostas referentes à V assertiva.



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados

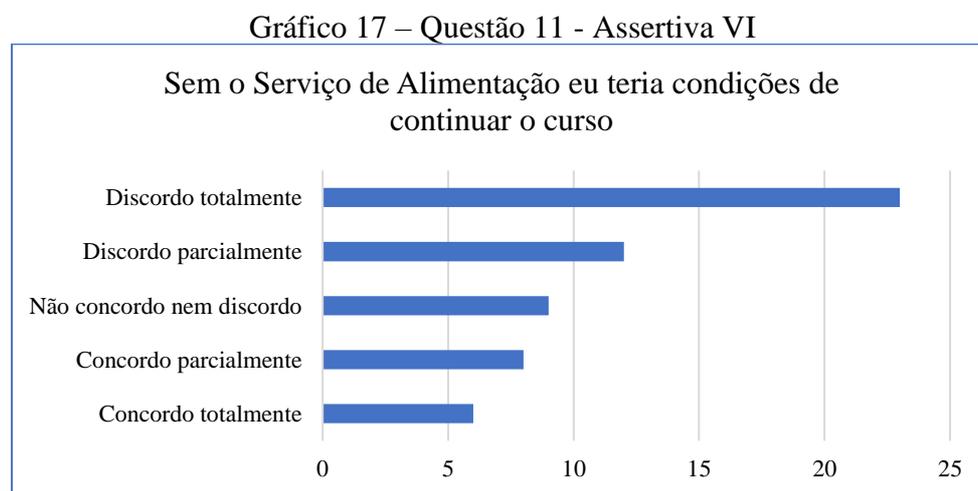
Em relação a essa sentença, observou-se que a maioria é favorável à oferta de café da manhã pelo Restaurante Universitário, visto que 50 dos respondentes concordam com o enunciado; destes, 35 concordam totalmente e 15 concordam parcialmente. Apenas cinco (5) discentes se mantiveram neutros,

enquanto apenas três (3) se colocaram contra a afirmação enunciada, dos quais dois (2) discordam parcialmente.

Para tentar compreender os posicionamentos contrários e ou neutros em relação à oferta de outra refeição (café da manhã) pelo restaurante universitário, observou-se quais os cursos estes respondentes frequentam, embora o resultado esperado fosse que tais posicionamentos viessem de alunos que se deslocam para a instituição, a fim de assistir as aulas nos períodos vespertino e noturno e para os quais talvez essa refeição não fosse tão relevante. O resultado apontou que, entre esses discentes, sete (7) são estudantes de cursos integrais, os quais tem aulas nos períodos matutino e vespertino, entre eles cinco (5) são da Engenharia Civil, um (1) da Engenharia de Produção e um (1) de Ciências Biológicas. Apenas um (1) discente frequenta curso de Administração, que, conforme mencionado, tem aulas nos períodos vespertino e noturno.

Esperava-se que as respostas negativas viessem em decorrência da inviabilidade/dificuldade de se deslocar da cidade até o *Campus* Universitário apenas para tomar café da manhã, porém observou-se que tais respostas vieram, principalmente de discentes que frequentam cursos integrais, assim entende-se que, para este grupo, a oferta dessa refeição não se faz relevante.

No Gráfico 17 são apresentadas as respostas para a VI assertiva.

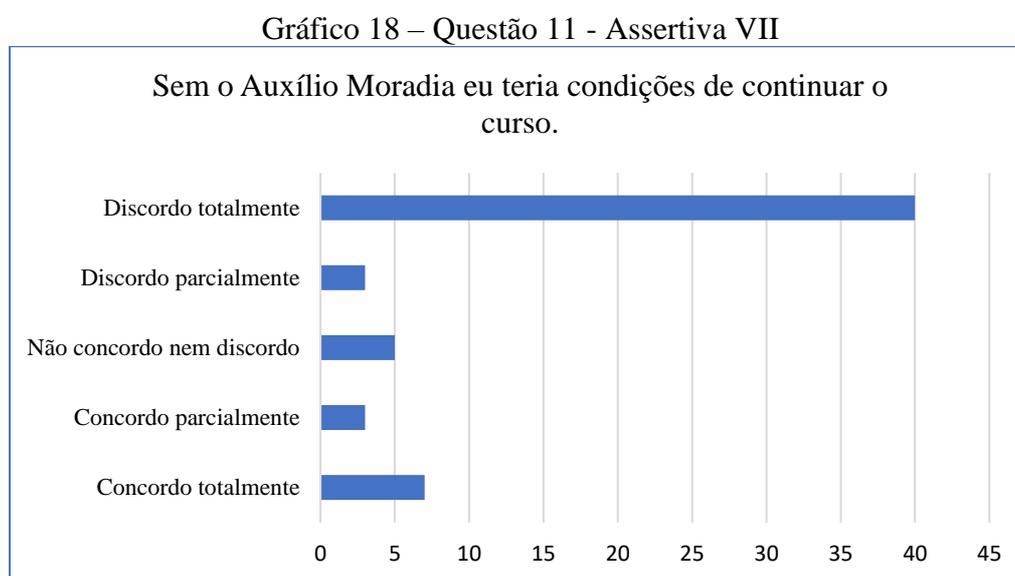


Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados

Este gráfico apresenta a relevância do Serviço de Alimentação para a permanência no curso. Dentre os respondentes, 35 afirmaram discordar da assertiva e, desse grupo, 12 discentes discordaram

parcialmente, enquanto 23 discentes discordaram totalmente, o que permite inferir que a ausência desse benefício dificultaria a continuidade no curso.

Entre os bolsistas pesquisados, nove (9) discentes se mantiveram neutros e 14 concordaram com a assertiva enunciada. Desse grupo, oito (8) concordaram parcialmente, apontando que, embora continuassem no curso, não seria descartada alguma intempérie. Outros seis (6) relataram concordar totalmente, apontando que, caso não tivessem o auxílio, poderiam continuar o curso normalmente. O Gráfico 18 apresenta as respostas referentes à VII assertiva.



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados

O Gráfico 18 evidencia a visão discente a respeito da relevância do Auxílio Moradia para assegurar a permanência no curso. Dentre os respondentes, 40 bolsistas (68,97%) discordaram totalmente do enunciado, demonstrando que, sem o auxílio, não teriam condições de permanecer no curso; três (3) dos respondentes (5,17%) discordaram parcialmente, enquanto cinco (5) dos respondentes se mantiveram neutros, não concordam nem discordam. Já o grupo que afirmou prosseguir no curso, mesmo sem o auxílio, foi composto de 10 respondentes, entre os quais três (3) deles (5,17%) afirmaram concordar parcialmente e sete (7) deles (12,07%) concordaram totalmente com a assertiva proposta no enunciado.

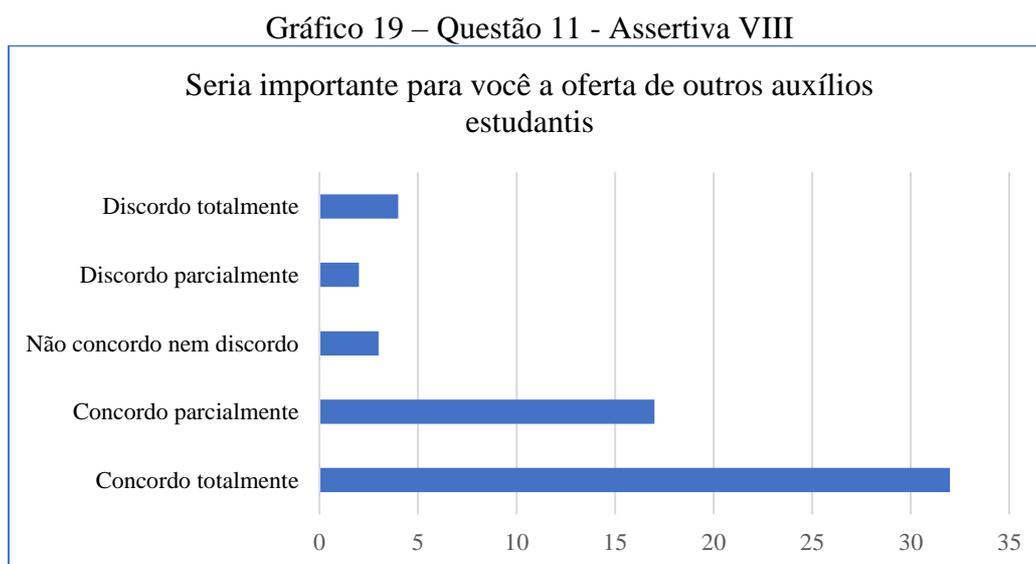
Nesse quadro, temos um total de 74,14% dos respondentes que acreditam não conseguir continuar o curso sem o auxílio moradia. Esse percentual evidencia a pertinência do programa de apoio ao estudante, ainda que, conforme mencionado em respostas à questão de número 10, o auxílio não seja

suficiente para acobertar todas as despesas com a residência estudantil no município de Rio Paranaíba, ele se mostra essencial para a manutenção do discente no curso superior.

Percebe-se, a partir das respostas apresentadas no Gráfico 18, que o auxílio disponibilizado via recursos do PNAES exerce papel decisivo na permanência do graduando no ensino superior, sendo considerado, pela maioria dos bolsistas, como importante mecanismo de apoio para a continuidade no curso, bem como para evitar a desistência.

Comparando as respostas dadas para essa assertiva com aquelas apresentadas no item anterior, nota-se que, para os discentes, o auxílio moradia se faz ainda mais relevante para a permanência no ensino superior, pois o percentual de discentes que discordaram totalmente da assertiva anterior ficou em 39,66%, revelando que, sem o serviço de alimentação, não conseguiriam continuar no curso, enquanto que 68,97% discordaram totalmente, demonstrando que, sem o Auxílio moradia, seria difícil permanecer no curso.

As respostas relativas à assertiva VIII encontram-se expressas no Gráfico 19.



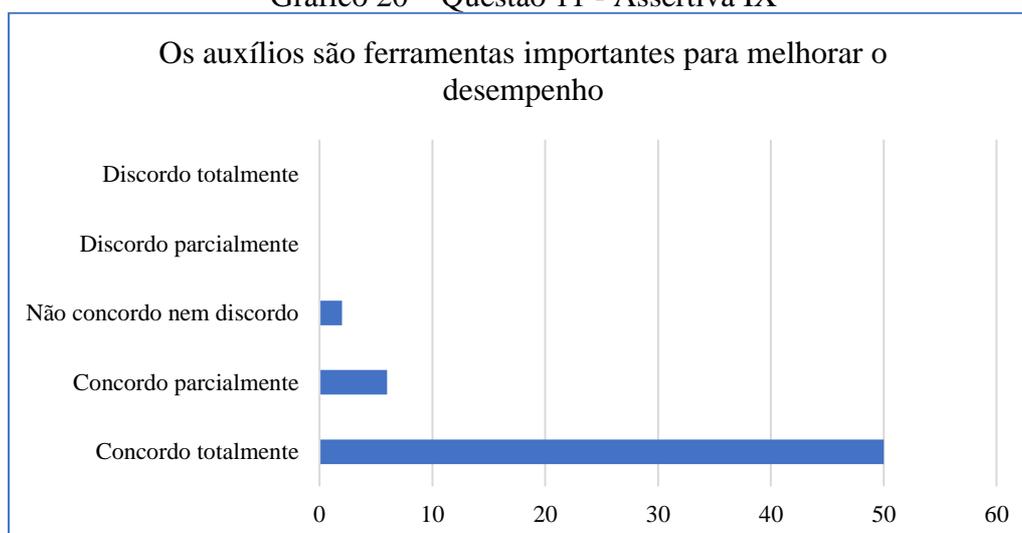
Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados

Perguntados sobre a importância da oferta de outros auxílios, os respondentes assim se posicionaram: 32 respostas do tipo “concordo totalmente” o que simboliza 55,17% e 17 respostas “concordo parcialmente” que constituem 29,31%. Três estudantes assinalaram a alternativa “nem concordo nem discordo”, o que equivale a 5,17%, enquanto apenas dois (2) responderam “discordo parcialmente”, correspondendo a 3,45% da amostra, enquanto respostas do tipo “discordo totalmente” totalizaram 4, o que corresponde a 6,9% dos entrevistados.

Observou-se, por meio do percentual de respostas positivas (84,48%), que a possibilidade de oferta de outras modalidades de auxílios é bem aceita pelos respondentes. Retomando o Decreto nº 7.234/2010, no artigo 3º, parágrafo 1º, tem-se a definição das áreas passíveis de ações assistenciais, quais sejam: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura esporte, creche, apoio pedagógico acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidade e superdotação.

A última assertiva, pertencente à de número 11, abordou a concepção discente acerca dos auxílios como ferramentas positivas para o desempenho acadêmico e as respostas foram apresentadas no Gráfico 20.

Gráfico 20 – Questão 11 - Assertiva IX



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados

A última assertiva colocada para apreciação na questão de número 11, teve por objetivo verificar a percepção dos discentes a respeito dos auxílios, enquanto ferramentas relevantes para o desempenho acadêmico.

As respostas obtidas evidenciaram a compreensão discente acerca do programa de assistenciais (Auxílio Moradia e Serviço de Alimentação), colocando-os como ferramentas de grande relevância para o bom desempenho acadêmico.

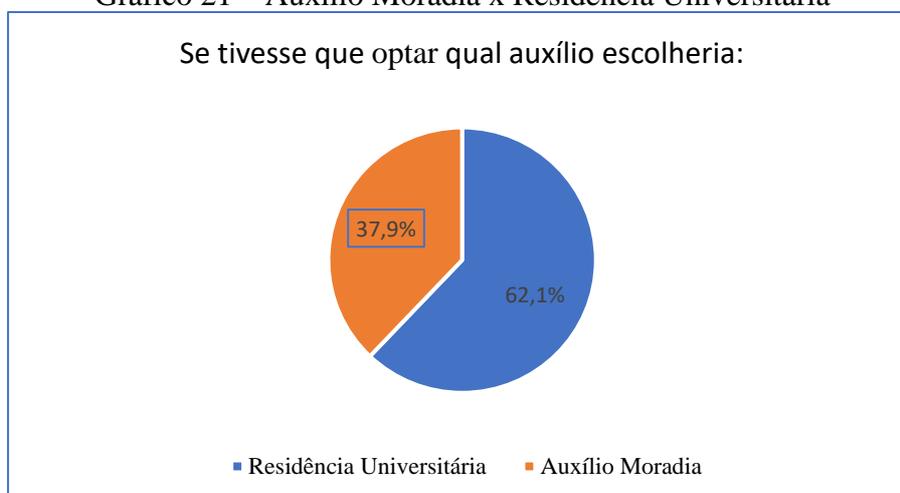
Observou-se que não houve nenhuma resposta do tipo “discordo”. A ausência de respostas contrárias à assertiva sinaliza um posicionamento positivo em relação à influência dos auxílios no desempenho acadêmico.

Dentre as 58 respostas obtidas, apenas dois (2) discentes (3,45%) se posicionaram neutros em relação à assertiva, ao passo que a maioria absoluta, 56 discentes, relatou estar de acordo com o enunciado na questão, representando 96,55%, sendo que, deste grupo, seis (6) respondentes (10,34%) afirmaram concordar parcialmente, enquanto 50 discentes (86,21%) concordam totalmente.

As nove assertivas que compuseram a questão de número 11 apontaram a percepção discente em relação à pertinência dos auxílios (Moradia e Serviço de Alimentação) para o bom andamento da trajetória acadêmica. As respostas dadas permitiram compreender que os discentes têm consciência da importância da Assistência Estudantil e, particularmente, dos auxílios percebidos, para a permanência no curso e para a melhoria do desempenho acadêmico.

Na questão de número 12, os discentes foram questionados acerca da opção Auxílio Moradia ou Residência Universitária, as respostas foram apresentadas no Gráfico 21.

Gráfico 21 – Auxílio Moradia x Residência Universitária



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados.

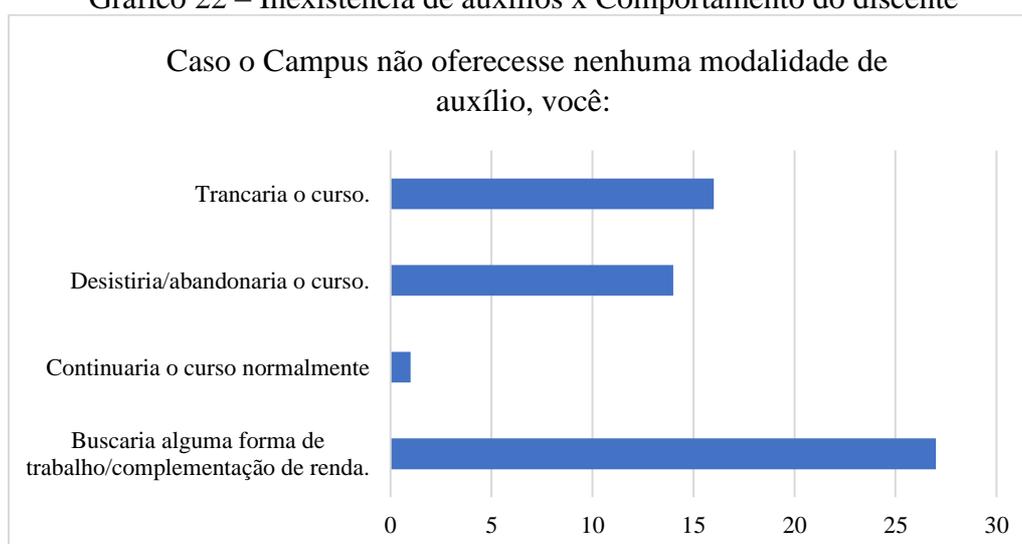
Quando questionados a respeito da preferência pelo recebimento do Auxílio Financeiro, com vistas ao custeio da moradia particular locada na cidade ou pela Residência Universitária, a maioria dos participantes (36) respondeu que optaria pela Residência Universitária, os chamados de Alojamentos Estudantis; os demais participantes (22) relataram que optariam pelo recebimento do Auxílio Moradia.

A preferência pela Residência Universitária pode estar relacionada a alguns fatores de ordem financeira, a saber valor do auxílio versus valor do aluguel, reajuste anual do valor do aluguel, manutenção do imóvel, contas de água, energia, internet, gás, entre outras, alinhados à necessidade de apresentação de documentação referente ao contrato de locação de locação e documentação para prestação de contas mensal, documentação indispensável ao recebimento ao auxílio.

Percebe-se, dessa forma, que a moradia estudantil/Residência Universitária ofertada pela instituição eximiria o discente de inúmeros compromissos financeiros e burocráticos requeridos para o recebimento do auxílio financeiro por aqueles que necessitam da locação de moradia particular na cidade.

A questão 13 buscou compreender o grau de dependência dos estudantes em relação aos programas assistenciais oferecidos, nesse sentido questionou-se aos bolsistas, caso o *Campus* não oferecesse os auxílios, qual seria a atitude deles. As respostas foram apresentadas no Gráfico 22.

Gráfico 22 – Inexistência de auxílios x Comportamento do discente



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados.

Observa-se, a partir das respostas assinaladas para essa questão, que a maioria dos participantes (51,72%) não conseguiria continuar a graduação sem o amparo dos auxílios estudantis ou alguma outra forma de complementação de renda. Desse grupo, 27,59% (16 discentes) responderam que trancariam o curso, enquanto 24,14% (14 discentes) desistiria ou abandonaria o curso. Já para 46,55% (27 discentes) a alternativa escolhida seria buscar uma forma de trabalho, fonte de renda para se manter e assim prosseguir no curso, ao passo que somente 1,72%, o que equivale a apenas um (1) participante relatou continuar normalmente no curso, mesmo que a instituição não oferecesse os auxílios.

A questão de número 14 “Alguma sugestão ou comentário sobre os auxílios e a importância deles para a sua vida acadêmica” foi elaborada no intuito de dar voz aos bolsistas e, assim, analisar a sua percepção em torno do tema.

Para proceder à análise do conteúdo presente nas respostas dadas a essa questão, recorreu-se à L. Bardin (1977). Após uma pré-leitura estabeleceu-se as pré-categorias, a fim de compreender melhor a significância das mensagens enunciadas, observando o campo semântico relativo às mensagens explícitas, quanto implícitas no contexto pergunta-resposta, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Análise temática -Questão 14

Eixos temáticos	Núcleo temático - Unidade de Registro	Unidade de contexto	Frequência	
Significância dos auxílios	Importante/Vital	Muito importante	22	37,93%
		“Suma importância”		
		“Extrema importância”		
		“São extremamente importantes”		
		“É vital para todos que o recebem”		
		"O auxílio alimentação é fundamental para os estudantes que precisam."		
	“São extremamente fundamentais”			
	Garantidor de permanência	"são fundamentais para a minha permanência na cidade."	26	44,83%

		<p>"São fundamentais para a minha permanência no curso."</p> <p>"é um facilitador de permanência"</p> <p>"sem eles ficaria muito difícil a permanência na cidade"</p> <p>"Os auxílios foram de suma importância para meu ingresso e permanência na universidade. Sem eles, não teria condições de custear a permanência em Rio Paranaíba."</p> <p>"o auxílio moradia é um facilitador da permanência na vida acadêmica... claramente favorece minha permanência no campus."</p> <p>"Os auxílios são os principais motivos pela minha permanência no curso."</p> <p>"Os auxílios estudantis é de suma importância para a permanência nos cursos"</p> <p>"A viabilidade de meus estudos em RP estão ligados aos auxílios que a universidade disponibiliza"</p>		
Valor do auxílio moradia	Valor do Auxílio Moradia é insuficiente	<p>"poderiam aumentar o valor pq de muitas pessoas que utilizam mau da pa pagar o aluguel"</p> <p>"o valor do auxílio-moradia deveria cobrir todas as despesas, aluguel, água, energia e internet"</p> <p>"o valor acaba por ser baixo demais dada a situação da cidade em relação a gastos (aluguéis - despesas, alimentação - mercado)</p> <p>"apesar de insuficiente para custear a residência de todos, é vital para todos"</p> <p>"O auxílio moradia deveria ser um valor maior, porque R\$230,00 reais mal dá pra pagar o aluguel"</p>	11	18,97%

	Aumento/Reajuste	"já fazem mais de 5 anos que não há quaisquer reajustes de valores no auxílio moradia"	8	13,79%
		"Aumento no valor do auxílio que a faculdade já oferece"		
		"um reajuste no auxílio moradia seria de suma importância para o cobrimento total do aluguel e despesas"		
		"Acho que poderiam ter reajuste nos valores já que todo ano há também o reajustes nos aluguéis e das contas na cidade"		
		"Seria importante essa ajuda ser maior"		
Criação de novos auxílios	Suspensão das Atividades RU	"Acho de suma importância algum auxílio que substitua o alimentação, [...]minha alimentação era feita somente no restaurante universitário"	2	3,44%
		Como nos alunos não estamos conseguindo usar o Restaurante Universitário nesse momento de quarenta seria interessante se depositassem um dinheiro referente a essas refeições para ajudar com as despesas de alimentação"		
	Nova modalidade de auxílio	"poderia oferecer um auxílio socioeconômico, como outras universidades oferecem (UNESP, por exemplo) para aqueles alunos em maior vulnerabilidade"	1	1,72%
Aspectos relacionados à renda e vulnerabilidade	Realização de trabalho autônomo	"Com alguns bicos completar o valor do aluguel/contas e me manter no curso"	1	1,72%
	Inviabilidade de conciliar trabalho formal e estudos (cursos integrais)	"para cursos como o meu em tempo integral não há como conciliar estudo com trabalho"	3	5,16%
		"O meu curso é integral, dificilmente eu iria conseguir consiliar trabalho com os estudos"		

		"Por meu curso ser integral não teria como eu arrumar um emprego e conciliar os estudos"		
	Vulnerabilidade familiar	"sem o auxílio eu realmente não conseguiria me manter aqui mas mesmo com o baixo valor eu ainda passo certos perrengues pelo dinheiro da moradia ser pouco"	11	18,97%
		"meus pais não teriam condições financeiras de me manter."		
		"sem eles não sei se conseguiria me manter e nem ter a qualidade de moradia"		
		"sem eles eu não teria condições de me manter"		

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários aplicados.

A partir das respostas recebidas para o último item do questionário aplicado junto aos discentes bolsistas, pôde-se elaborar o Quadro 1. Inicialmente se fez uma pré-leitura, para identificar os eixos temáticos e, posteriormente, as unidades de registro/núcleo do eixo que ilustrassem bem as unidades de contexto.

A unidades de contexto consideradas para contagem e frequência abrangem conteúdos expressos de forma explícita e implícita. Dessa forma, buscou-se compreender as mensagens para além do código escrito, numa tentativa de interpretar as linhas e as entrelinhas de cada mensagem.

As respostas foram classificadas em quatro (4) eixos temáticos: Significância dos auxílios; Valor do auxílio moradia; criação de novos auxílios; Aspectos relacionados à renda e vulnerabilidade. Para o primeiro eixo temático, foram elencados dois núcleos temáticos ou unidades de registro, sendo que, no primeiro, observa-se que trata da visão dos discentes acerca dos auxílios percebidos. O percentual de frequência é de 37,93% dos 58 questionários respondidos, embora, para esta última questão, cinco (5) discentes não tenham deixado mensagem ou tenham respondido que "Não" (o Não aqui simbolizando que não teriam comentário nem sugestão a fazer).

Nesse caso, é recorrente o reconhecimento da importância das ações desenvolvidas. Os relatos apontam a recorrência dos termos: importante, importância e vital, qualificando os auxílios, com a presença de advérbios de intensidade reforçando a pertinência desses benefícios. São inúmeros os trechos, dentro de cada relato, que reitera essa verdade na visão discente.

Percebeu-se que há um certo receio “rondando” os bolsistas, seja pelo fato de que, em função da pandemia, houve a suspensão do serviço de alimentação, ou pelas incertezas do momento. Alguns expressam esse temor claramente, pedindo que não reduzam ou corte o recurso, dada a importância deste benefício para trajetória acadêmica; outros deixam implícita essa condição por meio da intensidade colocada nas referências ao auxílio, colocando-o como imprescindível.

Não diminua os auxílios que já têm, eles são de extrema importância para nós universitários, uma amiga no primeiro período abandonou o curso por não conseguir o auxílio. Não sei o que seria de mim sem ele, tento o máximo me dedicar aos estudos e caso o perdesse tentaria arrumar um serviço e conciliar. **Olhem por nós e não deixe os recursos acabarem.** (Respondente B29).
(Grifo nosso)

O segundo núcleo, denominado “garantidor de permanência”, evidencia a visão de uma parcela de discentes, composta por 26 respondentes, que representa 44,83% dos pesquisados. A permanência aparece representada nas mensagens pelos termos: permanência, permanecer, continuar e estadia. Esses estudantes enxergam os auxílios como instrumentos garantidores de permanência no ensino superior e, especificamente, no curso.

Essa mensagem deixa implícita a ideia de que os auxílios possibilitam a continuidade e permanência, evitando a saída precoce do curso, a qual poderia ocorrer sob forma de trancamento de matrícula, abandono de curso, evasão. Conforme relataram os respondentes B16 e B26, respectivamente, “Sem eles, não teria condições de custear a permanência em Rio Paranaíba” e “Infelizmente ele não custeava todas as despesas com moradia em Rio Paranaíba (Aluguel + contas: água, energia e internet), porém sem o mesmo não teria condições de finalizar meu curso”. Outros 8 discentes fizeram relato semelhante, afirmando não terem condições de se manter no curso sem os auxílios. Compreende-se que os auxílios oferecidos, embora insuficientes, como relataram vários respondentes, são essenciais para manter os discentes em seus cursos, impedindo a evasão.

O segundo eixo temático traz o tema Valor do auxílio moradia”, foram observados para esse tema dois núcleos temáticos/unidade de registro: Valor do Auxílio Moradia é insuficiente” e “Aumento/Reajuste”. Quanto ao primeiro núcleo temático, os relatos apontam a insuficiência do recurso concedido aos discentes. Essa informação é reforçada pelos dados constantes nas respostas da questão nº 10. Diversos são os discentes que não conseguem arcar com todas as despesas relativas à moradia com o valor recebido (R\$230,00).

A respeito dessa temática, destaca-se as mensagens dos respondentes quanto à cobertura das despesas pelo auxílio moradia:

“Ambos os auxílios trouxeram alívio financeiro pois somos casados e ambos estudantes, o fato de estudarmos em cursos integrais não nos permite arrumar um emprego fixo e **poder contar com o recebimento de uma quantia equivalente a 76% do aluguel** e não ter que custear com alimentação nos ajuda muito.” (Respondente B12)

“Acredito que **o valor do auxílio- moradia deveria cobrir todas as despesas, aluguel, água, energia e internet**, assim ajudaria muito todos os estudantes que recebem esse benefício. (Respondente B13)

“Como dito e visto, o auxílio é de extrema importância na vida de vários estudantes. **Infelizmente o valor acaba por ser baixo demais dada a situação da cidade em relação a gastos** (aluguéis - despesas, e alimentação - mercado). (respondente B27) (Grifo nosso).

Conforme destacado nas mensagens acima transcritas, os recursos são insuficientes para acobertar todas as despesas relativas à moradia estudantil em Rio Paranaíba e, nesse sentido, tem-se o relato do respondente (B33), “com certeza o auxílio moradia deveria ser um valor maior, porque R\$230,00 reais mal dá pra pagar o aluguel, e ainda tem outras contas da casa que não dá pra pagar com esse dinheiro.”

O segundo eixo temático aborda a questão do reajuste do valor destinado ao auxílio moradia, que conforme já informado é de R\$230,00 (duzentos e trinta reais). Nesse sentido, observa-se que os discentes vivenciam a situação de reajuste anual dos contratos de aluguel, enquanto o valor do auxílio se mantém inalterado, conforme relatado pelos respondentes B16 e B34:

Mesmo assim, os auxílios não sofrem reajustes anuais, ao contrário dos contratos residenciais. Desse modo, um reajuste no auxílio moradia seria de suma importância para o cobrimento total do aluguel e despesas, pois o valor ofertado atualmente nem sempre cobre o custo do aluguel, tão menos as das despesas com água, luz e telefonia que também são essenciais para a moradia. (Respondente B16)

“Entendo a situação do país nos últimos anos, **mas ja fazem mais de 5 anos que não há quaisquer reajustes de valores no auxílio moradia**. Isso implica em recorrentes mudanças de apartamentos em busca de um que seja "mais em conta".” (Respondente B34)

Percebe-se que com a falta de correção no valor do auxílio, a cada ano os discentes necessitam mais da ajuda dos familiares, a fim de complementar a diferença entre o valor do auxílio percebido e o montante das despesas, conforme relatado pelo respondente B 42 “acho que poderiam ter reajustes nos valores já que todo ano há também os reajustes nos alugueis e das contas na cidade”

O terceiro eixo temático intitulado “Criação de novos auxílios”, traz apontamentos a respeito de dois núcleos temáticos: Suspensão das atividades do RU e oferta de novos auxílios. Em razão da pandemia da COVID-19 e das normas de distanciamento social, as atividades do RU foram suspensas,

o que ocasionou mudança de hábitos e rotinas alimentares para aqueles estudantes que não retornaram aos seus domicílios de origem.

Nesse sentido, alguns estudantes, que se mantiveram na cidade de Rio Paranaíba, tiveram que se organizar para fazer suas refeições, enquanto o Restaurante Universitário não retoma suas atividades. Notamos, a partir de alguns relatos, as dificuldades enfrentadas em decorrência dessa situação atípica e, diante desse cenário, foi sugerido que a instituição depositasse aos discente um valor em forma de auxílio financeiro para ajudar nas despesas com as refeições (Respondente B 50):

“Eu tenho um comentário pertinente ao momento que vivemos agora, como nos alunos não estamos conseguindo usar o Restaurante universitário nesse momento de quarenta seria interessante se depositassem um dinheiro referente a essas refeições para ajudar com despesas de alimentação, visto que o custo dos alimentos aumentou muito, e é uma perda pra gente o restaurante universitário” (Respondente B50)

Nesse mesmo sentido, a mensagem do respondente B37 reitera as mensagens já citadas, apontando as dificuldades enfrentadas por eles, nesse período ímpar da história (pandemia), o qual levou à suspensão do serviço de Alimentação. “É **extremamente** importante os auxílios da faculdade, na pandemia percebi o **tanto** que são importantes. Como não estamos tendo o auxílio alimentação vi o **tanto** que fica caro comer em casa e fazer supermercado.” (Grifo nosso).

A presença desses marcadores discursivos de intensidade (extremamente, tanto) leva a compreender a intencionalidade do falante: reforçar os argumentos colocados, nesse caso a importância dos auxílios, especialmente durante a pandemia, em que os discentes não podem contar com o serviço de alimentação oferecido pelo RU.

O segundo núcleo temático a fazer parte do eixo “Criação de novos auxílios” apresenta a sugestão de complementar o apoio dado aos mais vulneráveis, citando como exemplo outra instituição que oferece uma modalidade de auxílio socioeconômico.

Acredita-se que esse tipo de sugestão poderia vir de um sujeito que compreende as condições do discente em vulnerabilidade, que espera por maior apoio da instituição, para que possa realizar seus estudos com mais tranquilidade.

A temática relacionada aos novos auxílios, teve menor recorrência entre os abordados, porém não menos relevante que os demais, visto que reflete a realidade dos bolsistas e as condições de vida enquanto estudante e membro de um grupo familiar com recursos mais escassos.

Nesse sentido, tem-se o quarto e último eixo temático levantado “Aspectos relacionados à renda”, o qual se encontra subdividido em três núcleos temáticos. O primeiro deles “Realização de

trabalho autônomo” mostra que, diante da insuficiência do auxílio para custear as despesas com moradia, alguns alunos se veem compelidos a fazer “bicos” para complementar a renda e assim arcar com todas as despesas relacionadas à sua estadia na cidade universitária.

Embora a recorrência explícita desse núcleo seja pequena, apenas 1,72% dentre as respostas, acredita-se que a situação se repita com frequência maior, dado os percentuais de discentes que apontaram a insuficiência do valor do benefício, para cobrir todas as despesas com moradia.

O segundo núcleo temático considerado para este eixo trata da inviabilidade de conciliar trabalho e estudos, especialmente para os graduandos de cursos integrais, dada a carga horária que precisam cumprir. Esse tópico aparece com três recorrências explícitas (5,16% de frequência) relatando a incompatibilidade de horários para conciliar estudos e trabalho.

Entretanto, ao refletir sobre o contexto em que ocorrem as mensagens “não teria condições de me manter”, fica subentendido que não há como o discente procurar trabalho formal a fim de complementar a renda e assim continuar no curso, caso os auxílios deixassem de ser ofertados.

Nessa linha de sentido, tem-se o último núcleo temático “vulnerabilidade familiar”. Esse eixo aparece com 11 recorrências do termo: não conseguiria me manter/ não teria condições de me manter. Essa mensagem evidencia a vulnerabilidade das famílias e, em primeiro plano, dos próprios discentes, que, em falta dos auxílios, não teriam condições de permanecer no curso. Essa passagem confirma o cumprimento da função dos auxílios expressa na própria legislação que regulamenta o Plano Nacional de Assistência Estudantil, a qual trata de oferecer condições mínimas de permanência no curso superior.

As mensagens emitidas apontam que, embora nesse momento de pandemia o Serviço de Alimentação via Restaurante Universitário esteja suspenso, o benefício da gratuidade na alimentação é um serviço excelente.

Embora seja apontado que os auxílios sejam insuficientes para cobrir todas as necessidades dos beneficiados, eles são fundamentais para garantir a permanência dos bolsistas no curso de graduação e garantir alimentação de qualidade para todos que são contemplados com o serviço de alimentação.

As respostas elencadas pelos discentes revelam as dificuldades enfrentadas durante a trajetória acadêmica - “perrengues pelo dinheiro da moradia ser pouco” (B25); a importância dos programas de assistência estudantil, aqui representados pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, e a necessidade de ampliação dos recursos destinados ao amparo daqueles em condições mais desfavoráveis socioeconomicamente falando, a fim de proporcionar maior conforto financeiro e qualidade de moradia e alimentação aos discentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou as Políticas de Assistência Estudantil, perpassando por sua estruturação ao longo da trajetória da Educação Superior, no Brasil, até o presente momento. Para tanto, traçou-se como objetivo geral: como as políticas de Assistência Estudantil têm sido implementadas na Universidade Federal de Viçosa *Campus* Rio Paranaíba? E foram definidos como objetivos específicos:

- Conhecer o processo de criação da Universidade Federal de Viçosa e posteriormente do *Campus* UFV Rio Paranaíba;
- Examinar a organização da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e descrever seus programas e políticas de Assistência Estudantil, e compreender como é feita a gestão dos recursos do PNAES;
- Conhecer o perfil dos discentes contemplados, o percentual de atendimento e a percepção dos alunos em relação aos auxílios Alimentação e Moradia;
- Verificar se há influência das políticas de assistência estudantil no desempenho, permanência, êxito dos estudantes;
- Possibilitar reflexões no sentido de aprimorar a gestão da política de assistência estudantil e dos recursos do PNAES.

O alcance dos objetivos citados permitiu responder às perguntas que motivaram esse estudo:

- Verificar se as políticas de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Viçosa *Campus* Rio Paranaíba, na forma como são implementadas, têm apresentado reflexos positivos no desempenho acadêmico dos estudantes?
- As políticas de Assistência Estudantil na UVF CRP têm sido suficientes para suprir as demandas básicas (moradia, alimentação, transporte, saúde) dos discentes contemplados?

A pesquisa identificou que os programas começaram a ser oferecidos aos discentes no ano de 2010 e atualmente o campus , com o Auxílio Moradia e Serviço de Alimentação, 231 discentes, dos quais 15 fazem parte apenas do serviço Alimentação, um (1) discente percebe apenas o Auxílio Moradia, 215 recebem os dois auxílios.

Em relação aos programas de auxílio Moradia e Serviço de Alimentação, em 2020, foram atendidos até o índice 6, para concessão do Auxílio Moradia, e até o índice 9, para o serviço de Alimentação. Porém, devido às circunstâncias de saúde pública (Pandemia), as avaliações foram suspensas e seguem aguardando autorização da Pró-Reitoria, quanto ao recomeço.

Partindo das informações levantadas por meio de aplicação de questionário junto aos discentes, averiguamos que o perfil do estudante bolsista no *Campus* Rio Paranaíba está assim representado: as mulheres constituem a maioria dos bolsistas 60,34%, enquanto os homens são 39,66%.

Em relação aos cursos, destacaram-se respectivamente Engenharia Civil, Ciências Biológicas, Administração e Sistemas de Informação, com as maiores quantidades de estudantes atendidos pelos programas de assistência estudantil. O curso de Ciências de Alimentos não obteve representatividade na amostra em estudo. Entre os 58 respondentes, observou-se que há bolsistas com ingresso desde o ano de 2015, porém os anos de 2018 e 2019 contam com maior quantidade de ingressante bolsistas (16 em cada ano).

A idade dos pesquisados está inserida no intervalo de 19 a 29 anos, com média de idade de 22,22 anos, sendo que a maioria possui 21 anos, conforme nos apontou a Moda auferida. A amostra pesquisada revelou que a maioria vem de domicílios localizados no perímetro urbano (87,90%) e somente 12,10% vem de domicílios localizados em zona rural. Observou-se que a maioria dos respondentes são oriundos de municípios mineiros, seguidos por São Paulo e Bahia. Em relação à autodeclaração de cor, obteve-se os seguintes percentuais: Branca - 48,28%; Parda -37,93%; Negra - 12,07% e Amarela - 1,7%.

Um aspecto que chamou a atenção foi a diversidade de composição do grupo familiar, em que menos da metade dos respondentes (48,28%) relatou ter as figuras de pai e mãe no grupo familiar, enquanto 41,39% têm apenas a figura da mãe. O percentual restante se divide entre outras formações, com destaque para os discentes que relataram morar com seus respectivos cônjuges.

Quanto à situação do imóvel em que reside o grupo familiar, observou-se que 62,07% possuem imóvel próprio, 17,24% residem em imóvel alugado e 15,52% residem em imóvel cedido/emprestado/favor e o restante se divide em imóvel sem documentação e casa construída em lote de familiar/terceiro.

O segundo bloco de questões aborda informações sobre os auxílios, modalidade (s) recebida (s), tempo de participação no programa de assistência estudantil, aqui representado pelos Auxílio Moradia e Serviço de Alimentação. A partir das respostas para esse conjunto de questões, buscou-se responder o segundo objetivo, elencado no início da proposta.

A maioria dos respondentes recebem as duas modalidades de auxílio (89,66%). Outros 6,9% recebem os dois auxílios, complementados por outras modalidades, Auxílio internet, Auxílio Creche, Iniciação Profissional. A maior parte, 36 respondentes, já ultrapassou 24 meses de recebimento dos auxílios, o que significa dizer que já passaram por processo de reavaliação socioeconômica.

Observou-se que a grande maioria faz uso do Restaurante Universitário todos os dias, sendo que, para o almoço, a utilização em todos os dias chega a 86,21%, enquanto que, para o jantar, o percentual de discentes que utilizam o Serviço de Alimentação todos os dias é de 74,14%.

Como o *Campus* não oferece Alojamentos, 84,5% dos discentes relataram morar em república e, para a maioria dos respondentes, o valor do auxílio não atende a todas as despesas mensais decorrentes de moradia locada (aluguel, tarifas de água, energia, condomínio e internet), sendo insuficiente para cobrir as despesas a que se destina.

O terceiro bloco de questões envolveu informações sobre a percepção dos discentes acerca da assistência estudantil, sua influência na permanência e desempenho acadêmico. Verificou-se que a maioria dos respondentes compreende o auxílio moradia como sendo um estímulo à permanência no curso, pois o percentual chegou próximo dos 84,48%.

Questionados a respeito da preferência por auxílio moradia ou residência universitária, os bolsistas se mostraram bastante divididos, uma parte acena para manter o auxílio moradia, mas a outra preferia a residência universitária.

A respeito da suficiência do Auxílio Moradia para custear as despesas, a maioria concorda, porém com algumas ressalvas para concordância parcial, ao passo, a respeito da importância do serviço de alimentação para a permanência nos cursos, as respostas evidenciaram o quão relevante esse serviço se faz, para a maioria dos discentes, visto que não houve nenhum respondente que discordasse, a maioria (48 respondentes) concordou plenamente, sete (7) concordaram com ressalvas para concordância parcial e somente três (3) se mostraram neutros, em relação ao enunciado. Ao serem perguntados sobre a oferta de café da manhã pelo Restaurante Universitário, obteve-se a maioria das respostas positivas, somente três (3) respostas contrárias.

No tocante à continuidade no curso, sem a oferta do Auxílio Moradia, a maioria (74,14%) assinalou a impossibilidade de continuar sem o recebimento do Auxílio Moradia. Os discentes se

mostraram favoráveis à oferta de novos auxílios, o que evidencia a vulnerabilidade socioeconômica, pois, diante da possibilidade de complementação, a maioria se mostrou de acordo.

A relevância dos auxílios foi acentuada quando questionados se os auxílios são ferramentas importantes para melhorar o desempenho, pois a maioria absoluta concordou plenamente (96,55%), sendo que apenas 3,45% se mantiveram neutros, em relação à assertiva.

A questão 12 apresenta a preferência de 62,1% pela moradia estudantil, o que evidencia a preocupação dos discentes em se desvincilhar das burocracias formais em torno da locação de imóvel e de apresentação de documentação comprobatória, mês a mês, para o recebimento do Auxílio Moradia.

Percebeu-se essa pertinência das Políticas de Assistência Estudantil, ao longo de todas as respostas e, corroborando com esse aspecto, as respostas obtidas na questão 13, em que se buscou averiguar “se a instituição não oferecesse nenhuma modalidade de auxílio”, a maioria (51,72%) relatou que trancaria ou desistiria/abandonaria do curso, enquanto 46,55% responderam que tentariam um trabalho, buscando uma fonte de renda para se manter.

Assim, as respostas obtidas na questão 14 vem reforçar as posições já evidenciadas pelas questões anteriores, ou seja, a dificuldade daqueles que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, visto que, conforme muitos relataram, não sendo o auxílio suficiente para ~~aeobertar~~ cobrir as despesas, muitos estudantes passam por estresse, em busca de completar a parcela restante, na maioria dos casos, por meio de pequenos “bicos”, trabalhos informais, renunciando a horas de estudo e descanso.

Nesse sentido, tem-se a resposta para umas das perguntas norteadoras desse estudo: *As políticas de Assistência Estudantil na UVF CRP têm sido suficientes para suprir as demandas básicas (moradia, alimentação, transporte, saúde) dos discentes contemplados?* Verificou-se que o Serviço de alimentação atende de maneira satisfatória aos discentes contemplados com o auxílio Alimentação, porém o Auxílio Moradia não cobre totalmente as despesas relacionadas à residência dos estudantes, na cidade de Rio Paranaíba.

Verificou-se que o *Campus* não oferece aos discentes nenhuma modalidade de auxílio para custeio de Transporte. Assim, em relação ao campo da *Atenção à Saúde*, a instituição oferece os serviços de atendimento Psicológico, Médico e de Enfermagem, contando com um profissional de cada área, ~~assim~~ para atender os quase 2000 estudantes matriculados e mais de 200 servidores que fazem parte do quadro de pessoal da instituição. Dessa forma, compreendeu-se que os auxílios oferecidos pelo Campus ajudam bastante os graduandos contemplados, porém, de acordo com a percepção discente, não

atingiram o patamar satisfatório, visto que, além de não custear totalmente as despesas com moradia, algumas áreas arroladas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil não são atendidas plenamente.

Ao analisar as respostas dadas pelos beneficiados, em relação às ações assistenciais, confirmou-se o reconhecimento destes para com os auxílios percebidos e a compreensão acerca do papel do PNAES em suas trajetórias acadêmicas, auxiliando-lhes na permanência. Alinhada ao reconhecimento da importância dos auxílios manifestou-se também a preocupação com a interrupção e a não extensão do programa a outros discentes.

Portanto, ficou evidente a influência das políticas assistenciais na permanência discente na instituição e no curso escolhido, visto que oferecem alívio financeiro e emocional, proporcionando mais tempo de estudos, pois evitam que os graduandos necessitem conciliar trabalho e estudos, a fim de se manterem. Verificou-se também o sentimento de gratidão daqueles que são acolhidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - “Agradeço muito pela oportunidade de receber os auxílios [...] sem eles não sei se conseguiria me manter e nem ter a qualidade de moradia [...]” (RESPONDENTE B 42).

Sugere-se, para pesquisas futuras, investigações mais aprofundadas sobre a relação Assistência Estudantil – Desempenho Acadêmico, uma vez que, em função da Suspensão das aulas por motivo da Pandemia da COVID-19, muitas atividades não puderam ser realizadas, conforme as recomendações governamentais e dos órgãos de Saúde, para que fossem respeitadas regras de distanciamento social e não aglomeração.

Diante da pesquisa realizada, sugere-se ampliar as metas elencadas no Plano de Desenvolvimento Institucional - Área da Assistência Estudantil, no tocante ao quantitativo de auxílios e recursos, o que guiará outras ações e propostas no campo da Assistência Estudantil e possibilitará o atendimento de maior número de discentes, em diversas áreas previstas pelo PNAES.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcanti de. Assistência estudantil na política de Educação Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 44-63, ago. 2018. ISSN 2447-3944. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/2413>. Acesso em: 28 nov. 2020.

ANDIFES. *Plano Nacional de Assistência Estudantil*. Disponível em: http://WWW.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071-Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf. Acesso em: 19 abr. 2018.

ANDIFES. IV Pesquisa Nacional de Perfil socioeconômico e Cultural dos (as) graduando (as) das IFES – 2014. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduando-das-IFES_2014.pdf. Acesso em 20 set. 2020.

ANDIFES. V Pesquisa Nacional de Perfil socioeconômico e Cultural dos (as) graduando (as) das IFES – 2018. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduando-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em 08 dez. 2020.

ANTUNES, Isa Cristina Barbosa; SILVA, Rafael Oliveira da; BANDEIRA, Tainá da Silva. A Reforma Universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior. **Semana de Humanidades**, v. 19, 2011.

ARAÚJO, Anne Caroline Costa. **A percepção discente sobre a residência universitária no Brasil e o programa auxílio moradia no Campus da UFC em Sobral**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza 2016, p. 94.

ASSIS, Anna Carolina Lili de et al. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 4, p. 125-146, 2013.

BAQUEIRO, Dícíola Figueirêdo de Andrade. **Equidade e eficácia na educação: contribuições da política de assistência estudantil para a permanência e desempenho discente**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Bahia, Salvador 2015, p. 157.

BRASIL. [Constituição Federal (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho 1934)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 12 dez 2019.

BRASIL. [Constituição Federal (1946)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro 1946)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em 12 dez. 2019.

em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000400010&script=sci_abstract&tlng=pt
Acesso em: 20 abr. 2018.

Dicionário online da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/democratizar/>
Acesso em: 14 dez. 2019

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza Santos.
Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2018.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque de. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, n. 28, p. 17-36, 2006.

FGV. **Pobreza e desigualdade aumentaram nos últimos 4 anos no Brasil, revela estudo.** Notas para a sociedade. Setembro/2018. Disponível em:
<https://cps.fgv.br/sites/cps.fgv.br/files/artigo/pobreza-e-desigualdade-aumentaram-nos-ultimos-anos-no-brasil-revela-estudo.pdf>. Acesso em 29 set. 2019.

FONAPRACE. <http://fonaprace.andifes.org.br>. Acesso em 24 abr. 2018.

FONAPRACE. Sobre. Disponível em <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/index.php/sobre/>.
Acesso em 07 nov. 2020.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica.** 2002. Disponível em:
<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2002 a.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, p. 44-45, 2002 b.

IBGE. **População urbana e rural.** Disponível em:
<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>.
Acesso 08 jan. 2021.

IBGE. **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da População brasileira.** 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>
Acesso em: 08 jan. 2021.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade** [online]. 2017, n.129, pp.285-303. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000200285&script=sci_abstract&tlng=pt.
Acesso em: 23 abr. 2018.

JACCOUD, Luciana; HADJAB, Patrícia Dario El-Moor; CHAIBUB, Juliana Rochet. **Assistência social e segurança alimentar: entre novas trajetórias, velhas agendas e recentes desafios (1988-2008).** 2009. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4350/1/bps_n17_vol01_assistencia_social.pdf. Acesso em 20 dez. 2020.

JARDIM, Fabiana Augusta Alves; ALMEIDA, Wilson Mesquita de. Expansão recente do ensino superior brasileiro:(novos) elos entre educação, juventudes, trabalho? **Linhas Críticas**, v. 22, n. 47, p. 63-85, 2016.

JESUS, Luciano Nascimento de; MAYER, André Luiz Monteiro; DE CAMARGO, Pedro Luiz Teixeira. Programa Nacional de assistência estudantil: do protagonismo da une aos avanços da luta por direitos, promovidos pelo FONAPRACE (PNAES: da UNE a FONAPRACE). **Acta Scientiarum. Education**, v. 38, n. 3, p. 247-257, 2016.

KIRSCHBAUM, Charles. Decisões entre pesquisas *quali* e *quanti* sob a perspectiva de mecanismos causais. **Revista. brasileira. Ci. Soc.** [online]. 2013, vol.28, n.82, pp.179-193.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. **Departamento de Ciência de Computação e Estatística–IBILCE–UNESP**, p. 1-17, 2012.

MEC. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Disponível em: portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014.../16762-balanco-social-sesu-2003-2014. Acesso em: 23/04/2018.

MEDINA, Camila Andrade et al. **A reforma universitária na Universidade Federal de Viçosa (1968-1978): elementos para a manutenção da ordem**. 2019. 83 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

MELO, Jose Wilson Rodrigues de. Políticas educacionais para atendimento à diversidade na educação superior na América Latina: o caso brasileiro. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S.l.], v. 3, dez. 2017. Disponível em: <https://www.claec.org/periodicos/index.php/relacult/article/view/520/296>. Acesso em: 08 abr. 2018.

MENDONÇA, Ionice Oliveira. **Determinantes da evasão universitária: estudo de caso nos cursos de graduação da Universidade Federal de Viçosa–Campus Rio Paranaíba**. 2018. 120 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP). Universidade Federal de Viçosa Campus Rio Paranaíba, Rio Paranaíba, 2018.

PARANHOS, RANULFO et al. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, v. 18, n. 42, p. 384-411, 2016.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS. 2007.

REZENDE, Cristiane Correa. **Os efeitos do Programa de Assistência Estudantil no desempenho acadêmico de estudantes do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFTM Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico (2012-2017)**. 2019. 154 p. Dissertação (Mestrado) Programa de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica, IFTM, Uberaba.

RIBEIRO, Maria das Graças, M. Caubóis e Caipiras. Os land grant colleges e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa. **Revista História da Educação**, v. 10, n. 19, p. 105-120, 2006.

SACRAMENTO, Débora Lys de Almeida. **Gestão de assistência estudantil**: a convivência nos alojamentos da UFV. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Juiz de Fora, 2015. 131 p.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. As políticas de assistência estudantil no Brasil. **A Revista História, Movimento e Reflexão**, v. 2, n. 1, 2014.

SILVA, Fabricio Valetim; BORGES, Vera A. Origem Da Escola Superior De Agricultura E Veterinária Do Estado De Minas Gerais: Peter Henry Rolfs E Os Pilares Do Saber Esaviano (1920-1929). **Revista HISTEDBR On-line**, v. 29, p. 169-197, 2008.

SILVA, Lara Luiza. **Percursos Estratégicos na criação e consolidação de um Campus fora de sede no contexto da expansão das Universidade Federais Brasileiras. 2018**. 283 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP). Universidade Federal de Viçosa Campus Rio Paranaíba, Rio Paranaíba, 2018.

SOUZA, José Clécio Silva e. **Educação e História da Educação no Brasil**. 2018 disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>. Acesso em 13 jul. 2020.

SPOSATI, Aldáza. Assistência Social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, v. 10, n. 1, p. 435-458, 2007.

SACRAMENTO, Débora Lys de Almeida. **Gestão de Assistência Estudantil: a convivência nos Alojamentos da UFV**. 2015. 132 p. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

UFV. **UFV em Números- Edição 2012**. Disponível em: http://www.novoscursos.ufv.br/proreitorias/ppo/www/wp-content/uploads/2012/05/UFV-em-N%C3%BAmeros_20121.pdf. Acesso em 03 out. 2019.

UFV. **UFV em Números- Edição 2013**. Disponível em: http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2020/10/UFV-EM-NUMEROS-2013_UFV.pdf. Acesso em 03 out. 2019.

UFV. **UFV em Números- Edição 2014**. <http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2012/05/UFV-EM-NUMEROS-2014-final.pdf>. Disponível em: Acesso em 03 out. 2019.

UFV. **UFV em Números-Edição 2015**. http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2012/05/UFV-EM-NUMEROS-2014_.pdf. Disponível em: Acesso em 03 out. 2019.

UFV. **UFV em Números- Edição 2016**. <http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2012/05/UFV-EM-NUMEROS-2016-Base2015.pdf>. Disponível em: Acesso em 03 out. 2019.

UFV. **UFV em Números- Edição 2017**. <http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2018/09/UFV-EM-N%C3%9AMEROS-2017-BASE-2016.pdf>. Disponível em: Acesso em 03 out. 2019.

UFV. **UFV em Números-2018**. <http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2018/11/UFV-EM-N%C3%9AMEROS-2018-Gr%C3%A1fica.pdf>. Disponível em: Acesso em 03 out. 2019.

UFV. **UFV em Números-2019**. <http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2020/10/UFV-EM-N%C3%9AMEROS-2019-2-CORRIGIDO.pdf>. Acesso: em 14 dez. 2020.

UFV. **UFV em Números-2020**. Disponível em: http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2020/10/UFV-EM-N%C3%9AMEROS-2020-CURVAS_CORRIGIDO.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

UFV. Relatório de Atividades – Edição 2018. Disponível em: <http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2018/10/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-2018-Ano-Base-2017.pdf>. Acesso em 07 dez. 2020.

UFV/CONSU. **Ata 321/CONSU/2006**. Disponível em: <http://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/CONSU321.pdf>. Acesso em 03 out. 2020.

UFV/CONSU. **Resolução 07/2006**. 22.05.06 – Denomina a área que abriga a CEDAF de Universidade Federal de Viçosa, Campus de Florestal. Disponível em <http://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/07-06.pdf>. Acesso em 03 out. 2020.

UFV/CONSU. **Resolução 08/2006**. 25.07.06 – Autoriza a instalação de um Campus da Universidade no Município de Rio Paranaíba, MG. Disponível em: http://www.soc.ufv.br/?page_id=16258. Acesso em 03 out. 2020.

UFV. PDI 2018-2023. <https://www.planejar.ufv.br/wp-content/uploads/2018/06/PDI-UFV-2018-2023-VERSAO-FINAL-SITE.pdf>

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, 2010.

VASCONCELOS, Isamara Martins. **A federalização do ensino superior no Brasil**. 2007. 134 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia – UNB, Brasília, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi, 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

8. Onde faz suas refeições (almoço e jantar) quando não utiliza o Restaurante Universitário?

9. Em Rio Paranaíba, como você estruturou sua moradia?

- Divido o aluguel com amigos (República).
 Moro com familiares durante a semana e, nos fins de semana, volto para a casa dos meus pais.
 Moro sozinho em quitinete.
 Alugo um quarto de hotel.
 Moro em pensionato. Outros: _____

10. Quais despesas você consegue custear com o Auxílio Moradia?

11. Sobre o Programa Auxílio Moradia, numere cada item conforme o quanto concorda ou discorda, dando uma nota de 1 a 5, onde:

1 – Discordo Totalmente

2 – Discordo Parcialmente

3 – Não concordo e nem discordo

4 – Concordo Parcialmente

5 – Concordo Totalmente

- A bolsa do Auxílio Moradia é um estímulo para minha permanência no curso de graduação.
 Se o Campus UFV possuísse uma Residência Universitária, teria preferência por morar no alojamento e não receber o auxílio financeiro.
 O Auxílio Moradia é suficiente para custear as despesas de moradia em Rio Paranaíba.
 O auxílio alimentação é importante para a permanência no curso.
 É importante que o Campus ofereça café da manhã no Restaurante Universitário.
 Sem o serviço de alimentação não teria condições de continuar o curso.
 Sem o Auxílio Moradia teria não condições de continuar o curso.
 Seria importante para você a oferta de outros auxílios estudantis.
 Os auxílios são importantes ferramentas para melhorar o desempenho acadêmico.

12. Se tivesse que optar, qual auxílio você escolheria?

Residência Universitária Auxílio Moradia

13. Caso o *Campus* não oferecesse nenhuma modalidade de auxílio, você:

- Continuaría o curso normalmente.
 Buscaría alguma forma de trabalho/complementação de renda.
 Desistiria/abandonaria o curso.
 Trancaria o curso.

14. Alguma sugestão ou comentário sobre os auxílios e a importância deles para a sua vida acadêmica

APÊNDICE B -

LEVANTAMENTO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA - REPOSITÓRIO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES			
TÍTULO	INSTITUIÇÃO	DATA DA DEFESA	AUTOR
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE INICIAL DO PROGRAMA BOLSA ESTUDANTIL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	12/09/2014	FRANCIELE STOLF
ACESSO E PERMANÊNCIA NA UFPR: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (2010 – 2014)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	06/05/2016	DANIELE GRACIANE DE SOUZA
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	09/09/2013	ESTEFANIA TUMENAS MELLO
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA: COMPOSIÇÕES E TENSÕES NO/COM O MOVIMENTO ESTUDANTIL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	04/11/2016	CRISTIANE ROQUE PEREIRA BOTELHO